

**CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA**

**GUILHERME SKREPKA OVÇAR**

**CONTEXTOS HISTÓRICO E POLÍTICO DO SUDÃO PARA A COMPREENSÃO DO  
MODELO HIBRÍDO DA MISSÃO HIBRIDA DAS NAÇÕES UNIDAS E DA UNIÃO  
AFRICANA EM DARFUR (UNAMID)**

**CURITIBA**

**2020**

**GUILHERME SKREPKA OVÇAR**

**CONTEXTOS HISTÓRICO E POLÍTICO DO SUDÃO PARA A COMPREENSÃO DO  
MODELO HÍBRIDO DA MISSÃO HÍBRIDA DAS NAÇÕES UNIDAS E DA UNIÃO  
AFRICANA EM DARFUR (UNAMID)**

**Monografia apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Bacharel em Relações  
Internacionais do Centro Universitário Curitiba.**

**Orientador: Andrew Patrick Traumann**

**CURITIBA**

**2020**

**GUILHERME SKREPKA OVÇAR**

**CONTEXTOS HISTÓRICO E POLÍTICO DO SUDÃO PARA A COMPREENSÃO DO  
MODELO HÍBRIDO DA MISSÃO HÍBRIDA DAS NAÇÕES UNIDAS E DA UNIÃO  
AFRICANA EM DARFUR (UNAMID)**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais do Centro Universitário Curitiba, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Orientador: Andrew Patrick Traumann

Professor:

Professor:

Curitiba, \_\_\_\_\_

## RESUMO

A história do Sudão é marcada por forças centrífugas que sempre lhe direcionaram para conflitos domésticos que abalaram o desenvolvimento do país. Rebeliões internas, como a de Darfur, foram reflexo de décadas de governos centrais que privilegiavam a região das Três Tribos em detrimento da periferia composta principalmente por tribos ditas como “não-árabes”. A complexidade das relações domésticas e regionais do Sudão fez com que os seus conflitos domésticos fossem alvo de preocupação internacional em diferentes momentos da história, por vezes de seus vizinhos mais próximos e às vezes dos grandes atores da política internacional, com efeitos e influências diretas e indiretas no desenrolar do conflito. Após um longo período com foco na Guerra Civil Norte-Sul – do qual culminou a criação do Sudão do Sul – a comunidade internacional voltou a sua atenção para a região de Darfur, onde um longo conflito se desenrolava, aos moldes da Guerra Civil Norte-Sul, e com evidências de genocídio e práticas condenáveis nos embates entre tropas do governo e os grupos rebeldes. Após a tentativa de soluções-padrão até então adotadas por organismos internacionais como a ONU e a UA, o modelo híbrido de operação de paz foi a solução que conseguiu convencer todos os entes envolvidos, em especial o governo sudanês, a autorizar uma intervenção internacional na região de Darfur. Com grandes expectativas e enormes investimentos, a Missão Híbrida das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID) foi implementada a partir de 2007, e com o tempo se demonstrou um modelo aplicável, mas com uma série de fatores que dificultavam a sua efetivação e o consequente sucesso. As dificuldades impostas pelas diferenças entre as organizações internacionais envolvidas, somadas às ações adversas do governo sudanês, levaram a uma relação desgastada que, aos poucos, surtiu efeito no nível operacional da missão. As pretensões iniciais de maior representatividade africana na missão; com o fito de atender as imposições de Cartum e ao mesmo tempo ir ao encontro de uma política de “soluções africanas para problemas africanos”; encontraram obstáculos nas dificuldades técnicas, financeiras e logísticas da UA, fazendo com que mais tropas da ONU fossem desdobradas no terreno. Ao fim da análise, percebe-se que elementos da história sudanesa, e principalmente de suas relações com os seus vizinhos, seus grupos domésticos e a comunidade internacional, somando-se às complicações intrínsecas das relações internacionais entre uma vasta gama de atores com agendas e discursos legitimadores próprios, justificam e explicam as dificuldades encontradas pela operação de paz híbrida

**Palavras-chave: UNAMID, União Africana, Sudão, Missão de Paz, ONU.**

## **ABSTRACT**

Sudan's history is enhanced by centrifuge forces that led the country to domestic conflicts whose consequences halted the country's development. Domestic rebellions, as the Darfur one, are a result of decades of central governments that favored the three tribe's region in prejudice to the periphery, composed by tribes considered non-Arabs. The complexity of Sudan's domestic and regional relations got the international attention in different moments of country' history, sometimes from its neighbors and sometimes from big players, bringing direct and indirect effects to the conflict. After paying attention and directing its energies to the North-South Civil War, the international community brought its attention to the Darfur region, where a prolonged conflict was taking place, with genocide signs and reprehensible actions amid the combats between government forces and rebel groups. After trying the standard solutions for cases like that, international organizations like UN and UA decided by a hybrid model for a peace operation, which satisfied the participants and specially the Sudan Government, convincing them to approve an international operation in Darfur. Among big expectations and a huge investment, the United Nations and African Union Hybrid Mission in Darfur (UNAMID) was implemented in 2007, and over time it proved itself as an applicable model, but with a series of hampering factors related to its implementation and its success. The differences between the two organizations, together with the adverse actions from Sudan Government, imposed an eroded relationship whose effects reached the operational level. The initial claims of a wider African representation; aiming to meet the Sudan's impositions and the "African solutions to African problems" policy; met barriers amid technical, financial, and logistic limitations from UA, resulting in more UN troops on the ground. As a conclusion, it is noted that some topics of Sudan's history, and its relationship history with domestic groups, neighbors, and the international community, together with a vast range of complications from the relationship among different international players, with their own legitimation agenda, justify and explain the obstacles met by the hybrid operation.

**Keywords: UNAMID, African Union, Sudan, Peacekeeping, UN.**

## LISTA DE SIGLAS

ACPP	Fundo Africano de Prevenção de Conflitos
AMIS	Missão da União Africana no Sudão
CPA	Comprehensive Peace Agreement
DPA	Darfur Peace Agreement
IDP	Internal Displaced Person (Deslocados)
IGAD	Secretaria Intergovernamental para o Desenvolvimento
IPO	<i>Individual Police Officer</i> (Policia Individual)
JEM	Justice and Equality Agreement
OLS	<i>Operations Life-line Sudan</i> (Operação Salvação do Sudão)
OLS	Operations Life-Line Sudan
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIC	<i>First Popular Arab and Islamic Congress</i> (Primeiro Congresso Popular Árabe e Islâmico)
PDF	<i>Popular Defence Force</i> (Força Popular de Defesa ou Exército do Povo)
SAF	Sudanese Armed Force
UA	<i>African Union</i> (União Africana)
UNAMID	<i>United Nations and African Union Mission in Darfur</i> (Missão Híbrida das Nações Unidas e União Africana em Darfur)
UNAMIS	Missão Avançada das Nações Unidas no Sudão
UNMIS	Missão das Nações Unidas no Sudão
UNPOL	<i>United Nations Police</i> (Polícia das Nações Unidas)

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>4</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>5</b>
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	<b>6</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2 SUDÃO</b> .....	<b>13</b>
2.1 O SUDÃO GEOGRÁFICO.....	15
2.1.1 Tribos e Composição Étnica.....	16
2.1.2 Recursos Naturais.....	17
2.2 O SUDÃO POLÍTICO .....	18
2.2.1 A Primeira Independência: <i>mahdiya</i> .....	19
2.2.2 O Domínio Britânico .....	20
2.2.3 A Independência do Sudão .....	22
2.2.4 Sudão Independente e os Governos de Numayri e de Al-Mahdi.....	23
2.2.5 Governo al-Bashir e Turabi .....	28
2.3 AS GUERRAS CIVIS NORTE-SUL.....	36
<b>3 AS REBELIÕES DE DARFUR</b> .....	<b>43</b>
3.1 O CONFLITO DE DARFUR SOB A OTICA REGIONAL DO CHIFRE DA ÁFRICA .....	48
3.2 A PRIMEIRA REBELIÃO DE DARFUR (1987-1989): ÁRABES E FUR .....	50
3.3 A Segunda Rebelião de Darfur (1995-1999) .....	52
3.4 A Terceira Rebelião de Darfur.....	53
3.5 As Tentativas de um Acordo de Paz .....	57
3.6 Limpeza Étnica ou Genocídio ?.....	61
<b>4 INTRENVENÇÃO INTERNACIONAL: A MISSÃO HÍBRIDA DAS NAÇÕES UNIDAS E UNIÃO AFRICANA EM DARFUR (UNAMID)</b> .....	<b>64</b>
4.1 A RELAÇÃO DO SUDÃO COM OS PAÍSES DA COMUNIDADE INTERNACIONAL .....	64
4.1.1 China e Estados Unidos.....	65
4.1.2 Países Árabes .....	67
4.1.3 Países Africanos e a Comunidade Africana .....	68
4.2 AS MISSÕES DE PAZ DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E DA UNIÃO AFRICANA NO SUDÃO.....	70
4.2.1 Operações de Paz.....	70
4.2.2 Missão da União Africana no Sudão (AMIS) .....	73
4.2.3 A Hibridez nas Operações de Paz junto à União Africana .....	75
4.2.4 Missão Híbrida das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID) .....	78
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>104</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Como aluno do Curso de Relações Internacionais, e oficial da Polícia Militar do Paraná, em 2016 me envolvi numa oportunidade de realização profissional e acadêmica, uma experiência de vida ímpar.

Naquele ano eu me candidatei no processo seletivo para participar das Missões de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) na função Observador Policial (IPO), como representante do Brasil e da Polícia Militar do Paraná (PMPR). No fim de 2017, cumpridas as diversas etapas que compõe a seleção, eu fui selecionado e indicado pelo Governo da República Federativa do Brasil – através do Exército Brasileiro e do Ministério das Relações Exteriores – para três missões em três países diferentes: Haiti, República Democrática do Congo e Sudão. Dentre estas três opções, a frutífera foi a do Sudão.

Em 2018 fui submetido a uma série de exames médicos e sanitários, verificações acadêmicas e profissionais, e entrevistas de aptidão ética e técnica para a Missão Híbrida das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID), no Sudão. Em novembro do mesmo ano, finalmente recebi a minha designação para integrar a UNAMID. O embarque para a missão ocorreu em janeiro de 2019, lá permanecendo durante todo o ano de 2019 e retornando ao Brasil no início de 2020.

Fora em meados de 2019, durante uma patrulha no extremo oeste do Sudão, próximo à fronteira com o Chade, em que um colega capacete azul do Zimbábue me disse uma frase que me fez entender o que eu estava vivendo naquele momento.

O objetivo da nossa patrulha era escoltar um comboio de ajuda humanitária para Deslocados (IDP) e avaliar a situação de direitos humanos e do cumprimento dos acordos de paz nas vilas tribais que se situavam no trajeto. Eu dirigia um Nissan/Patrol pelas precárias e quase inexistentes estradas de areia no meio do deserto de Darfur, a 15 km/h. O meu colega zimbabuano refletia consigo mesmo, mas em voz alta – como comumente fazíamos nessas jornadas que chegavam a durar o dia inteiro – que aquilo que vivíamos era como se fosse versões atuais das Cruzadas da Idade Média; das Forças Expedicionárias de Guerras Mundiais do Século XX; das guerras de procuração da Guerra Fria; e até mesmo da atual Guerra ao Terror.

Diante dessa fala, como um internacionalista, eu inicialmente estranhei a comparação pois não consegui encontrar uma relação imediata entre esses

episódios históricos e a UNAMID. Mas, após um breve debate acerca da afirmação, fui incrivelmente tomado por aquela ideia, e entendi que o que eu fazia naquele momento não era apenas mais uma escolta de ajuda humanitária, ou mesmo uma verificação de condições humanitárias; mas era uma pequena parte da história sendo escrita.

O que o meu prezado amigo zimbabuano Matthew quis dizer, era que as missões de paz da ONU são as novas versões de alianças entre atores internacionais para a resolução de conflitos locais, regionais ou internacionais ao redor do globo. O raciocínio é que se antes essas alianças político-militares eram motivadas por interesses religiosos, econômicos ou políticos; hoje essas intervenções internacionais são movidas por interesses humanitários.

Ao mesmo tempo que eu concordava com os seus argumentos, por compreender as suas linhas de raciocínio, eu me perguntava o porquê de não estudarmos e pesquisarmos mais sobre esses eventos em andamento, ainda enquanto estamos na academia.

Desde o início da minha carreira em 2009 possuo um grande interesse pessoal, profissional e acadêmico pelas Missões de Paz da ONU, mas admito que a existência de uma força de paz no Sudão me surpreendeu, tanto quanto a história do país e do seu povo.

Como parte do processo de seleção para a UNAMID, tive que “começar do zero” os meus estudos sobre o país “Sudão” e a missão. Foi neste interim que me surpreendi com a enormidade de detalhes e episódios que fazem as suas histórias marcantes e surpreendentes. E surpreendente também foi o meu total desconhecimento acerca desses eventos.

A partir dos meus estudos eu já encontrava elementos suficientes para justificar um trabalho acadêmico acerca do Conflito em Darfur, ou mesmo a atuação da UNAMID desde 2007 no oeste sudanês, independentemente do seu nível de detalhamento. Mas após a minha participação presencial na zona de conflito, pós-conflito e retorno do conflito; como um capacete azul na região; encontrei maior motivação para a condução de uma pesquisa e uma reflexão sobre esses temas.

A região de Darfur, no Sudão, é uma região com uma história rica e muito longa, marcada por episódios únicos de um país situado na “fronteira” entre a África Subsaariana (ou África Negra) e a África Árabe. É um dos principais países africanos em que as tradições religiosas do Islã e a cultura árabe se fazem tão

presentes e mescladas – por vezes pacificamente, outras conflituosamente – com as religiões de matriz africana, o cristianismo e as tradições tribais da África negra.

Para um leigo, à primeira vista, o Sudão transpassa a exata miscigenação entre as raças negra e árabe, como que parafraseando a confluência dos “Rios Nilos” (o Nilo Azul e o Nilo Branco) em Cartum, a sua capital. Mas, aprofundando-se na rotina do país, conversando com os seus habitantes, entendendo as suas tradições; compreende-se que o Sudão é um país que exala muito mais do que essa simples “aparência”.

Essa confusão de “aparências”, tradições e religiões, culminou no ano de 2007 em um conflito que, segundo a ONU, era considerado a pior crise humanitária do mundo (GOFF, 2007, p. 2). Esta é uma das informações que me levaram a querer melhor entender o tema e conseguir situá-lo dentro do meu espectro de conhecimento.

Ao se aprofundar nas raízes do conflito e nas medidas de resolução encontradas por diversos atores, culminamos numa “Missão Híbrida” da ONU e da União Africana (UA) que se encontra atuante na região de Darfur desde o ano de 2007. É nesta hibridez que reside o segundo elemento curioso e intrigante do tema desta monografia: a aliança entre duas Organizações Internacionais – uma de carácter mundial e outra de carácter regional – com o objetivo de resolver um conflito aparentemente local, mas com efeitos regionais e interesses globais.

Novamente, para um leigo, a hibridez dessa missão de paz pode representar simplesmente uma aliança entre atores do sistema internacional em busca da paz num conflito específico. Mas a vivência da realidade desta missão, e a convivência com os seus representantes, faz-nos querer se aprofundar ainda mais acerca do tema e, principalmente, analisar a importância e a efetividade da divisão de comando e coordenação de uma missão de paz entre duas organizações internacionais.

É com base nesta experiência e nestas inquietações que essa monografia se constrói. Esta pesquisa é um exercício intelectual para comparar e compreender as impressões obtidas durante uma imersão prática e real no terreno – ou como diriam os capacetes azuis: “coturnos na areia”.

Andrew S. Natsios (2012), em seu excelente livro sobre o Sudão, inicia o primeiro capítulo com uma pergunta: Por que alguém deveria se preocupar com o

Sudão?<sup>1</sup>. O mesmo autor destaca que, além de suas fronteiras, o Sudão chamou a atenção do público em virtude tanto do seu grande potencial político e econômico na região, quanto dos seus problemas.

Apesar do seu grande potencial mineral, em especial a extração de petróleo e minérios preciosos, o que veio a chamar a atenção da comunidade internacional no fim do século XX foram situações domésticas com consequências desastrosas por longos anos, com milhões de mortos e milhões de refugiados e deslocados por causa de guerras civis e rebeliões internas.

Mas não somente a sua instabilidade interna fez o Sudão “entrar no radar” da comunidade internacional e justificar uma Missão de Paz internacional. Os projetos do governo sudanês de hospedar e ser a sede da Revolução Islâmica ao redor do mundo assustou a comunidade internacional; em especial após a constatação que o Sudão abrigava grupos terroristas que cometiam atentados violentos contra países árabes, africanos e ocidentais.

Percebe-se, portanto, que para uma melhor compreensão da realidade sudanesa e dos elementos que a compõe, faz-se necessária uma contextualização acerca da sua história recente e, em especial, das origens dos conflitos que culminaram no Genocídio de Darfur. Com isto, nesta pesquisa, buscaremos evidenciar as raízes de tamanhos desentendimento e disputa na região.

Explicaremos e contextualizaremos as Missões de Paz da ONU, com vistas o atendimento dos objetivos deste trabalho. Então, buscaremos situar a União Africana e sua participação nos conflitos do continente africano, para melhor entender o protagonismo dessa organização na UNAMID. Finalmente, traçaremos um breve histórico e contextualização teórica sobre esse modelo híbrido de missão de paz; além de refletir brevemente acerca dos resultados da UNAMID no conflito em Darfur.

Ressaltamos, desde já, que os diversos registros sobre os conflitos sudaneses serão abordados e explorados de modo conveniente a esta pesquisa. Assim sendo, temas como a Guerra Civil Norte-Sul será abordado como tópico componente do contexto sudanês, discorrendo-se acerca dele de modo mais sucinto.

---

<sup>1</sup> Why should anyone care about Sudan?

A metodologia de pesquisa, por sua vez, baseia-se principalmente na pesquisa bibliográfica, com vistas a obter de pesquisas e obras afins as extrações que colaborem para a formação de nosso argumento e, principalmente, evidenciar os tópicos elencados.

Destacamos, por fim, que em virtude de o tema desta pesquisa ser considerado ainda recente para um viés acadêmico; e pela aparente falta de interesse da comunidade acadêmica americana em relação ao tema; há uma certa escassez de fontes bibliográficas, tanto em termos de atuais quanto em termos quantitativos, que de certo modo limita o aprofundamento de determinados tópicos.

## 2 SUDÃO

Para iniciarmos a nossa pesquisa, pretendemos neste capítulo situar o leitor a respeito da história do Sudão e a sua representação regional. Conforme antecipado durante a Introdução, o Sudão é um país situado no nordeste da África, representando uma faixa de transição entre a África negra subsaariana e a África árabe próxima à península arábica.

No Brasil, de maneira geral, quando pensamos no Sudão como país ou nação, dificilmente a sua rica e conflituosa história nos vem à mente. Dificilmente alguém que não estudou a fundo a história desse país, e de sua região, conseguirá ao menos indicar em qual parte do mapa o país se encontra. Esse desconhecimento, e quem sabe desinteresse, reflete na (ou da) parca bibliografia afim disponível em língua portuguesa.

Quando consideramos o público acadêmico de relações internacionais, o país deixa de ser tão estranho e distante em razão de alguns eventos específicos de sua história: a atual missão de paz da ONU e da UA em andamento, o genocídio de Darfur; como exemplos. Mesmo assim, nos debates e estudos de relações internacionais da nossa academia, podemos alocar o país como um figurante – quando comparado com Haiti ou Congo, por exemplo.

A falta de diversidade de uma bibliografia estruturada acerca da história sudanesa refletiu em dificuldades para a elaboração do capítulo que vem a seguir. Das poucas obras localizadas, todas sendo em idioma estrangeiro, apenas o autor Andrew S. Natsios apresenta um panorama completo e detalhado da história sudanesa, permitindo uma compreensão dos diferentes momentos do país. As demais bibliografias fazem recortes e relatos muito superficiais e pontuais dos episódios sudaneses, carecendo dos detalhes que Natsios oferece. É por essa razão que neste capítulo far-se-á uso da obra desse autor como principal linha mestre argumentativa e expositiva.

Segundo Natsios (2012, p. 37), o país já possuía certa admiração internacional desde o Século XVIII, quando os europeus buscavam encontrar a origem do Rio Nilo. O Nilo corta o país no seu espectro vertical, descendo desde o extremo sul do território através dos seus dois rios que compartilham o mesmo nome, mas que se diferenciam como o “Nilo Azul” e o “Nilo Branco”. Na capital

Cartum ambos os “Nilos” se encontram, e de lá, com o nome simplificado, “Nilo”, prossegue até a fronteira com o Egito – onde a sua fama é internacional.

Essa localização peculiar (entre a África Negra e a África Árabe) fez com que a história do país seja marcada por uma transição de poderes que subjugou a história da antiga Nubia, pela dominação egípcia, pela colonização britânica, culminando, finalmente, numa série de alternâncias de governos nacionais que sempre privilegiaram o Norte em detrimento do Sul.

Natsios (2012, p. 37) destaca que a entrada de comerciantes, vindos do Egito e Turquia, rumo ao sul, acabou por colocar lado a lado tribos árabes e africanas por toda a parte inferior do país. Marcado por sucessivos e diversos sultanatos e reinos, esse cenário misto levou, a partir da independência do País em 1956, a um país instável domesticamente.

Como consequência que a história imporia como inevitável, o país foi marcado – e ainda o é – por diversos episódios de conflitos internos das mais diferentes motivações (étnicas, raciais, religiosas e políticas) que, somados, desaguaram no Genocídio de Darfur durante a primeira década dos anos 2000.

Adar (2000, p. 40) indica que o “Chifre da África” ainda persiste como sendo um barril de pólvoras, preenchido por países cujas inter-relações, e suas ambiências domésticas, figuram como um dos contextos mais voláteis e instáveis do continente africano.

São as Guerras Civis Norte-Sul e os Conflitos de Darfur que fazem o Sudão entrar no radar da política internacional de maneira mais ampla. Segundo Natsios (2012, p.32), a opinião pública mundial passou a prestar mais atenção no Sudão em razão dos seus sucessivos episódios humanitários negativos, a descoberta de recursos minerais e, principalmente, por ter desenvolvido um projeto de *Jihad* que tentou promover o Sudão como o epicentro da Revolução Islâmica no coração da África.

Na esteira da tão almejada Revolução Islâmica, o Sudão ofereceu ao mundo outro episódio de destaque. No fim da década de 1980, e principalmente nos anos 1990, o Sudão, através dos seus líderes Hassal al-Turabi e Omar Al Bashir, foi o principal apoiador de organizações muçulmanas radicais, em especial a Al Qaeda e seu líder Osama Bin Laden.

Deste modo, todo o recorte histórico acima evidenciado pretende ressaltar ao leitor a representação regional do Sudão, a fim de que possa compreender todos os

elementos que compõe a instalação de uma Missão de Paz no país e, outrossim, a sua hibridez representada pela união de esforços da ONU e da UA.

## 2.1 O SUDÃO GEOGRÁFICO

A geografia do Sudão é classificada por Natsios (2012) como sendo uma poderosa força centrífuga juntamente com elementos como tribo, religião, língua e raça – elementos esses que, somados, representam na visão de Brosché (2011, p. 3) um dos países mais heterogêneos do mundo.

Essa diversidade, entretanto, deixa de existir quando analisamos o aspecto de representação política no país, em que a periferia é marginalizada por uma liderança dominante localizada no centro do território (a capital Cartum). A geografia acaba se somando como um fator complicador para uma boa governança do país.

Antes da independência do Sudão do Sul em 2011, o Sudão possuía um território de tamanho similar à porção continental da Europa Ocidental; sendo o maior país do continente africano e o maior entre os países árabes (NATSIOS, 2012, p. 32-33). Essa imensa porção territorial de Savana e Deserto, fez da integração do país, através de infraestrutura de transportes, ou mesmo sistemas políticos, uma tarefa difícil. Como consequência, o desenvolvimento econômico do país foi centralizado, o que contribuiu para os problemas de governança vistos ao longo de sua história (NATSIOS, 2012, p.33).

Cerca de 42 milhões de pessoas vivem em um território tão grande quanto a Índia, mas essas pessoas vêm sofrendo os efeitos de constantes guerras civis e instabilidades políticas por décadas (BRUSSET, 2004, p. 15). Fatores geográficos somados a diferenças tribais, religiosas, de raça e linguísticas completam o quadro de forças centrífugas do Sudão; permitindo-nos compreender as origens da sua natureza conflituosa (NATSIOS, 2012, p. 31).

No aspecto religioso, as diferentes visões entre o Cristianismo e o Islã Sudanês fizeram do país um campo de batalha religioso permanente. Como exemplo, Natsios (2012, p. 31) destaca que em 2013 o governo de Omar Al-Bashir figurava como o mais longo governo muçulmano da história do país. Mas, mesmo antes de Al-Bashir, todos os seus governantes predecessores conduziram campanhas militares agressivas contra populações cristãs e seus missionários.

### 2.1.1 Tribos e Composição Étnica

A composição étnica e tribal da população sudanesa, quando estudada de perto, figura-se complexa e dinâmica, mas é encarada de modo muito generalizado mesmo por estudiosos. Deve-se ir além da simples divisão entre “africanos” e “árabes”, pois dentro desses espectros existem inúmeros grupos étnicos. Afirmar-se como “árabe” ou como “africano” é muito mais uma questão de identidade do que de etnia. Essa linha divisória entre as duas categorias é tão tênue a ponto da identificação de um grupo poder mudar a partir de uma mudança de hábito de vida, ou mesmo o casamento com alguém de outra etnia. (BROSCHÉ, 2011, p. 5)

A questão da Raça é uma força que “(...) tem contribuído para a desunião [do país], apesar de que as raças das pessoas não necessariamente estão atribuídas a sua tribo” (NATSIOS, 2012, p. 34)<sup>2</sup>. Esse fator é mais evidenciado quando observado o desdém com que árabes não-sudaneses tratam os sudaneses, considerando estes “não árabes”, mas “africanos”.

Broshcé (2011, p. 4) corrobora com essa ideia, apontando que o racismo é uma das principais justificativas e fator motivador das estratégias do governo central – o autor aponta a discriminação sistemática de determinados grupos africanos como um elemento instrumental de poder por parte de Cartum, mas figurado como sendo ideológico.

Natsios (2012, p.34-35) aponta esse tratamento desdenhoso pela comunidade árabe como uma das razões para que os governos sudaneses, sediados em Cartum, tenham sido tão agressivos contra as populações “não-árabes” do país. O autor destaca que essas campanhas contribuíram para alienar os 55% da população que são considerados africanos, e o terço do país que é “não-muçulmano”.

As tribos africanas, encaradas muitas vezes como “não-árabes”, são a parcela da população sudanesa mais pobre e mais marginalizada. Exemplo dessa condição é a aspiração das tribos africanas por terras, demanda essa utilizada pelo governo de modo estratégico a fim de recrutar membros para as milícias pró-Cartum sob a promessa de realocação de terras após os conflitos (BROSHCÉ, 2011, p. 4).

---

<sup>2</sup> “(...) has contributed to disunity, though peoples’ race does not necessarily correlate to their tribe »

Na esteira dessas companhas, a solução nominada “Três Tribos”, que consistiu na islamização e arabização forçadas dos povos do Sul e dos muçulmanos não árabes do Norte, também refletiu na área econômica. Os recursos obtidos da exploração de petróleo foram desproporcionalmente investidos no país, privilegiando o desenvolvimento do Triângulo Árabe; e deixando a periferia sudanesa afundada em pobreza e subdesenvolvimento (NATSIOS, 2012, p. 35).

Deste modo, representando os conflitos de tribos, raças e religião; assim como os distanciamentos geográficos; políticas como “Três Tribos”, ao invés de conseguir unir o país, levaram a sucessivas revoltas, perdas humanas, sofrimento e desgaste da população – tendo em destaque os conflitos Norte-Sul e as Rebeliões de Darfur.

### 2.1.2 Recursos Naturais

Além dos fatores Religião e Raça, o interesse externo sobre o país (em especial da comunidade muçulmana) ajuda a esclarecer as causas dos conflitos internos que se desdobram no Sudão. Esse interesse decorre inicialmente de um outro componente da sua geografia: os recursos naturais.

Natsios (2012, p. 30) aponta que a distribuição dos recursos naturais no Sudão, e a importância deles na região em que o país se encontra, esclarecem muito as divergências domésticas entre Norte-Sul e com as tribos de Darfur, como também os embates com os seus vizinhos africanos.

Os recursos naturais sudaneses, independente de sua natureza (minerais, petróleo ou terras férteis) acabam por compor o interesse dos países Árabes em relação ao Sudão. Natsios (2012, p.64-69) evidencia que as terras férteis sudanesas serviram como componente estratégico da comunidade árabe para diminuir a dependência alimentícia em relação ao Ocidente, investindo os lucros obtidos das exportações de petróleo na agricultura sudanesa. O autor traduziu essa política classificando o Sudão como a “cesta de pão” do mundo Árabe.

Brusset (2004, p. 19) corrobora com essa ideia, destacando brevemente que o setor agrícola acabava por ser o único potencial econômico do país, mas que por ser uma *comodity* de baixo valor no mercado internacional, acabava por piorar a condição sudanesa.

Mas não somente as terras férteis se tornaram atraentes para exploradores estrangeiros, os recursos minerais e petrolíferos do país atraíram um número considerável de prospectores dos mais diversos países: Qatar, Rússia, Canadá, Malásia, China, França, Itália, Reino Unido e outros (ADAR, 2000, p. 58).

A prospecção e exploração de petróleo no Sudão, iniciada em 1964 pela AGIP, e continuada pela Chevron em 1974, foi marcada por diversos episódios de nacionalização e conflitos entre as empresas e o governo sudanês, permeada por divergências entre o direcionamento dos lucros das exportações de petróleo entre Cartum e o Sul do país (NATSIOS, 2012, p. 105-106).

Em 2000, projetos conjuntos de diferentes países e companhias petrolíferas estrangeiras estavam instalados no país, como foi o caso do Projeto Petrolífero “O Grande Nilo” (GNOP), desenvolvido em conjunto pela Companhia Petrolífera Nacional Chinesa (40%), a Petronas (30%), a Talisman Energy (25%) e a empresa nacional sudanesa *Sudapet-Sudan National Oil Company* (5%); sendo responsável à época por grande parte da produção de petróleo no país (ADAR, 2000, p. 58).

Além da exploração de petróleo, um recurso mineral valioso, o ouro, foi e é alvo de exploração de empresas estrangeiras; e contribuí para a economia do país. Empresas da França, da China e da África do Sul faziam parte do mercado de prospecção de ouro no território sudanês.

O dinheiro obtido com a exploração de petróleo tanto encheu os cofres dos governos em Cartum, os quais ajudaram a financiar as campanhas de repressão contra Cristãos e tribos africanas, através do reforço do aparato militar; quanto permitiu que o governo efetivasse seus planos de melhoria de infraestrutura na região do triângulo árabe (NATSIOS, 2012, p.105) – fator este que agravava ainda mais a desproporção Norte-Sul, fomentando a insatisfação doméstica.

Como veremos na sequência, sob o governo de Al-Bashir, o petróleo substituirá o expansionismo religioso como justificativa para a guerra “Norte-Sul”, pois os conflitos estavam prejudicando a exploração de petróleo e, conseqüentemente, a entrada de dinheiro para o governo (NATSIOS, 2012, p. 108).

## 2.2 O SUDÃO POLÍTICO

A história política do Sudão é marcada por rebeliões, insurreições e guerras civis; acumuladas uma sobre a outra (NATSIOS, 2012, p.35). Para compreender os

atuais conflitos lá deflagrados, faz-se necessário o conhecimento acerca da evolução das relações políticas doméstica e internacional ao longo da existência do país.

Considerando os objetivos do presente trabalho, focaremos na história recente do Sudão, abrangendo com maiores detalhes os eventos políticos desde a sua independência em 1956. Apesar disso, num primeiro momento, apresentaremos um breve resumo de eventos anteriores à independência, a fim de melhor situar o leitor na sequência de acontecimentos.

### 2.2.1 A Primeira Independência: *mahdiya*

Segundo Natsios (2012, p. 22), o período entre 1821 e 1881 é o primeiro capítulo da história sudanesa, sendo caracterizado pela influência e governança turco-egípcia sobre a região. Após invadir e conquistar o Sudão no ano de 1881, o Império Turco-Otomano viu seus planos de domínio da região frustrados, sucumbindo em razão de doenças e de uma falência econômica.

Aproveitando-se do enfraquecimento do exército Turco-Otomano entre os anos de 1881 e 1885, o grupo islâmico sudanês denominado *Mahdi* iniciou uma campanha de insurreição que culminou na expulsão dos invasores e na instituição de um Estado Islâmico. Esse período, denominado *mahdiya*, acabaria por deixar uma série de legados importantes para o país. (NATSIOS, 2012, p. 22, 45-46).

Natsios (2012, p. 46) destaca que nesse período os Mahdi aplicaram uma interpretação puritana do Corão, com vistas à eliminação da influência estrangeira no país. Como veremos a seguir, essa ideologia acabaria por gerar diversos episódios violentos na história do Sudão.

Estabeleceu-se uma dinastia que se empoderou consideravelmente ao longo dos anos e cujos descendentes acabariam por, na esteira do processo de independência do país, criar o partido político Umma (cuja tradução é “Comunidade”) e eleger duas vezes o governo nacional (NATSIOS, 2012, p. 46).

Outra herança deste período foi a cultura do governo central de tentar controlar o país através da manipulação, repressão e conquista das demais tribos. O período Mahidya também apresentou uma ideologia de islamização e arabização do Sul tão intensa que as “Três tribos” manteriam esse objetivo durante toda a história sudanesa (NATSIOS, 2012, p.46)

### 2.2.2 O Domínio Britânico

Durante os anos 1890 o domínio dos Mahdi teve sua força abalada por uma série de episódios que voltariam a se repetir ao longo da história local: fome, conflitos e epidemias; acarretando na dizimação de grande parte da população (NATSIOS, 2012, p. 22).

Com o enfraquecimento do Estado Mahdyia, a coalização anglo-egípcia avançou sobre os sudaneses, derrotando o último sultão Fur e, finalmente, assumindo o controle total do país em 1899. Esse domínio marcaria o período da colonização britânica do Sudão, persistindo entre os anos de 1898 até a independência do país em 1956 (NATSIOS, 2012, p.22).

Segundo Natsios (2012, p.48), o modelo de governo aplicado pelos britânicos no Sudão diferia dos demais utilizados no Império Britânico. No Sudão não ocorreu a alocação de famílias britânicas na colônia, destinadas a governar o país e iniciar negócios ou fazendas. Os britânicos governaram o país durante um período estável, com pouca influência na administração local, o que caracterizaria uma política de “governo indireto” – mais tarde denominada “administração nativa”.

Essa política, segundo Natsios (2012, p.48), consistia no fortalecimento e promoção da influência de chefes de tribos locais (sheiks ou anciãos), sob supervisão e autoridade de poucos administradores britânicos. Apesar da aparente liberdade administrativa delegada a nativos do país, a elite do vale do Nilo via a política britânica com maus olhos, pois pouco era o poder concedido aos sudaneses, sendo os britânicos quem efetivamente controlavam o país. Nas regiões rurais, por sua vez, apenas os grandes grupos religiosos de bandeira muçulmana é que conseguiam mobilizar a população (NATSIOS, 2012, p.49).

“Os oficiais britânicos serviam no top da administração local, os egípcios como oficiais dos cargos médios, e uma nova classe sudanesa emergente e educada, do Vale do Rio Nilo, preenchiam os cargos mais baixos do governo” (NATSIOS, 2012, p.47).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> “British officials served at the top of the local administration, Egyptians served as mid-ranking officers, and a newly emerging class of educated Sudanese from the Nile River Valley filled lower-level government positions.”

Outra característica do período britânico no Sudão foi o fortalecimento da presença islâmica egípcia no norte, visando o enfraquecimento das elites Mahidya – derrotados nas incursões da coalizão anglo-egípcia (NATSIOS, 2012, p. 50).

A fim de manter a ordem, o governo britânico atuava com sua força militar, eliminando qualquer oposição armada que surgisse. Esse tom agressivo de combate a divergências marcou a administração anglo-egípcia –os britânicos delegavam grande poder aos egípcios e, também, com eles colaboravam nas pretensões sobre a política e o território sudaneses (NATSIOS, 2012, p. 48).

Como exemplo dessa brutalidade, Natsios (2012, p. 48) evidencia dois episódios ocorridos no contexto da Primeira Guerra Mundial. Após estabelecer novamente o sultanato na região de Fur, Ali Dinar atendeu ao chamado do Império Turco-Otomano para uma Jihad contra os Aliados Ocidentais, sendo brutalmente derrotados pelo exército britânico. Em 1924, por sua vez, protestos nacionalistas coordenados por profissionais liberais árabes culminaram no amotinamento da Escola Militar Sudanesa, ao qual os britânicos responderam com a aplicação de Artilharia de campo para vencer a insurreição.

Mas, na opinião de Natsios (2012, p.50-51), a política de repressão das aspirações nacionalistas dos sudaneses trouxe ao país um período de paz, trazendo diversos benefícios ao país, impedindo que as inúmeras diferenças e disputas que permeavam a sociedade sudanesa ganhassem proporções maiores.

Outro fator preponderante da colonização britânica foi o desenvolvimento desproporcional entre o Vale do Rio Nilo e o restante do país, denominada por Natsios (2012, p.47) como periferia. Dentre os fatores que contribuíram para essa disparidade está o tráfico de escravos, que estava presente no início do período, mas que cresceu ainda mais ao longo da dominação anglo-egípcia. A fim de proteger o Sul dos traficantes de escravos, os britânicos isolaram a região, solução que atendeu a política britânica para o tema, mas que ocasionou a diminuição de cerca de dois terços dos rendimentos do país.

Beneficiando-se da paz estabelecida pelos britânicos, a perda de renda vinda do tráfico de escravos foi compensada por uma onda de prosperidade que se instalou após o projeto de irrigação que, no seu auge, cobriu dez milhões de acres do território sudanês. A combinação do projeto de irrigação com a construção de infraestrutura básica e de instituições públicas, a estabilização da governança e o incentivo à educação; contribuíram com a modernização do país. Mas, conforme

relembra Natsios (2012, p.51-52), essa modernização e esses benefícios se concentraram principalmente na região do Vale do Rio Nilo, excluindo-se desse processo a demais regiões como o Sul, Darfur e Kordofan.

Todo esse desenvolvimento acabou por ser interrompido com os efeitos da Grande Depressão (1929), registrando-se um breve período de recuperação em 1934, mas sendo novamente interrompido pela Segunda Guerra Mundial.

### 2.2.3 A Independência do Sudão

Num processo iniciado na esteira dos movimentos nacionalistas árabes e africanos após a Segunda Guerra Mundial, o Sudão voltou a caminhar como uma nação independente a partir do ano de 1956. O processo de independência, segundo Natsios (2012, p.53) foi caracterizado por três tópicos litigiosos, e principalmente pela disputa entre os Britânicos e os Egípcios pela influência sobre o iminente novo país.

A relação entre Egito e Sudão seria a primeira pendência. A preocupação britânica residia na possibilidade de uma união egípcia-sudanesa ameaçar os interesses britânicos na região, em especial a liberdade de tráfego no Canal de Suez (NATSIOS, 2012, p.53).

Os descendentes do partido Mahdista (Umma) defendiam uma absoluta independência do Sudão em relação aos seus vizinhos do norte, enquanto o outro partido político protagonista (Khatmiyya) propunha uma união com o Egito (NATSIOS, 2012, p. 53).

O embate entre Egito e os britânicos, antes integrantes de uma força de coalização sobre a colônia, culminou numa “guerra de ofertas”<sup>4</sup> pela lealdade das classes profissionais sudanesas. Essa disputa acabou por acelerar o processo de independência, alcançada antes que os tópicos importantes estivessem resolvidos (NATSIOS, 2012, p. 53-54).

---

<sup>4</sup> “Bidding war”

A condição e autonomia da parte sul do país marcaria o segundo tópico litigioso do processo de independência. Diferentemente da relação Egito-Sudão, neste tópico ambos os partidos políticos buscaram minimizar a influência do Sul no processo e os excluírem das negociações. Ao fim, a decisão foi de manter o Sul e o Norte unidos, mas permitindo ao Sul uma limitada participação na Assembleia Nacional (NATSIOS, 2012, p.53 e 55).

A relação entre Estado e Religião também comporia os tópicos litigiosos do processo de independência. À época, os principais partidos religiosos (Umma e Khatmiyya) defendiam a criação de um Estado Islâmico, enquanto outros partidos políticos (Comunistas, Socialistas e Secularistas) propunham um Estado laico (NATSIOS, 2012, p. 53).

Em 1950 o Rei Farouk, do Egito, sem consultar qualquer espectro político do Sudão, anunciou uma unificação entre os dois países, aprovando uma nova constituição. Natsios (2012, p.54) assevera que essa intenção ficou apenas no papel, pois os britânicos continuavam com o controle sobre o Sudão.

Como já relatado antes, as agitações e mudanças ocasionadas pelos movimentos nacionalistas do mundo árabe geraram efeitos na independência sudanesa. Em 1952 Abdel Nasser efetivou um golpe de Estado que afastou do poder o Rei Farouk, estabelecendo um regime Árabe Socialista cuja ideologia seria marcada por um Pan-Arabismo laico. Na esteira das mudanças da política doméstica egípcia, o novo governo se comprometeu com a independência sudanesa, apesar de manter o fomento, não público, de um movimento de unificação do Sudão com o Egito (NATSIOS, 2012, p.54).

Após a promessa do governo egípcio de num prazo de três anos garantir a autodeterminação sudanesa, ao fim de 1953 foram conduzidas eleições livres por todo o país, elegendo-se uma Assembleia Nacional para a descolonização, em que os sudaneses do Norte ficaram com os postos mais importantes. A Assembleia Nacional então votou pela independência do Sudão, e contra a unificação com o Egito, permitindo ao país atingir a sua independência em 1956 (NATSIOS, 2012, p.22 e 55).

#### 2.2.4 Sudão Independente e os Governos de Numayri e de Al-Mahdi

Com a partida dos britânicos em 1º de janeiro de 1956, um novo país era nascido com um governo despreparado para administrar o país e uma nação ainda tomando forma, com o Norte muito mais desenvolvido que o sul (Natsios, 2012, p. 57)

As divisões internas e as rivalidades tribais viriam à tona a partir da partida dos colonizadores. Tópicos como a divisão federal e o papel do Islã na sociedade sudanesa permaneceram latentes. O clima, à época, era de alívio por parte do Norte, enquanto no Sul do país havia um sentimento de luto (NATSIOS, 2012, p.47,57).

Após a condução de eleições democráticas em 1958, com uma vitória majoritária na Assembleia Nacional dos dois principais partidos políticos de bandeira islâmica, o que se viu foram dois anos de um governo frágil, muita intriga política e uma recessão econômica.

Como resultado desse quadro inicial precário, em 1958 um golpe de Estado foi aplicado pelo General Ibrahim Abbud, Comandante do Exército Sudanês. Seu governo trouxe certa estabilidade econômica, principalmente graças à ajuda vinda de empréstimos internacionais, e também algumas melhorias na infraestrutura do Norte do país e a construção de escolas ao Sul (NATSIOS, 2012, p. 57-58).

Na esteira das estabilidade político-econômica, Abbud apregoava que para se alcançar um país unido seria necessário expandir a cultura Árabe e o Islã ao Sul. Em 1962, através de decretos, as atividades de missões cristãs foram restringidas no Sul, sendo totalmente expulsas nos anos seguintes. Mudanças na rotina diária da comunidade foram feitas a fim de se adaptar os dias santos e as instituições da região às tradições do Islã; enquanto as escolas passaram a ter uma educação muçulmana, o inglês deixou de ser o idioma oficial para dar lugar ao Árabe (NATSIOS, 2012, p. 58).

Como resultado, enquanto cidadãos sudaneses da porção Sul fugiam para os países vizinhos, os líderes opositores às medidas de Abbud fomentaram uma insurgência que se tornaria a Revolução de Outubro, em 1964, culminando na deposição do General Aboud e o estabelecimento de um novo governo democraticamente eleito. Apesar do sopro de esperança de rumo à estabilidade do país, os anos vindouros seriam de governos ineficientes e de curta duração até 1969 (NATSIOS, 2012, p.22, 59).

Em 1969 um novo golpe de Estado foi conduzido, dessa vez pelo General Numayri, graças à má administração econômica e à paralisia política dos governos democráticos. Numayri chegou ao poder após um golpe pacífico, aos moldes da Revolução Egípcia, e adotou a mesma ideologia de seus vizinhos do Norte: secularismo, socialismo e pan-arabismo (NATSIOS, 2012, p. 61)

Natsios (2012, p. 65) resume os seis primeiros anos do governo de Numayri nas seguintes palavras:

“Após seus seis primeiros anos de governo, Numayri poderia elencar algumas conquistas relevantes. Ele pôs fim à primeira guerra civil através de um acordo político, mantendo a união do país e concedendo pouquíssimo ao Sul. Ele implementou um grande número de projetos de infraestrutura, adotou uma nova constituição secular, e abriu diversos canais de ajuda internacional que permitiram a entrada de investimentos para o desenvolvimento no país”.<sup>5</sup>

Apesar dos avanços obtidos, em razão da complexa situação política e econômica do país, Natsios (2012, p.66) indica que, ao longo dos primeiros anos de governo, Numayri acumulava gradualmente uma grande lista de inimigos, o que lhe forçaria a constantemente mudar a direção do curso de suas políticas. Em 1976, com a crescente oposição doméstica, Numayri decidiu por adotar uma agenda política islâmica para o Sudão; agradando, assim o Norte.

Em relação ao sul, desde sempre isolado fisicamente, e com uma infraestrutura, educação e instituições frágeis; diversos fatores previamente impostos já complicavam uma política efetiva e conciliadora na relação com o Norte. Além disso, apesar dos acordos alcançados por Numayri, as suas restrições quanto a ceder às demandas do Sul, em especial conceder-lhes maior autonomia política e militar, não ajudavam no arrefecimento dos sentimentos separatistas de sua população (NATSIOS, 2012, p.68).

A partir de 1972 a Sharia começou a ser aplicada em todas as províncias do país e a todas as pessoas, independente de religião. Não obstante, o governo de Numayri ficaria cada vez mais corrupto, abusivo e incompetente, com decisões importantes (como projetos de infraestrutura) não mais sendo resultado de consultas

---

<sup>5</sup> “After his first six years of rule, Numayri could point to some major accomplishments. He had ended the first civil war through a political settlement, while maintaining the unity of the country and conceding very little to the southerners. He undertook a number of large infrastructure schemes, adopted a new secular constitution, and opened international aid spigots so that development funds could pour into the country.”

técnicas aos seus ministros, mas decisões pessoais de Numayri (NATSIOS, 2012, p.70).

Essa centralização de poder e a adoção de uma teocracia, decorrente da adoção da Sharia, agravou ainda mais o quadro de marginalização e repressão aos não-muçulmanos; com o Estado passando a ser usado como uma ferramenta de repressão, ao invés de governo (ADAR, 2000, p. 50).

Com a economia se deteriorando na ambiência doméstica, e uma crescente onda de radicalismo fundamentalista islâmico, Numayri suspendeu os principais elementos do Acordo de Paz de 1972, declarando uma Revolução Islâmica no País e reiniciando um processo de islamização. Consequentemente essa decisão levou a uma ressurgência dos movimentos de independência do Sul (ADAR, 2000, p. 50).

A partir desse momento, com o retrocesso na sua política conciliatória com o Sul, levantes populares começaram a acontecer na região, enquanto pendências que pareciam caminhar para uma resolução ficariam sem uma saída até a independência do Sudão do Sul em 2011 (NATSIOS, 2012, p.70).

O quadro político se agravava principalmente ao Sul, onde as raízes das futuras Guerras Civis eram cada dia mais regadas com a insatisfação popular contra a Revolução Islâmica imposta por Numayri. Em 1985, Natsios (2012, p. 77) destaca que:

“(...) a economia ficou fora de controle, com uma inflação crescente, salários congelados, grande dívida governamental, um dramático declínio nas importações, e uma crescente desigualdade social que geraram uma ampla revolta e um desencanto populares.”<sup>6</sup>

Não obstante as graves situações política e econômica do país, o Norte da África foi tomado por epidemias e fomes, causando centenas de milhares de mortes nas áreas rurais do Sudão. Como resultado, a região foi inundada por protestos e movimentos populares (NATSIOS, 2012, p.68).

Com a situação doméstica praticamente incontrolável, os dezesseis anos de reinado do General Numayri chegaria ao fim em 1985 após um golpe militar durante uma visita de Numayri aos Estados Unidos. Os militares prometeram eleições democráticas em um ano, e conduziram negociações com o Sul, culminando numa

---

<sup>6</sup> “(...) the economy had spun out of control, with rising inflation, static wages, defaults on the government’s massive debts, a dramatic decline in exports, and growing social inequality that caused widespread popular disenchantment and unrest”

Declaração de Intenções que defendia um Sudão livre de discriminação e um processo de reforma nacional (NATSIOS, 2012, p. 78).

No ano seguinte, como resultado das eleições, Sadiq al-Mahdi, do partido Umma, foi eleito para um governo de coalização que conduziria o país nos próximos anos. O seu discurso girava em torno da suposta superioridade da cultura árabe-islâmica sobre a áfrico-cristã. Segundo Natsios (2012, p.78), esse posicionamento sugeria que o novo líder sudanês iria colocar em prática um plano para a destruir a cultura e a sociedade do Sul.

A estratégia de al-Mahdi consistiu em quatro pontos que se voltariam contra o próprio líder. Ele propôs que o governo de Cartum colocasse as tribos do sul uma contra outra, fornecendo-lhe recursos como armas e dinheiro. Ao Norte, o governo formaria milícias, para complementar o exército sudanês, através de programas de organização, armamento e financiamento dessas forças paramilitares.

Al-Mahdi pretendia manter a guerra com o Sul o mais afastado possível de Cartum, a qualquer custo, a fim de que os efeitos da guerra ficassem restritos à porção Sul do país. Ele também propunha a utilização das milícias do norte e da rivalidade das tribos do Sul para que ataques e a dizimação das tribos nessa região, forçando a remoção das suas populações. Com isso, Al-Mahdi acreditava que a cultura do Sul estaria enfraquecida e as pessoas, conseqüentemente, mais propensas a se submeterem ao processo de arabização e islamização proposto por ele (NATSIOS, 2012, p.78).

Natsios (2012, p.80) destacou que, ao contrário do planejado, a estratégia fez com que a situação humanitária piorasse ainda mais: mais tribos e principalmente meninos se juntaram ao exército de resistência do sul, mais vilas foram queimadas e destruídas, mais crianças foram sequestradas e submetidas a um regime de escravidão, e mais mulheres foram estupradas.

Somando-se ao agravamento da situação da Guerra Civil Norte-Sul, tanto no aspecto militar para o norte, quanto humanitário para o sul; a situação econômica do país só se deteriorava. A taxa de inflação dobrou de 40% para 80%, a dívida pública apenas aumentou, sem ter sido implementadas estratégias de arrefecimento; e, como era de se esperar, a guerra com o Sul consumiu grande parte do orçamento do país, fazendo com que o seu desenvolvimento fosse ainda mais lento (NATSIOS, 2012, p.80).

Com esse quadro crítico (militar, econômico e humanitário) o alto comando militar da capital deu a Al-Mahdi um ultimato, determinando-lhe que buscasse a paz junto ao Sul. O líder acatou o ultimato e buscou sentar-se a mesa com o Sul para negociações de paz, contrariando seu discurso de início de governo.

#### 2.2.5 Governo al-Bashir e Turabi

Todo esse quadro histórico-político-geográfico até então apresentado é basicamente o contexto em que Omar Al-Bashir assumiu o controle do país em 1989, estabelecendo-se como o regime dominante no país por décadas, até 2019 (BROSCHÉ, 2011, p. 4).

O então Brigadeiro-General Omar Al-Bashir liderou um golpe de estado, com apoio principalmente dos oficiais de média patente, no momento em que Sadiq al-Mahdi estava prestes a embarcar para as negociações de paz com o Sul. A intenção de Al-Bashir era justamente evitar que o primeiro encontro entre as partes ocorresse, e, num segundo momento, reverter a situação instável em que o governo sudanês se encontrava.

A ambiência que permite esse golpe de estado ocorrer é a contínua instabilidade que o governo Al-Mahdi trazia ao país (BUTLER, 2019, p. 95). Assim que assumiu o poder, Omar Al-Bashir se direcionou à Nação alegando que o golpe contra Al Mahdi se deu em razão dos abusos do governo contra os direitos humanos. Entretanto, a realidade era que Al-Bashir estava implementando um Estado Islâmico, que ao longo dos primeiros meses ganharia corpo (NATSIOS, 2012, p.87).

Rapidamente Al-Bashir passou a combater os rebeldes aos moldes de uma ditadura, apresentando fortes tendências islâmicas. Ele banuiu os partidos políticos e dissolveu o parlamento, além de criar uma força paramilitar que mais tarde ganharia protagonismo nos embates em Darfur (BUTLER, 2019, p. 95).

O grande articulador e idealizador desse novo Estado Islâmico foi Hassan al-Turabi. Ele era visto como um proeminente estudioso do Islã e mais como um teólogo do que um político. A sua intenção era usar o Sudão como uma base para a islamização radical da África (NATSIOS, 2012, p.31), fato que alertou os seus países vizinhos (Eritreia, Etiópia, Quênia e Uganda) que previam uma ameaça contra a relativa estabilidade doméstica que viviam.

Al-Turabi possuía visões bem específicas do Islã, e usou toda a sua capacidade intelectual e suas energias para preparar o terreno para uma revolução islâmica, com intenções expansionistas. Usou, também, o governo Al-Bashir para moldar tanto a sociedade quanto o governo sudaneses à sua visão do Islã (NATSIOS, 2012, p.31,90).

Sob o argumento de que não seria necessário um processo legislativo democrático, pois o Corão e a Sharia eram suficientemente completos para guiar a governança de uma sociedade, foi implementada por Al-Bashir e Al-Turabi uma Democracia Islâmica. Ela era governada pela elite muçulmana pertencente ao partido Umma, e impunha a todos no Sudão as suas interpretações da vontade de Alá (NATSIOS, 2012, p.89). A lei e a governança do Sudão passariam a ser Hassan Al-Turabi e sua interpretação do Corão e da Sharia.

Na prática, Al-Bashir e Turabi estavam implementando um Estado Islâmico a tal nível – através de recrutamento, educação e cultura – que Natsios (2012, p.93) destaca que qualquer pretendente a liderar o país que não fosse islâmico apenas ganharia o poder através de um banho de sangue. Neste passo, as instituições islâmicas criadas por essa Revolução perpetrariam ainda mais as desigualdades de longo prazo do país.

Politicamente o governo usava o aparato militar como uma ferramenta de eliminação dos líderes políticos locais, acabando com possíveis concorrentes (BUTLER, 2019, p. 95). Essa estratégia representaria a ocupação de funções no governo de al-Bashir, em que a qualificação dos candidatos era avaliada pelo nível de lealdade e não pela sua eficiência (HASSAN, 2010, p. 22)

No aspecto econômico qualquer empresa que pretendesse ter acesso ao mercado financeiro precisava ser do grupo político de Al-Turabi. Assim, a elite de negócios se converteu para o grupo dos islâmicos após a tomada de poder por Al-Bashir. Na área bancária, beneficiando-se de uma boa relação com a parte mais conservadora da família real saudita, Al-Turabi obteve dinheiro para que o banco Faisal Islamic Bank (sudanês) oferecesse àqueles do grupo de Al-Turabi financiamento em bons termos, e respeitando a restrição do Corão quanto a lucrar com empréstimos (NATSIOS, 2012, p.92).

No Estado, a revolução foi além dos ministérios de governo, ocorrendo o afastamento de juízes cujas filosofias eram vinculadas ao secularismo, substituindo-

lhes por juízes alinhados com a visão do Islã de Turabi – substitutos que eram sua grande parte seus ex-alunos (NATSIOS, 2012, p.92)

O Exército, outro elemento do aparato estatal, recebeu especial atenção da política de Al-Turabi. Oficiais cuja ideologia não era alinhada com a de Turabi foram aposentados, ou presos ou alguns executados. Deste modo, Turabi pretendia garantir a lealdade dentro do Exército ao novo governo e à Revolução. Como estratégia de limitar o poder do Exército, cujo apoio permanecia incerto, Turabi criou uma nova força paramilitar denominada *Popular Defence Force* (PDF), que representaria o “Exército do Povo”, destinada a proteger Al-Turabi, seus seguidores e a Revolução (NATSIOS, 2012, p.91).

A PDF se mostraria útil para o governo de Al-Bashir por realizar ações que os oficiais de carreira da *Sudanese Armed Force* (SAF) não aceitavam conduzir, dada a brutalidade necessária para manter a ordem das ruas nas repressões contra movimentos sindicais ou de estudantes.

O controle estatal, e principalmente a precaução quanto a futuros golpes, também se deu através da criação de um aparato de inteligência militar mais robusto, que focava na segurança doméstica. Como forma de controle, cada um dos elementos de segurança do Estado deveria responder diretamente a Al-Bashir e ao seu Conselho de Ministros. Assim, nenhuma dessas instituições teria força, sozinha, para conduzir um golpe de Estado (NATSIOS, 2012, p.92).

Natsios (2012, p.97) destaca que a Revolução Islâmica de Al-Turabi ajudou a acelerar aquelas forças centrífugas que já estavam presentes desde a independência do país em 1956. Além da persistência do movimento separatista do Sul, que já teria marcado o país com Guerras Civis até então, uma nova guerra começara no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 na região de Darfur<sup>7</sup>, evidenciando a mistura instável de alianças tribais que permeava o território do Sudão.

Mas foi no cenário internacional que a relação entre Al-Bashir e Al-Turabi começou a ser abalada. Até então a atenção internacional sobre o Sudão estava limitada (1) aos interesses de seus vizinhos ao norte (Egito e Líbia), (2) a preocupação distante quanto à revolução islâmica dos seus vizinhos africanos, (3) uma relação religiosa e financeira com os demais países árabes (notadamente

---

<sup>7</sup> Sobre a qual discorreremos mais tarde;

Arabia Saudita), e (4) uma relação militar ideológica, em determinados episódios, com a União Soviética.

Al-Turabi vislumbrava que a Revolução Islâmica deveria ganhar proporções globais, em especial expulsar do mundo árabe a influência secular de governos corruptos. Natsios (2012, p.93) destaca que Al-Turabi entendia que o Ocidente teria criado limitações artificiais aos Estados-Nações, e que esse modelo não se adequava à estrutura histórica de governança islâmica. Por isso, seu objetivo final seria o reestabelecimento da ordem antiga do Califado Islâmico, com a implementação da Sharia como o código legal e o Corão como a fonte da verdade.

Natsios (2012, p.93) aponta que inicialmente os analistas ocidentais não se preocuparam muito com a revolução doméstica que ocorria no Sudão, mas com o discurso radical (de uma revolução islâmica global) de Al-Turabi sendo ampliado, o interesse internacional sobre o Sudão passou a aumentar. A partir de então, algumas iniciativas e alianças estabelecidas pelo governo sudanês começavam a fazer o Ocidente olhar com outros olhos para o país.

Em 1992, superando a histórica animosidade entre as tradições sunita (dominante no Sudão) e chiita (dominante no Irã), o Irã se tornou um dos principais aliados do Sudão, fornecendo-lhes equipamentos militares para que o exército do Norte pudesse combater os insurgentes do Sul. Natsios (2012, p.94) aponta que a contrapartida foi o Sudão ser usado como plataforma para uma Revolução Islâmica na África, assim atendendo os interesses iranianos.

Al-Turabi também colocaria em prática um outro projeto que, no futuro, mudaria a relação do Sudão com o Ocidente. Em 1991, em Cartum, foi realizada a primeira Assembleia Geral da *First Popular Arab and Islamic Congress* (PAIC), com o objetivo de colocar juntos todos os grupos radicais islâmicos do mundo. Dentre as organizações presentes neste primeiro encontro, encontravam-se o Hamas, al-Qaeda e Hezbolalh (NATSIOS, 2012, p.94).

As intenções de Al-Turabi e de seu partido eram que as organizações islâmicas de todo o mundo pudessem encontrar no seu país um porto seguro para que os seus projetos de treinamento e financiamento pudessem ser conduzidas sem riscos, e que seus “quartéis-generais”, bases de operações e de suporte para as suas ações no mundo fossem sediados no Sudão (NATSIOS, 2012, p.95).

Natsios (2012, p.95) nos dá como exemplo o suporte fornecido por Al-Turabi para a Frente Algeriana de Salvação Islâmica na Guerra Civil Algeriana em 1991; a

distribuição por toda a África do Norte de fitas contendo sermões de Al-Turabi para inspirar militantes islâmicos do mundo árabe; e o apoio ao grupo revolucionário islâmico da Tunísia, de Al-Nahda, cujo objetivo era tomar o governo tunisiano.

Nesse momento, apesar das movimentações do governo sudanês, a atenção diplomática do mundo estava voltada para outro evento histórico: o colapso da União Soviética e do Leste Europeu, o que permitiu que as atividades da PAIC fossem conduzidas sem chamar grande atenção.

Domesticamente o governo de Al-Bashir e Al-Turabi desfrutava da divisão entre as forças do sul, contexto em que foram registradas, segundo Natsios (2012, p.99) um dos momentos mais terríveis dessa guerra. Com a desunião do sul, o exército do norte ganhava folego, assim como a revolução de Al-Turabi.

Seria em razão da Al-Qaeda que a PAIC de Turabi entraria no radar internacional com efeitos importantes para o desenrolar da história do país, quando Osama Bin Laden passou a ser um dos beneficiários da hospitalidade sudanesa (NATSIOS, 2012, p.95). Em 1991, Bin Laden moveu sua base de operações do Afeganistão para Cartum, onde estreitou seus laços com Turabi: casou-se com uma das suas sobrinhas e estabeleceu contratos governamentais para que as suas empresas pudessem conduzir obras e projetos do governo sudanês.

O PAIC deu apoio a ações da Al-Qaeda em mais de dez países, servindo como base de operações para a organização. Uma dessas operações fez com que os Estados Unidos e o Ocidente definitivamente voltassem suas atenções para o Sudão: em 1995 o Sudão, através dos seus oficiais sêniores, foi peça-chave no planejamento, transporte de armamentos e suporte de inteligência para os autores da tentativa frustrada de assassinato do líder egípcio Hosni Mubarak (NATSIOS, 2012, p.96). A consequência foi a imposição de sanções internacionais sobre o Sudão, através de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU.

Em 1998 a Al-Qaeda conduziu ataques terroristas contra as embaixadas americanas na Tanzânia e no Quênia, servindo-se do apoio sudanês, e com isso “o Sudão tinha acabado de colaborar com um ataque direto à soberania dos Estados Unidos”<sup>8</sup> (NATSIOS, 2012, p.109).

O governo americano conduziu ataques militares de retaliação no Sudão e no Afeganistão, enquanto no campo econômico foram impostas mais sanções

---

<sup>8</sup> “Sudan had just cooperated on a direct attack against U.S. sovereignty.”

internacionais. No campo diplomático, os Estados Unidos passaram a adotar uma postura pública crítica através do Conselho de Segurança da ONU, removendo as suas embaixadas do país e rebaixando as relações diplomáticas com ele. Conseqüentemente, segundo Natsios (2012, p.110), as medidas americanas assustaram o governo de Al-Bashir, quem temia que os Estados Unidos pudessem querer promover uma mudança de regime no Sudão.

Apesar da forte pressão promovida pelos Estados Unidos, uma das mais efetivas ferramentas de sobrevivência sudanesa foi colocada novamente em prática: a diplomacia (NATSIOS, 2012, p.111). Vendo-se isolado na comunidade internacional, principalmente entre os seus vizinhos, através da diplomacia o Sudão colocava em colisão a desproporcionalidade das medidas agressivas dos Estados Unidos em relação às medidas mais leves da comunidade europeia.

O Conselho de Ministros do governo passou a entender que o principal ponto de vulnerabilidade das relações internacionais do Sudão era o Osama Bin Laden, decidindo deportá-lo do país – o qual seria de fato deportado do país em 1996 para o Afeganistão, após negociações com a Arábia Saudita e com os Estados Unidos. Na esteira desse primeiro passo, Al-Bashir procedeu com o desmantelamento da PAIC e expulsou os grupos islâmicos radicais que até então encontravam um porto seguro no Sudão (NATSIOS, 2012, p.101).

Apesar das medidas que amenizaram a pressão internacional, os Estados Unidos continuavam em uma guerra virtual com o governo sudanês, condenando os abusos humanitários cometidos no país e a sua postura radical. Essa mesma desconfiança e a situação instável nas relações também marcavam a política doméstica sudanesa.

Nas palavras de Natsios (2012, p.102), Omar al-Bashir iria utilizar as ferramentas do aparato estatal para evitar que ele fosse retirado do poder por al-Turabi. Em 1996, em eleições administradas e conduzidas para garantir um resultado favorável, Al-Bashir foi eleito presidente com 75% dos votos, enquanto Turabi saiu vitorioso como o líder da Assembleia Nacional.

Sob a bandeira de tornar o país e as instituições mais democráticas e utilizando-se de sua função no legislativo (não mais apenas um membro do governo de Al-Bashir), Al-Turabi buscou colocar em prática uma estratégia para diminuir o poder de seu rival, propondo uma legislação que promoveria:

“(...) eleições populares diretas para governadores (eles eram até então nomeados pelo Presidente), uma emenda constitucional permitindo que a Assembleia Nacional afastasse o Presidente por dois terços dos votos, e a dissolução do banimento de partidos políticos.” (NATSIOS, 2012, p. 102)<sup>9</sup>

Em dezembro de 1999, com o acirramento do clima do debate político e a dois dias da legislação proposta por Al-Turabi ir à votação, Al-Bashir declarou estado de emergência no país, dissolvendo a Assembleia Nacional e estabeleceu novas eleições para o ano de 2000. Após uma nova vitória, desta vez com 86% dos votos, Al-Bashir começou a implementar uma política de expurgo dos partidários de Turabi e dele mesmo.

O rompimento com Turabi fez com que Al-Bashir retomasse certo espaço de atuação no tabuleiro internacional, tendo as suas medidas comemoradas pelos seus vizinhos árabes – em especial o Egito, com Mubarak convidando Bashir para visitar o Cairo a fim de restabelecer boas relações entre os países e superar as rivalidades anteriores (NATSIOS, 2012, p.105).

Como Natsios (2012, p.103-104) destaca, a revolução proposta pelo iniciante governo de Bashir e Turabi encontrou a realidade dos fatos, não conseguindo se expandir para os seus vizinhos árabes e africanos, como era o planejado.

No ambiente doméstico, restaram dois elementos que comporiam o governo de Al-Bashir durante o Século XXI: o legado de um Estado Islâmico Autoritário (cujo aparato foi mantido por Al-Bashir) e a manutenção de uma linha dura da ideologia islâmica.

Os líderes do Sul viram com desconfiança o rompimento entre Al-Turabi e Bashir, acreditando que o episódio serviria apenas para reduzir a pressão internacional sobre o país, mas que a agenda islâmica radical estaria sendo mantida para que, no momento em que o Estado sudanês estivesse mais forte, a Jihad islâmica pudesse ser colocada em prática na África (NATSIOS, 2012, p. 103-104).

Natsios (2012, p.105) traduz bem o comportamento político e de governo de Omar al-Bashir quando diz que ele “(...) mostrou uma propensão de recuar da beira do precipício.”<sup>10</sup> O expurgo de Al-Turabi foi uma solução para amenizar as pressões internacionais, mas acabou por desgastar ainda mais o seu já fraco apoio popular.

---

<sup>9</sup> “(...) the direct popular election of governors (they had been previously appointed by the president), a constitutional amendment allowing the National Assembly to depose of a president by a two-thirds vote, and the dissolution of the ban on other political parties.”

<sup>10</sup> “(...) has shown a penchant for pulling back from the precipice.”

Além disso, outro problema permanecia latente, como fora durante toda a história do Sudão independente: os conflitos internos com o Sul e em Darfur.

Natsios (2012, p.105) aponta que Al-Bashir pode ter acreditado que ele encontraria apoio político no Sul (a mesma crença de Numayri), razão pela qual ele adotaria uma política dúbia em relação à Guerra Civil Norte-Sul.

Para poder melhor controlar as relações tribais com a periferia, Cartum adotou uma política de aumento dos lucros da exploração de petróleo, redirecionando-os para o aumento de pagamentos e de empregos ofertados. Esses mesmos recursos também foram direcionados para a aquisição de armas e melhorias no sistema de segurança que seriam empregados na política de repressão violenta de qualquer rebelião das regiões conflituosas, independente dos custos políticos doméstico ou internacional (NATSIOS, 2012, p.110)

Entre o expurgo de Al-Turabi no início dos anos 2000 e a queda de Al-Bashir em 2019, tanto as Guerras Civis Norte-Sul quanto as Rebeliões de Darfur fizeram do Sudão um foco de atenção frequente. Acreditando que a ajuda humanitária internacional estava apenas prolongando os conflitos em andamento, Al-Bashir adotou uma política de obstrução às entregas das ajudas humanitárias durante dezesseis anos, levando centenas de milhares de pessoas do Sul a morrerem (NATSIOS, 2012, p. 82), quadro agravado ainda mais pelo modelo de violência brutal utilizado na repressão contra as rebeliões de Darfur e do Sul.

Em 2010 Al-Bashir fora reeleito novamente com 68% dos votos. Mas após uma tentativa de golpe em 2011 ele afastou os civis do seu governo, permitindo que os militares tomassem o controle do governo.

Em sua história mais recente, entre os anos de 2018 e 2019, o Sudão viu o governo de Omar al-Bashir ser desafiado por movimentos populares cujas proporções jamais tinham sido observadas. Somando-se à instabilidade da região de Darfur; que ainda buscava encontrar bons termos de paz entre as partes e uma recuperação após o longo conflito local; o aumento dos preços de insumos básicos (como pão, água e combustível) fez com que a população iniciasse protestos contra a precária situação vigente.

Mesmo após medidas de controle e de repressão do movimento – estado de emergência, restrição do acesso à internet e controle de movimento dos seus nacionais – Omar Al-Bashir viu seu apoio junto aos militares desmoronar. Os protestos apenas aumentaram em volume, tom e alvos; e em meados de 2019 Al-

Bashir foi removido da liderança do país – sendo colocado em prisão domiciliar para ser julgado pelos diversos crimes cometidos durante seu governo – e um governo de transição, primeiramente apenas militar, mas depois civil-militar, assumiu o controle do País.

### 2.3 AS GUERRAS CIVIS NORTE-SUL

Como já vimos anteriormente, a história do Sudão tem como um dos seus protagonistas o sentimento separatista do Sul. Esse conflito permeou as relações domésticas e internacionais sudanesas durante toda a sua história, e veio à tona principalmente após a sua independência, quando o próprio país teve que lidar com o problema.

Explicitamos, também, que apesar da importância desse conflito, nossa abordagem sobre ele será mais descritiva e histórica para que possamos focar nas rebeliões de Darfur. De qualquer modo, a compreensão dos episódios e do desenvolvimento das Guerras Civis Norte-Sul são de extrema importância para o atingimento dos objetivos desse trabalho.

A Guerra Civil Norte-Sul, segundo Adar (2000, p.45) matou mais pessoas que qualquer outro conflito desde a Segunda Guerra Mundial; somando-se mais mortes do que a combinação dos conflitos da Bósnia, Kosovo, Somália, Afeganistão e Chechênia.

Natsios (2012, p. 53) destaca que a questão de um sul independente é um dos três temas mais presentes e importantes da história do Sudão; ao lado da independência em relação ao Egito e do Islã como religião oficial. E as principais raízes do conflito Norte-Sul residem justamente nas divergências de visão sobre o Islã e sobre o Cristianismo (e os hábitos ocidentais).

Conforme explica Brusset (2004, p. 18) o conflito Norte-Sul iniciado em 1985 tem no cerne do problema a questão da autonomia dos governos do Sul em relação às decisões de Cartum. Mas somado a isso, temáticas como acesso a recursos naturais – como água, terra e petróleo – compõe o espectro conflituoso que levaria à acentuação da divisão étnica na região e a consequente unificação de diferentes

facções sulinas. Complementa-se ainda as divisões religiões (tema frequente no país) resultantes da política opressiva e predatória do governo central de Cartum sobre a periferia do país, neste caso representada pela porção Sul do território (BUTLER, 2015, p. 95).

Esse conflito representado pelas visões ideológicas antagônicas do islamismo e do secularismo gerou efeitos concretos e fortes no cenário político do país, sempre forçando os regimes sediados em Cartum a centralizarem o poder como forma de criar aparatos de segurança para a guerra e a repressão (ADAR, 2000, p. 49).

Butler (2015, p. 95) vai ao encontro de Adar ao afirmar que a crescente e frequente pressão polícia e militar dos conflitos no Sul ocasionou um longo período de intensa instabilidade política, tendo como consequência a implosão sucessiva de governos. Segundo o mesmo autor, é nessa esteira que partidos islâmicos extremistas ganham terreno no cenário político e, no médio prazo, resultam no fortalecimento de milícias que, sob a bandeira de Cartum, irão atuar contra as facções rebeldes e a população civil do Sul.

Natsios (2012, p.52) ressalta, porém, que sob a ótica do Norte, as raízes do conflito com o Sul vêm da política britânica de “(...) introdução do cristianismo no Sul, contenção da expansão do Islã, expulsão dos árabes, encorajamento do uso de vestimentas ocidentais pelos funcionários do Estado, e o uso do inglês como língua oficial do Sul, ao invés do árabe.”<sup>11</sup>

O Sul, por sua vez, vislumbrava o islã e os árabes como ameaças ao seu modo de vida e à cultura seminômades, pois eles estariam associados ao mercado de escravos e às constantes invasões vindas do Norte (NATSIOS, 2012, p.52). Essa visão é bem representada pelos tópicos trazidos às mesas de negociação pelos representantes sulinos quando defendiam uma política de não-sectarismo e de um Estado Laico; união dos estados em uma confederação democrática; defesa dos direitos humanos e tratamento equalitário e, principalmente, autodeterminação (ADAR, 2000, p. 52).

Butler (2015, p. 95) complementa que dentre os itens que compunham o manifesto do movimento sulino, destaca-se o discurso de rejeição à forte interferência de Cartum sobre a região; como fora o caso, cita o autor, da dissolução

---

<sup>11</sup> “(...) this by introducing Christianity in the South, containing the expansion of Islam, expelling Arabs, encouraging Western dress among local officials, and using English rather than Arabic as the southern lingua franca”

das assembleias políticas regionais em dado momento, cerceando às regiões periféricas do país uma participação efetiva nas decisões políticas do país e da região.

Apesar dos britânicos também terem contribuído para as desigualdades no desenvolvimento das duas regiões do país, havendo pouquíssimas estradas e as únicas escolas sendo de missões Cristãs; Natsios (2012, p. 52) ressalta que o Sul via os britânicos como seus protetores contra a islamização e arabização impostas pelo Norte, e contra a violência do tráfico de escravos.

Por sua vez, os regimes sudaneses, sempre baseados em Cartum, utilizavam-se das rivalidades tribais e étnicas do Sul para enfraquecer os seus movimentos de independência. As milícias locais eram suplantadas, pelo governo central, com armamentos e informações (ADAR, 2000, p. 56-57). Butler (2019, p. 95) entende da mesma maneira, afirmando que as crescentes e constantes pressões políticas e militares do Sul levavam à períodos de intensa instabilidade política no país, e, conseqüentemente, sucessivas quedas de governos.

Ao resumirmos o primeiro período pós independência, marcado pelo Governo de Numayri, fizemos alusão a um acordo de paz, assinado em Addis Abeba em 1972, pelo qual a Primeira Guerra Civil Norte-Sul terminou. Esse mesmo acordo seria rompido por um ato unilateral de Numayri, quando ele mudou a sua postura em relação “à questão do Sul” a fim de equilibrar o apoio doméstico.

Somadas ao ressentimento em relação ao Norte, e o sentimento de tratamento desigual, a primeira guerra traduziu anseios do Sul em relação à autonomia, representatividade, separação e até mesmo questão de fronteiras. Estas, em específico, permaneceriam sem solução até o ano da independência do Sudão do Sul, em 2011 (NATSIOS, 2012, p. 70).

A mudança de postura de Numayri, perseguida por seu sucessor Mahdi, seriam as raízes de uma nova guerra civil que iria se desenrolar na década seguinte. Essa mudança foi traduzida pela entrada em vigor de leis mais duras em relação aos não árabes, e a imposição da Sharia à toda a população sudanesa, independente de religião.

A Segunda Guerra Civil Norte-Sul teve início no ano de 1983, tendo como seu líder John Garang. Natsios (2012, p. 22 e 80) chama a atenção para o fato de que a retomada de conflitos na região contribuiu para agravar a já precária situação de

fome do país, gerando a morte estimada de duzentas mil pessoas, e contribuindo para que ao fim da década uma grande crise humanitária se instalasse no Sul.

A cada momento em que a guerra se espalhava pela região, com o aumento de ataques e saques às tribos do Sul, a condição de vulnerabilidade a fome, as doenças e a desidratação dos habitantes de tribos e vilarejos só aumentava. Os ataques de tribos, principalmente as pertencentes aos Murahalin, não eram novidades no Sul, pois consistiam em prática comum quando tribos nômades da região se viam em situação de vulnerabilidade. Entretanto, com a grande crise de seca e fome registrada na região do Sahel na segunda metade da década de 1980, a condição crítica virou realidade de todo o Sudão, contribuindo para o aumento dos saques (NATSIOS, 2012, p.83).

Ironia do destino – mas realidade de um país como o Sudão – em momentos de estiagem, a abundância pode ser uma vilã. Em agosto de 1988 chuvas intensas que duraram dois dias elevaram os níveis do Rio Nilo, inundaram a capital Cartum e alagou áreas de pasto e plantações no Sul. Para complicar ainda mais o quadro, uma praga de gafanhotos se instalou no Sudão, devastando plantações que ainda persistiam em sobreviver contra a seca e as inundações.

Natsios (2012, p.81) ressalta que a fome era uma consequência inevitável em razão do acúmulo de diversos desastres naturais registrados no período, agravando-se ainda mais com os ataques de milícias e outras tribos em busca de fontes de alimento. É nesse contexto que uma outra realidade constante da história sudanesa volta a ser registrada, e cujos efeitos compõe a grave crise humanitária que se instalou, e que permanece, no Sudão.

Natsios (2012, p.81) aponta que com as pessoas morrendo de fome, as famílias passaram a adotar estratégias para sobreviverem, o que envolveu o envio de garotos adolescentes para buscarem alimentos e moradia por conta própria, sendo expulsos das famílias.<sup>12</sup>

Com o aumento das taxas de morte, esse grave quadro humanitário chamou a atenção da opinião pública internacional, fazendo com que diversos organismos internacionais governamentais e não governamentais oferecessem ajuda ao país.

---

<sup>12</sup> Infelizmente uma tradição entre as famílias sudanesas, o “despacho” dos jovens meninos para passarem a sobreviver por conta própria reside no fato de que as meninas são vislumbradas como fonte de renda, pois ao casarem suas famílias recebem um dote da família do noivo. O despejo de meninos adolescentes resulta na disponibilidade de mão de obra a ser recrutada como soldados de milícias e forças paramilitares.

Entretanto, apesar da necessidade de ajudar a sua população, o governo em Cartum adotou uma postura que se repetiria nos próximos anos. Entendendo que a persistência do quadro de fome fragilizaria a posição do movimento separatista do Sul, o então líder sudanês Mahdi recusou a ajuda internacional (NATSIOS, 2012, p.81).

Apesar de sua resistência, e já após a morte de cerca de duzentas e cinquenta mil pessoas do Sul, o líder sudanês cedeu e aceitou a ajuda humanitária após uma conferência liderada pela ONU em 1989, em Cartum. A ajuda foi chamada de *Operations Life-line Sudan* (OLS), e no momento de sua implantação tinha como base uma estratégia de curto prazo para aliviar a situação no local – mas a OLS permaneceria em ação até 2005 (NATSIOS, 2012, p.81).

Natsios (2012, p.82-83) ressalta que Omar Al-Bashir deu sequência à estratégia de combate iniciada por al-Mahdi, usando o desalojamento, a fome, e as doenças como armas de guerra contra a população do sul, de onde o líder Garang obtinha os recursos e apoio para o seu exército. Al-Mahdi, Natsios evidencia, permitiu que as forças paramilitares por ele criadas cometessem as atrocidades horríveis contra os civis do Sul: queimando vilas, sequestrando e estuprando mulheres e crianças, assassinando os homens e saqueando seus animais.

Desalojadas após suas tribos terem sido destruídas, com falta de rebanhos e de mão de obra para retomar qualquer tipo de produção agrícola ou pecuarista, as pessoas morriam. Não obstante, foi trazido à tona por ONGs e grupos de direitos humanos episódios em que helicópteros da aeronáutica sudanesa tinham ordens de atirar contra animais que ainda estivessem vivos, prejudicando a fonte de alimentos da população do sul (NATSIOS, 2012, p.83).

O último elemento acerca do conflito, o qual trazemos à nossa pesquisa, é a mudança de postura e o fator amalgamador que o transcorrer dos anos trouxe aos sulinos. Natsios (2012, p.107-108) nos lembra que a exploração de petróleo – iniciada nos anos 1970 e cujos efeitos e resultados começaram a serem registrados principalmente ao longo da década de 1980 e 1990 – acabou por mudar a postura das tribos do sul no conflito.

O autor destaca que até então, apesar do movimento separatista ser comum a todos, a identidade tribal era o principal fator motivador entre as tribos do sul. Essa identidade também incorria em rivalidade em relação a outras tribos vizinhas, fator

que por si só já era suficiente para conflitos “naturais” e que era constantemente explorado pelo Norte para que o movimento não se unificasse com força suficiente.

Entretanto, Natsios (2012, p.107-108) aponta que a exploração de petróleo e, principalmente, os benefícios usufruídos por aqueles que a controlavam, fez com que a lealdade tribal no Sul fosse complementada com um sentimento de união. Esse sentimento associado ao petróleo se dava por causa do mau uso de seus rendimentos: o governo de Cartum usava o dinheiro obtido com a exportação do petróleo para financiar e promover a campanha de limpeza étnica do Sul, através de assassinatos, estupros e pilhagens de tribos.

Ou seja, os recursos explorados no Sul eram utilizados pelo Norte contra a população do próprio Sul. É essa inconsistência que, conforme Natsios (2012, p.108), uniria as tribos do sul como uma Nação, com um senso compartilhado de luto e indignação.

O conflito persistia durante a década de 1990, mantendo-se o contexto de mortes e sofrimento, sendo marcado por diversos momentos de impasse no campo de batalha, com as forças do sul sustentando a sua resistência contra o avanço do Norte.

Conforme já exposto, um dos elementos contextuais importantes para entender o desfecho do conflito foi a relação do Sudão com as organizações islâmicas revolucionárias e extremistas, a qual isolou o país no cenário internacional. Com a imposição de sanções econômicas internacionais em razão do financiamento e apoio ao terrorismo, com a situação humanitária agravada, e com a grande diminuição nas receitas da exploração de petróleo; o governo Omar al-Bashir não se encontrava numa situação econômica e política (tanto doméstica quanto internacionalmente) para continuar o conflito com as estratégias até então aplicadas.

Além do expurgo de al-Turabi do seu governo, al-Bashir acenaria para a comunidade internacional ao aceitar se sentar à mesa de negociações a fim de encontrar um fim ao conflito Norte-Sul.

O desfecho da resolução do conflito iniciou em 2001 com negociações de cessar fogo junto às forças do Sul nas Montanhas de Nuba, garantindo a entrega de ajuda humanitária à população afetada. Em 2002 o Governo Sudanês e as forças do Sul, após negociações, assinaram um acordo pelo qual, além de uma série de tópicos, ficava estabelecida a autodeterminação do Sul e as bases para um acordo de paz.

Em 2005, no Quênia, as forças do Sul e o Governo de al-Bashir assinaram um outro acordo no qual a Segunda Guerra Civil Norte-Sul alcançava o seu fim com o *Comprehensive Peace Agreement* (CPA), representando o nascimento de uma nova era para o país após duas décadas de contínuos conflitos (BUTLER, 2019, p. 95). Cumprindo os termos estabelecidos nesse Acordo de Paz, em 2010 eleições democráticas foram realizadas para eleger um novo presidente para o governo do Sul; e, finalmente, em um referendo conduzido em 2011, 98,6% dos votantes optaram por um Sudão do Sul independente do Sudão.

Apesar do desfecho positivo, com o fim dos conflitos e a autodeterminação do Sul respeitada, Natsios (2012, p.84) nos traz um balanço<sup>13</sup> de mortes e de pessoas afetadas diretamente e indiretamente pelo conflito. Nele são indicadas a morte de 1,3 milhões de sulinos na Segunda Guerra Civil Norte-Sul (1983-1993) e mais de 1 milhão de pessoas afetadas entre 1993 e 2003. O mesmo autor (2012, p.24) indica que entre os anos de 1983 e 2005 as Guerras Civis Norte-Sul ocasionaram a morte de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas e o deslocamento de cerca de 4 milhões de pessoas.

---

<sup>13</sup> Pesquisa conduzida pelo demógrafo americano J. Millard Burr e publicado pelo Comitê Americano para Refugiados.

### 3 AS REBELIÕES DE DARFUR

Conforme apresentado no capítulo introdutório do presente trabalho, nosso objetivo é compreender a composição híbrida do efetivo da missão de paz que hoje se encontra no Sudão (a UNAMID), em especial a participação dos países africanos e árabes, com base no seu contexto histórico e político.

Deste modo, após apresentado um considerável relato da história do Sudão, continuaremos nos baseando na obra de Natsios a fim de trazer ao leitor o histórico das Rebeliões de Darfur. É este conflito que figurará como alvo da comunidade internacional, tanto regionalmente no continente africano, quanto internacionalmente na ONU, a partir dos anos 2000; culminando na criação e implementação da UNAMID.

O objetivo, como já dito, é buscar identificar no histórico do conflito os elementos que justificam tanto o envolvimento direto da União Africana, quanto o protagonismo de determinados países na contribuição de tropas.

Novamente temos que aludir ao sábio resumo do contexto histórico-político do Sudão, apresentado por Natsios (2012, p.32), de que “poderosas forças centrífugas tem dividido o país desde a sua criação formal em 1956”<sup>14</sup>. Este fato, segundo o autor (2012, p.123), explica muito as diversas crises encaradas pelo país na sua história.

O Sudão é composto, desde o seu surgimento, por diversas tribos espalhadas no seu território, mas com uma relação aguda de desigualdade. Natsios evidencia que o conflito tribal vem sendo peça elementar no desenrolar da história sudanesa, marcada pelo domínio de apenas três tribos (“as três tribos”) desde a invasão egípcia de 1821 (2012, p. 123). Mas, apesar desse conflito tribal parecer ser uma guerra entre “(...) todos os árabes contra todos os africanos (...)” (NATSIOS, 2012, p. 129) <sup>15</sup> a realidade é mais complexa e apresentando variações de região para região.

Darfur possui uma extensão territorial maior que a da França, possuindo uma vasta e grande história e representação para o Sudão. A região possui o maior

---

<sup>14</sup> “Powerful centrifugal forces have been pulling the country apart since its formal creation in 1956”

<sup>15</sup> “(...) a war of all Arabs against all Africans (...)”

numero de centros de estudos do Islã no país, além de uma estrutura universitária considerável ligada ao islamismo (HASSAN, 2010, p.21).

A palavra “Darfur” significa a “terra dos Fur”. Em dado momento da história as tribos de Darfur, identificadas como africanas e muçulmanas, receberam suas próprias terras para a agricultura e pastagem, em especial na região oeste e sudoeste do País (atual região de Darfur) (NATSIOS, 2012, p. 118). “Fur” é uma das maiores tribos estabelecidas na região, e também representa um dos seus maiores grupos étnicos. Assim como as demais tribos consideradas “não-árabes” (Zaghawa, Massaleit, Fellata, Dajo e Berti), a tribo Fur conclama uma conexão com a cultura árabe, e tem esse idioma como o principal – além de outros dialetos próprios (HASSAN, 2010, p. 22)

Hoje a maior representação das tribos de Darfur é a região montanhosa de a região montanhosa e muito fértil de Jebel Marra, a qual há mais de quatrocentos anos vem sendo a fortaleza do Sultanato dos Fur. Atualmente, essa fortaleza natural é o principal reduto dos rebeldes na resistência contra os ataques do governo sudanês (NATSIOS, 2012, p. 33).

Essa composição mista de diferentes tribos resultou num quadro de interrelações dinâmico na região, o que acaba sendo um modelo de integração étnica e cultural (HASSAN, 2010, p. 22). Por sua vez, outras tribos árabes menores, em especial no Norte, não tiveram o mesmo destino, tornando-se tribos sem terras e empobrecidas (NATSIOS, 2012, p. 118).

Os conflitos entre os diferentes grupos étnicos da região é episódio constante na história da sociedade de Darfur. Disputas por terra, acesso à água e maior representação política na Administração pública sempre figuraram como tópicos dos conflitos (BROSCHÉ, 2011, p. 5). Hassan (2010, p. 95) entende da mesma maneira, afirmando que “a crise afetando Darfur desde 2005 representa um complexo e multifacetado contexto cujas dimensões internas e externas estão muito interligadas para serem atendidas pelas ferramentas de análise padrão”<sup>16</sup>.

Os sucessivos conflitos e rebeliões na região têm suas raízes fincadas no passado e na história sudanesa: a negligência do governo central contra as regiões periféricas do país levou o Sudão a uma história sórdida (NATSIOS, 2012, p. 33).

---

<sup>16</sup> The crisis facing Darfur since 2005 is representative of a complex and multilayered situation whose internal and external dimensions are too intertwined to respond to the tools of standard analysis.

Darfur, juntamente com as outras regiões periféricas do país, foi alvo constante de violência extrema e violações de direitos humanos – como, por exemplo, o uso da tortura e do estupro sistemático – pelas forças governamentais e milícias patrocinadas por Cartum (BUTLER, 2015, p. 95).

Assim, para Natsios, as Rebeliões não foram tentativas de independência de sua população, mas sim uma forma de fazer o governo central investir no desenvolvimento da região e permitir à sua população planejar algum futuro (NATSIOS, 2012, p.36).

Essa postura do governo central, e a conseqüente insatisfação local da comunidade de Darfur, é a perfeita representação do elemento “conflito centro-periferia” trazido por Brosché (2011, p. 2-3) para buscar compreender as rebeliões. Segundo o autor, a desigualdade regional do país, representada pela marginalização de todas as regiões pela capital Cartum, impera não somente no campo econômico como também cultural, político e social.

Brosché (2011, p. 6) ainda afirma que Darfur é severamente marginalizada em comparação ao centro. Essa relação desigual é um elemento de suma importância para a compreensão dos tópicos dos manifestos de resistência dos movimentos rebeldes de Darfur. Por exemplo, as bandeiras dos principais grupos rebeldes residem justamente na garantia de uma maior representação política para as tribos locais, um desenvolvimento econômico e sociais mais representativo, e a luta por um país laico, que respeite os posicionamentos religiosos diferentes.

Para Hassan (2010, p. 22), sob uma ótica local, o conflito em Darfur é o reflexo de uma crise de construção e desenvolvimento do País pelo Estado, decorrente de problemas de identidade, cidadania e melhor distribuição da representação política e das ferramentas de governança pelo governo central. Em outras palavras, as raízes para os movimentos rebeldes da região de Darfur decorrem da má distribuição e o mau uso das riquezas e do poder estatal do País.

Hassan (2010, p. 21) destaca que a crise de Darfur, e as suas razões, estão profundamente conectadas à disputa por recursos escassos, levando tribos locais a brigarem por água e terras para seus animais. Conseqüentemente, essas disputas levam a pequenos atritos que evoluem para conflitos e guerras. Em linhas gerais, para o autor, o resumo do conflito é a confrontação entre tribos nômades e tribos estabelecidas por terras, água e pastos.

Antes, porém, de serem negligenciados por Cartum, durante o período colonial britânico o Sultanato dos Fur teve seu domínio militar e político destituído após uma grande batalha ocorrida em 1916. Após isso, gradualmente e de modo pacífico, a região de Darfur foi sendo incorporada ao domínio Anglo-Egípcio. Apesar do processo aparentemente tranquilo, a região sempre sofreu com longos períodos de instabilidade política, conflitos, fome e epidemias; permeados por curtos períodos de paz (NATSIOS, 2012, p. 112).

Após a independência do país em 1956, as tribos de Darfur fundaram instituições oficiais que representavam seus valores e cultura, permitindo alguma estabilidade na região. Além disso, a participação da região na vida nacional sudanesa se manifestava de três formas: base de apoio político ao tradicional partido político Umma; fonte de recrutamento para exércitos ideológicos e religiosos da capital; e fonte de homens e graduados para as forças militares sudanesas (NATSIOS, 2012, p. 112).

Geograficamente um evento natural constantemente afetava a estabilidade da região: o avanço temporário e periódico do Deserto do Saara do Norte para o Sul, ocasionando migrações neste sentido. Ocorridos nas três décadas entre 1960 e 1980, o evento causou episódios de fome generalizada que levariam a instabilidades políticas que por vezes também chegavam à capital Cartum (NATSIOS, 2012, p. 113).

Somado a esse contexto, a região viu durante a segunda metade do século XX a sua população aumentar seis vezes, saindo de um milhão de pessoas em 1950 para seis milhões e meio de pessoas em 2000; o que, conseqüentemente, aumentava ainda mais as tensões entre as tribos locais que dependiam de terra para produzir comida. Logo, evidentemente, um aumento desproporcional entre população e a disponibilidade de terras aráveis levou paulatinamente os *darfuri* a conflitos, os quais eram agravados ainda mais nos períodos de avanço do deserto (NATSIOS, 2012, p. 114).

Vale salientar, para uma melhor compreensão o contexto regional, que essa realidade de diminuição periódica de terras e de fontes de água atingia também outras regiões do Norte da África, ocasionando a migração de pastores árabes de países como Mali, Níger e Chade para a região de Darfur (NATSIOS, 2012, p. 114); saturando ainda mais uma região que se encontrava no limite. Brosché (2011, p. 5) entende da mesma maneira, afirmando que o acesso à terra é um gatilho constante

para o conflito em Darfur, e justifica a vontade de diferentes tribos e comunidades se juntarem ao movimento rebelde.

Por vezes esses movimentos migratórios eram naturais, mas por outras eram fomentados pelo próprio governo Sudanês a fim de atender diferentes interesses. Apenas como exemplo, antecipando-se ao conteúdo da Terceira Rebelião, em 2007 Cartum apoiou a migração de árabes da região do Sahel para Darfur, prometendo-lhes terras para pasto, cidadania e apoio financeiro. A intenção do governo era, naquela oportunidade, expandir a presença árabe na região e, com isso, tanto ter maior disponibilidade de homens para as tropas *janjawiid*, quanto ter uma maior base política árabe para as eleições nacionais de 2010 (NATSIOS, 2012, p. 114).

Essa ação é apontada por Natsios (2012, p. 114) como uma das ações mais irresponsáveis em Darfur desde as atrocidades de 2003 e 2004. Pois com a promoção da migração de cerca de um milhão e meio de nômades árabes para a região, o contexto de saturação foi ainda mais agravado.

Importante salientar, porém, que conforme Hassan (2010, p. 22) afirma, os aspectos econômicos e políticos que justificam o conflito na região são, também, reflexo da divisão existente na elite governante do país, sediada em Cartum – e que explica as alternâncias de posições na mesa de negociações.

Apesar de todas as tribos em questão serem árabes, elas falavam também uma vasta variedade de línguas africanas; e entre elas se identificavam como “árabes” ou “africanos”. Natsios (2012, p. 114) relembra que os próprios árabes sudaneses chamam os africanos de “negros”, apesar deles mesmos serem negros – o que demonstra o contexto de desprezo e preconceito entre as tribos que compõe a região e o país. Essa diferenciação ocorre também quando o assunto é religião: apesar de muitas tribos de Darfur se afirmarem muçulmanas, os árabes consideram as tribos africanas inferiores no contexto religioso, afirmando serem eles (os árabes) os verdadeiros herdeiros e guardiões dos ensinamentos de Maomé.

Todo esse contexto acima descrito nos permite perceber como uma região saturada populacional mente, com diversos conflitos internos relacionados a raça, tribo e etnia; é alvo-fácil de figuras políticas que visam obter vantagens a um curto prazo, jogando um grupo contra o outro para alcançar os seus objetivos de poder (NATSIOS, 2012, p. 115) – o que de fato ocorreu na região nas suas três rebeliões.

A complexidade e a continuidade do conflito em Darfur pode ser explicada justamente por essa composição diversa e complexa de diferentes tribos, etnias e

religiões; o que acaba incorrendo num conflito de diversas faces e raízes. Segundo Hassan (2010, p. 2), nas áreas rurais do Sudão a etnia é o elemento mais significativo de identidade – e conseqüentemente a principal razão dos embates – mas também elementos ligados a questões da comunidade, internamente às tribos, também ajudam a entender a magnitude da causa. Assim, simples conflitos comunais – como por exemplo a disputa pela propriedade de um animal – podem acionar gatilhos conflituosos ligados a outros elementos tão voláteis quanto etnia, tribo, religião e raça.

Não somente em Darfur, mas no Sudão como um todo, essas subdivisões dentro das etnias e das tribos são a realidade da composição social, e explicam a desunião e falta de força (a médio e longo prazos) dos movimentos de liberação (ADAR, 2000, p. 50). Essas disputas internas decorrem da vontade de diferentes indivíduos serem os líderes dos movimentos de resistência, ocasionando disputas internas cujos efeitos (sofrimento humano, desalojamento, mortes, pilhagens, assassinatos etc.) se somam àqueles gerados pelo outro espectro do supra conflito.

Essa dita “subdivisão” ocasiona efeitos, também, nas negociações de acordo de paz e cessar-fogo, por exemplo. Segundo Brosché (2011, p. 6), o grande número de grupos rebeldes, representando por uma variedade de líderes, acaba por obstruir negociações frutíferas entre o Governo e o movimento de Resistência, tamanho é o esforço necessário para unir os grupos rebeldes sob uma pauta comum.

Esta é o mesmo entendimento de Hassan (2010, p. 25), quem afirma que em virtude da divisão política entre os grupos rebeldes, o que leva a uma falta de liderança, o movimento carece de uma visão clara para encontrar as soluções que permitam o rompimento do dilema político e, conseqüentemente, a resolução do conflito.

Não obstante a instabilidade e a rivalidade locais, somadas ao uso pragmático pelo governo central do país, os países vizinhos de Darfur também agiram e agem com vistas aos seus próprios interesses – complicando ainda mais a situação política da região e fazendo com que ficasse cada vez mais difícil uma resolução e a reunificação da região. Como exemplo, em dado período a Líbia exercia maior controle sobre a periferia sudanesa do que Cartum (NATSIOS, 2012, p. 132).

### 3.1 O CONFLITO DE DARFUR SOB A OTICA REGIONAL DO CHIFRE DA ÁFRICA

Natsios destaca que as rebeliões de Darfur não podem ser integralmente compreendidas sem antes entender a grande influência que países como Líbia e Chade tiveram na região, muitas vezes superando a influência do governo central (2012, p. 115). De mesmo modo, Brosché (2011, p. 3) entende que o conflito de Darfur é um excelente exemplo de guerra por procuração, em que países lutam em outros territórios através de forças que não as suas, evitando assim um conflito direto com um país vizinho – podendo, por exemplo, apoiar grupos rebeldes de seu vizinho.

Na década de 1970 o governo de Gaddafi começou a expandir as suas ambições para além das fronteiras da Líbia. Natsios (2012, p. 115) afirma que ele buscava se tornar uma espécie de novo Che Guevara, ou seja, um líder que iria superar a ordem internacional de então. Para Brusset (2004, p. 2008) Gaddafi almejava ser o principal ator da região.

Como consequência dessa postura, por exemplo, Gaddafi publicamente começa uma campanha pelo assassinato do então líder sudanês Numayri, armando e financiando pelo menos dois golpes contra ele; e a utilização das receitas do petróleo da Líbia para cobrir os endividamentos de países pobres da África, obtendo maior influência na União Africana.

No contexto regional, Gaddafi almejava criar um império da Líbia cuja esfera de influência no Norte da África englobaria tanto o Chade e Darfur. Darfur já possuía conexões econômicas maiores com o mercado da Líbia do que com os produtos vindos do vale do Rio Nilo. Natsios (2012, p. 116) ressalta que os mercados a céu-aberto de Darfur (que representam o comércio da região) comercializavam mais produtos de Trípoli e da costa da Líbia do que aqueles oriundos de Cartum e Porto Sudão. Deste modo, durante séculos o triângulo “Líbia-Chade-Darfur” viam as suas conexões ficarem cada vez mais fortes.

Nesse cenário, enquanto Cartum negligenciava ano após ano a região, Gaddafi avançava e intensificava a sua esfera de influência sobre a região de Darfur; contexto que justifica a afirmação de Natsios (2012, p. 116) de que “é por isso que Gaddafi tem uma maior influência sobre o curso dos eventos em Darfur do que sucessivos governos sudaneses, e muito menos a ONU ou a União Africana”<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> ‘That is why Gaddafi had far more influence over the course of events in Darfur than successive Sudanese governments, let alone the UN or the UA’.

Natsios (2012, p. 117-118) afirma que as ações de Gaddafi afetaram diretamente a evolução dos conflitos na região. Além dos laços econômicos acima citados, o efeito também decorreu do apoio de Gaddafi a duas tribos árabes supremacistas que, mais tarde, iriam organizar e liderar a milícia *janjawid* na Terceira Rebelião – na qual as maiores atrocidades foram cometidas – e também a introdução de armas automáticas (ao dar suporte às milícias), as quais permitiriam que os massacres fossem ainda mais numerosos e gravosos (BROSCHÉ, 2011, p. 8)

Hassan (2010, p. 24) tem o mesmo entendimento de Natsios ao afirmar que a Líbia teve um papel-chave tanto na deflagração do conflito em Darfur quanto nas tentativas de sua resolução. Como exemplo, o autor afirma que a Líbia foi uma das defensoras de fazer o Conflito em Darfur se tornar uma questão internacional, ao invés de apenas um conflito doméstico do Sudão.

Brosché (2011, p. 7) destaca, também, que a falta de entendimento por parte de diversos atores acerca das relações regionais entre Darfur e os países vizinhos ao Sudão é uma das razões pela longa continuidade do conflito. Segundo o autor, a falha de algumas iniciativas para a paz na região decorreu justamente da falta de compreensão das conexões, por exemplo, entre Darfur e Chade: a definição artificial das fronteiras entre os dois países fez com que diversas comunidades fossem divididas e acabassem vivendo nos dois lados da fronteira, levando aos movimentos migratórios – ora naturais, ora promovidos pelos governos federais – já descritos, que contribuíram para o agravamento do conflito.

Como elencado em outras oportunidades neste trabalho, o Egito também tem interesses nos assuntos sudaneses, e será melhor explicado em capítulo futuro quando abordarmos a representatividade dos países árabes para e no Sudão.

### 3.2 A PRIMEIRA REBELIÃO DE DARFUR (1987-1989): ÁRABES E FUR

A Primeira Rebelião de Darfur aconteceu justamente na esteira das relações conturbadas entre os países de sua região. Esta insurgência que duraria dois anos tem início em 1987 quando Gaddafi e Al-Mahdi (então Primeiro-Ministro do Sudão) fazem um acordo com vistas a apoiar os rebeldes do Chade na derrubada de seu então Presidente. Enquanto Gaddafi forneceu o apoio financeiro e militar

necessários, Al-Mahdi permitiu que as tropas dos rebeldes se estabelecessem na região de Darfur para, de lá, invadir o Chade.

A região, porém, não estava pronta para a chegada de mais pessoas, e principalmente tropas, o que, somado à seca e à fome de meados de 1980, causou um aumento nas tensões entre a tribo Fur e a tribo árabe Baggara (NATSIOS, 2012, p. 118-119).

Como reação à presença de tropas financiadas por Gaddafi e apoiadas por Cartum, temendo perder as suas terras, a nobreza de Fur formou uma milícia própria, denominada "*the Federal Army of Darfur*" (o Exército Federal de Darfur), composta por cerca de seis mil combatentes. Entretanto a disparidade entre as forças rebeldes do Chade e a milícia dos Fur era muito grande e, conseqüentemente, milhares de integrantes da tribo Fur morreram em combates, além de terem sido registrados a dizimação de centenas de suas vilas e saques de milhares de animais e plantações (NATSIOS, 2012, p. 119).

O embate entre os Fur e as tribos árabes da região, os rebeldes chadianos e as forças líbias teve o seu ápice quando a fortaleza de Jebel Marra foi invadida e as plantações pilhadas. Em 1989 acordos de paz começaram a ser estabelecidos, diante do enfraquecimento da posição dos Fur, consistindo em: desarmar tanto a milícia Janjawiid quanto a milícia formada pelos Fur; a deportação dos Chadianos; o retorno das pessoas internamente deslocadas às suas terras de origem; negociação de direitos a terras aráveis, pastagens e água tanto para os Fur quanto para os árabes; e, finalmente, o reestabelecimento de um governo local com uma autoridade policial (NATSIOS, 2012, p. 119).

Entretanto, conforme vimos constantemente no segundo capítulo desse trabalho, Cartum não honrou com o tratado de paz, o que aos poucos fazia o sentimento contrário ao governo central aumentar ainda mais. Cartum adotara uma estratégia de enfraquecer os Fur, limitando os seus direitos sobre as suas próprias terras e restringindo o seu poder político. Como exemplo, em 1994 Cartum dividiu a então província de Darfur – que abarcava toda a região – em três novos estados, com o objetivo deliberado de enfraquecer os Fur. Dentre os resultados dessa medida, aquele sentimento contrário se viu ainda maior (NATSIOS, 2012, p. 119-120).

Assim, já na década de 1990, na esteira dos ressentimentos em relação à postura de Cartum no tocante às medidas de enfraquecimento do poder político dos

Fur, as animosidades aumentavam ainda mais em razão de uma política de discriminação contra os “não árabes” nas cadeiras políticas, e a negligência de Cartum em relação ao desenvolvimento econômico da região. O resultado seria uma nova mobilização dos jovens *darfuri* (NATSIOS, 2012, p.120).

### 3.3 A SEGUNDA REBELIÃO DE DARFUR (1995-1999)

A Segunda Rebelião de Darfur trouxe à mesa um novo personagem no conflito local: a tribo Massalit. Essa tribo tinha a sua terra (dar) localizada no oeste de Darfur e, como os Fur, era africana e muçulmana, vendo-se como o poder dominante nas suas terras, e protegiam a sua dominância no território. Politicamente os Massalit eram a base do poder do partido Umma no oeste de Darfur (NATSIOS, 2012, p.121).

É justamente essa representação política que trará o conflito para os Massalit. Com o golpe de Al-Bashir em 1989, o novo governo estava determinado a enfraquecer o poder do Umma na região de Darfur e, para isso, tiveram como um dos primeiros alvos os Massalit. Uma das medidas foi substituir o sultão dos Massalit por um negociador de Cartum e, em seguida, instalar uma reforma política a partir da qual os sultões da região seriam nomeados por um conselho (NATSIOS, 2012, p. 121).

As medidas do governo de Al-Bashir se somaram às já polarizadas relações entre as tribos árabes e os Massalit, levando a região a um novo conflito. Cartum se posicionou à favor das tribos árabes da região, fornecendo-lhes suporte militar principalmente com armamentos; enquanto que no viés político promoveu a prisão e tortura dos civis e intelectuais Massalit pela sua agência de inteligência (NATSIOS, 2012, p. 121). Militarmente, numa ação combinada, o exército sudanês chegava às tribos Massalit, desarmando todos os seus ocupantes, e nos dias seguintes as milícias Janjawiid chegavam para pilhar e queimar as vilas.

Após a exaustão das forças Massalit em virtude da violenta repressão de Cartum, a Segunda Rebelião de Darfur encontrara seu fim em 1999 através de acordos políticos que prometiam restaurar um equilíbrio na representação política dos conselhos locais, com o apontamento equitativo entre os Árabes e os Massalit (NATSIOS, 2012, p. 122). Mas o período de paz duraria poucos anos.

### 3.4 A TERCEIRA REBELIÃO DE DARFUR

Natsios (2012, p. 125) assevera que as duas primeiras Rebeliões de Darfur ocorreram num cenário de crescente polarização entre as tribos da região, o seu subdesenvolvimento crônico, o avanço do deserto rumo ao sul, um crescimento populacional desproporcional aos recursos disponíveis, a chegada de armamentos automáticos às milícias árabes, e o uso pragmático de Darfur pelos seus países vizinhos (Líbia e Chade) como um teatro de operações para as campanhas militares dos seus próprios exércitos.

Por sua vez, a Terceira Rebelião de Darfur viria ser considerada o conflito civil de Darfur mais destrutivo em pelo menos um século (NATSIOS, 2012, p.125). Desta vez, conforme o mesmo autor, ao invés de uma única tribo local contra as demais tribos árabes que ameaçavam as suas vilas e terras, as três maiores e poderosas tribos africanas de Darfur (Fur, Massalit e Zaghawa) se uniram numa aliança militar guiada por quatro tópicos históricos – também corroborados por Hassan (2010, p. 25):

- a) A marginalização da periferia sudanesa;
- b) Pobreza e subdesenvolvimento;
- c) Abusos de direitos humanos por grupos árabes supremacistas; e
- d) A falta de instituições democráticas que dessem voz às demandas locais.

Esta união das três tribos de Darfur contra a campanha de supremacia árabe na região também decorre de um outro evento histórico: a publicação em Maio de 2000 do “Livro Negro: desequilíbrio de poder e riqueza no Sudão”. Publicado por um grupo darfuri rebelde, o *Justice and Equality Movement* (JEM), o livro veio a escancarar e alimentar ainda mais o ressentimento das tribos africanas da região; além de corroborar com a versão do líder do movimento de independência do Sul, John Garang, de que o Sudão era de fato governado por e para apenas as três tribos do Norte do Vale do Rio Nilo (NATSIOS, 2012, p.122).

O livro trazia à tona a desproporcionalidade de poder então existente, em que uma população de 5,4% dominava as instituições sudanesas, possuindo, por exemplo, 70% das cadeiras mais altas dessas instituições; além de concentrar e destinar praticamente a totalidade do desenvolvimento dos recursos e da riqueza do país na região denominada “Triângulo Árabe” (NATSIOS, 2012, p.123). Em outras

palavras, o livro trouxe à tona que não era apenas o Sul quem era marginalizado na política e desenvolvimento econômico sudaneses, mas todas as regiões do país que não se localizavam no Norte do Vale do Rio Nilo.

A reação de Cartum, através da sua agência de inteligência oficial, foi comprar todas as cópias disponíveis da obra e confiscar aquelas que já haviam sido compradas, para que fossem destruídas. Mas essa tentativa de censura apenas alimentou a procura pelo livro (NATSIOS, 2012, p.123).

Outrossim, diante do acordo entre os Fur e Zaghawa em 21 de Julho de 2001, pelo qual a partir de então iriam resistir ao movimento supremacista árabe que avançava na região; o governo central em Cartum reagiu como sempre: armas as milícias árabes e usá-las para varrer a resistência rebelde – seja através de conflitos diretos, seja desestabilizando os recursos que lhe permitiam lutar (NATSIOS, 2012, p. 125).

E, com a história se repetindo, o supracitado autor aponta que os resultados foram os mesmos de sempre: migração interna da população civil; pilhagem das criações de animais (principal garantia para as famílias contra momentos econômicos difíceis ou períodos de seca e fome); morte de homens jovens que poderiam se juntar ao movimento rebelde; e o massacre das lideranças tribais. Este cenário, segundo Natsios, resume o horror dessa longa guerra.

O primeiro episódio do conflito ocorreu em 25 de fevereiro de 2002 quando a coalizão de tribos atacou uma base militar do exército sudanês, derrotando os seus homens, saqueando as armas e destruindo as suas instalações. Como reação, o governo sudanês mobilizou os Janjawiid, apoiados pela SAF, para entrar em cada uma das vilas do oeste de Darfur (onde se localizavam as tribos Massalit), onde executavam de modo sumário todos os seus líderes a fim de intimidar possíveis seguidores. Neste primeiro episódio, cerca de dois mil membros da nobreza Massalit foram assassinados por Al-Bashir e a milícia Janjawiid (NATSIOS, 2012, p. 126).

Em maio do mesmo ano os representantes Fur na Assembleia Nacional conseguiram uma audiência om Al-Bashir a fim de lhe apresentar as preocupações em relação à destruição de centenas de vilas Fur, o estupro de suas mulheres e o assassinato dos homens jovens. Mas Cartum, como reação, botou em prática um plano para prender todos os árabes e integrantes dos Fur que fossem interpretados como fomentando a violência (NATSIOS, 2012, p.127).

Na sequência do ano os episódios pareciam trazer alguma esperança para o desenrolar dos fatos, com Cartum promovendo duas conferências (Agosto e Setembro de 2002), mas que não chegaram a nenhuma mudança significativa no conflito. A partir daí a Rebelião começa a registrar mais e maiores conflitos entre os rebeldes e as forças do governo. Ainda no final de 2002 Cartum mandou seu exército, juntamente com os Janjawiid, para um ataque a Jebel Marra – a fortaleza e epicentro cultural dos Fur – episódio em que diversos locais foram assassinados.

Enquanto as negociações da Guerra Civil Norte-Sul avançavam, os conflitos e a insatisfação na região de Darfur aumentavam diante de um cenário de repressão de Cartum. Em 2003 os rebeldes de Darfur anunciaram oficialmente o seu movimento contra o governo central e, aproveitando-se da divisão de atenção do governo central com os dois conflitos, entre os meses de fevereiro e outubro os rebeldes impuseram à Cartum as piores derrotas militares na região desde a independência do País (NATSIOS, 2012, p. 128). A resposta do governo foi uma campanha de ainda mais brutal de contra insurgência contra Aliança dos Fur, Massalit e Zaghawa; temendo perder o controle de todo o país.

Os rebeldes continuavam com a sua campanha de ataques rápidos contra alvos do governo central como bases do exército, postos policiais, prédios governamentais e bases aéreas. Diante de uma campanha negativa, e as consecutivas derrotas na região, Cartum mudou o seu alvo, não mais atacando os próprios rebeldes, mas sim as suas tribos que estavam expostas e sem defesa (NATSIOS, 2012, p. 128-129).<sup>18</sup>

À parte do tabuleiro militar, Natsios (2012, p. 130) ressalta que a sociedade de Darfur começava a sofrer mudanças em virtude do conflito. Com diversas pessoas tendo que migrar de suas terras em virtude do conflito, membros das tribos Fur, Zaghawa e Massalit agora se assentavam em campos destinados às IDPs, os quais se tornavam comunidades cada vez maiores ao redor das maiores cidades da região, dependendo dos alimentos e da ajuda de governos e pessoas.

O mesmo autor (2012, p. 130) traz uma outra tendência que cada vez mais era frequente entre os Janjawiid, demonstrando o enfraquecimento da influência de Cartum no terreno. Os árabes que eventualmente não eram recrutados para a

---

<sup>18</sup> Natsios destaca que tal postura de Cartum gerou certa resistência nos quadros do exército sudanês, pois os árabes não viam com bons olhos atacar alvos civis e vilas que não estavam envolvidas diretamente no conflito.

milícia, ou que adotavam uma vida urbana nas cidades, começaram a fazer acordos informais com os fazendeiros da tribo Fur, fornecendo-lhes segurança (proteção das vilas, pastos e plantações) em troca de comida. Isso porque começaram a perceber que, primeiro, o governo central não era totalmente confiável nas suas promessas e, segundo, num futuro pós-conflito eles teriam que conviver com as tribos que eles estavam perseguindo.

Entretanto, com o tempo a coesão inicial entre as lideranças rebeldes, e a coordenação disciplinada de suas ações militares, começou a se deteriorar com o crescimento de suas tropas e a expansão do seu teatro de operações. Frequentes tensões entre as tribos, e por vezes dentro das próprias tribos, ocorriam; assim como rivalidades pessoais passaram a prejudicar o processo decisório do movimento (NATSIOS, 2012, p. 133). Como exemplo, ações isoladas de alguns líderes rebeldes que pilhavam os produtos das agências de ajuda humanitária, passaram a crescer entre as facções rebeldes em virtude das condições do terreno – constantes combates e falta de fontes de comida.

Com o enfraquecimento das forças rebeldes e Omar Al-Bashir precisando resolver o conflito Norte-Sul; somando-se a uma série de sanções internacionais contra o país; a partir de 2005 começam as tentativas de Acordo de Paz para por um fim ao conflito.

Porém o conflito verá, desde então, sucessivos episódios que tornam uma saída mais complicada. Como exemplo, em Maio de 2008 um grupo rebelde de Darfur conseguiu alcançar a periferia da capital Cartum, com a intenção de tomar o poder a força. Esse episódio foi muito representativo para os dois lados, sendo que para o governo central foi a primeira vez que o conflito “distante” da região oeste alcançou o centro de poder (HASSAN, 2010, p. 50).

De modo breve, antes de avançarmos para os Acordos de Paz, Natsios nos traz alguns números que permitem compreender as reais consequências do conflito e da política negligente de Cartum em relação à região. Segundo os seus números (2012, p. 23-24) em 2012 estimava-se que durante a Terceira Rebelião o exército sudanês ocasionou a morte de cerca de trezentas mil pessoas; 1,8 milhões de pessoas foram deslocadas e cerca de 2.800 vilas foram destruídas. Enquanto isso, em 2009 Omar Al-Bashir foi acusado na Corte Criminal Internacional por crimes contra a humanidade, e em 2010 somou-se às acusações o crime de genocídio.

Segundo Hassan (2010, p. 50) o conflito em Darfur resultou em 2,5 milhões de pessoas que ou figuram como internamente deslocadas no próprio país, ou estão refugiadas nos países vizinhos. Além desse problema, o autor aponta cerca de duzentas mil pessoas mortas em virtude do sangrento conflito.

### 3.5 AS TENTATIVAS DE UM ACORDO DE PAZ

Brusset (2004, p. 14) entende que há o Sudão diversos obstáculos para uma paz duradoura e efetiva. Dentre eles, destacam-se a falta de confiança entre as partes, a falta de vontade de cumprir os acordos estabelecidos e a inexistência de elementos de controle do cumprimento dos acordos. É nesta linha que atores importantes em negociações no Sudão concluíram que os conflitos no país somente alcançariam um desfecho positivo a partir do momento que as partes apresentassem uma vontade concreta de querer buscar a paz (BRUSSET, 2004, p. 18).

O mesmo autor (2004, p. 18-19) afirma que em um país tão grande como o Sudão, com uma fragmentação política em todos os seus setores, os esforços em busca da paz e as suas negociações uma missão complicada.

Em Julho de 2002 foi dado início a conversas que resultaram, em outubro do mesmo ano, no Protocolo de Macachkos. Complementado em 2005, estipulou-se tópicos elementares como a prévia notificação de movimentação de tropas pelas partes litigiosas; compartilhamento das localizações e identificação das tropas; que as terras tomadas pelas partes desde 2002 seriam retornadas às tribos originárias; ações de propaganda, por ambas as partes, seriam suspensas; e, finalmente, seria implementado um time de verificação e monitoramento para investigar eventuais reclamações e desrespeitos ao tratado.

Outras medidas alternativas foram tentadas, por diferentes autores, a fim de encontrar e alcançar a paz na região. Foi o caso do Reino Unido com o Fundo Africano de Prevenção de Conflitos (ACPP, sigla em inglês) (BRUSSET, 2004, p. 5). Esse mecanismo de financiamento e administração das ações britânicas para a prevenção e redução de conflitos, um braço regionalizado do seu congênere mundial, tinha como região-alvo a África Subsaariana. No programa o Sudão foi contemplado com quatro tipos de atividades: uma Comissão Conjunta Militar (2002), um Time de Verificação e Monitoramento (2005), uma Secretaria Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e seminários focados no tema *peacekeeping*

(BRUSSET, 2004, p. 15). De modo geral, Brusset (2004, p. 14) aponta a ACPD como uma parte do amplo esforço internacional para resolver os conflitos no Sudão e em Darfur.

Novas conversas para costurar um Acordo de Paz entre os grupos rebeldes de Darfur e o governo central de Cartum foram novamente tentadas entre 2005 e 2006, por diplomatas tanto africanos, americanos e europeus; mas todas as tentativas falharam (NATSIOS, 2012, p. 162). Esse mesmo padrão foi detectado nas falhas anteriores da busca pela paz no conflito Norte-Sul durante os anos 1990, quando diferentes entidades como a ONU, IGAD, igrejas e países individualmente (Nigéria, Egito, Noruega, Quênia e Líbia) tentaram colaborar.

A primeira negociação de paz, de fato, ocorreu em Abuja (Nigéria) em Abril de 2006. Deste evento foi produzido o primeiro documento que visava botar um fim ao conflito, o *Darfur Peace Agreement (DPA)*<sup>19</sup>, entretanto apenas um dos três líderes rebeldes assinou o documento. Cartum, que também aderiu ao acordo, adotou uma estratégia de enfraquecer os grupos rebeldes não adeptos, ofertando aos seus integrantes dinheiro, empregos e suplementos. Para Brosché (2011, p. 11), a falha do DPA representou a má compreensão da comunidade internacional acerca do conflito em Darfur, e que ao invés de levar à paz, o DPA acabou piorando a crise.

Natsios (2012, p. 162-163) nos lembra que diferentemente da Guerra Civil Norte-Sul, em que havia um líder (John Garang) que conseguia unificar as alas civil e militar dos rebeldes, nesta terceira rebelião de Darfur não havia uma figura que fosse capaz de unificar as partes, ou de implementar uma estratégia militar adequada e conduzir os acordos de paz.

Em novembro de 2006 uma segunda tentativa para alcançar um acordo de paz viável foi iniciada em Addis Abeba (Etiópia), em uma Conferência Internacional liderada pelo então Secretário-Geral da ONU Kofi Annan e pelo representante da União Africana Salim Salim (Ministro de Relações Exteriores da Tanzânia). A proposta de Kofi Annan foi a de enviar uma força de paz conjunta da ONU e da União Africana para a região de Darfur, a fim de promover a proteção dos programas de ajuda humanitária já existentes na região, e garantir um processo político estável para que as conversas diplomáticas conseguissem alcançar o fim do conflito na região (NATSIOS, 2012, p. 164).

---

<sup>19</sup> Acordo de Paz de Dafrur (tradução livre).

A fim de que a sua proposta fosse aceita, Kofi Annan costurou o apoio junto tanto aos países árabes quanto aos países africanos que tinham interesse no conflito. Ao fim do processo, apenas um país recusou a proposta: o próprio Sudão. A recusa, apresentada pelo então Ministro de Relações Exteriores do país, decorria do seu entendimento de que a proposta feriria a soberania sudanesa (NATSIOS, 2012, p. 163).

A Conferência Internacional de Addis Abeba, no fim das contas, gerou um plano para a resolução da crise em Darfur, e em outubro de 2007 uma Conferência de Paz foi realizada em Sirte (Líbia). Nela os representantes da ONU e da União Africana adotaram uma estratégia de ampla inclusão, abrangendo os diversos grupos rebeldes, todos os elementos da sociedade civil de Darfur e os governos da Líbia e da Eritreia (NATSIOS, 2012, p. 164).

Natsios (2012, p. 164) nos relembra da grande influência que esses dois países tinham na região de Darfur. Como exemplo, ele cita que durante as conversas para o DPA, ambos jogaram contra o acordo por terem se sentido excluídos do processo. Apesar das conversas de Addis Abeba e Sirte terem avançado mais que as conversas do DPA, essa segunda tentativa de encontrar um fim para o conflito também falhou.

Uma terceira alternativa começara em Doha (Catar), no ano de 2008, com o suporte do Secretariado da ONU e da União Africana, dos cinco membros do Conselho Permanente de Segurança da ONU, da Liga Árabe; e organizado pelo governo do Catar. Das conversas foi produzido um acordo assinado tanto pelo governo sudanês quanto pela liderança dos grupos rebeldes de Darfur, em 2009, mas que também não frutificaria pois ambas as partes não apoiavam, de fato, as suas previsões (NATSIOS, 2012, p. 164).

Natsios (2012, p. 164-165) entende que todas as tentativas de encontrar a paz na região de Darfur falharam em virtude da complexidade e quantidade de atores envolvidos no processo. Esses possuíam agendas diversas, e por vezes conflituosas, e suas demandas seriam praticamente inalcançáveis e irrealis. Para o autor, dentro da história recente, este é o processo de paz com o maior número de partes que competem entre si e com demandas “exageradas”.

Apesar das tentativas oficiais de organizações como a ONU e a União Africana, e também de tratativas alternativas e informais de diplomatas europeus, agentes da ONU e até mesmo das próprias ONGs que atuam na região; em busca

de conseguir a paz na região; Natsios (2012, p. 166) afirmava à época de sua obra que o contexto das negociações não permitiria uma solução viável. O movimento rebelde se encontrava dividido, com a sua liderança enfraquecida e dispersa; o governo sudanês até então não parecia disposto a abrir mão de sua postura e de seus objetivos em prol de um acordo de paz; as pessoas que viviam nos campos de IDPs já estavam cansadas do seu modo de vida precário, e as suas lideranças apresentavam demandas cada vez mais inviáveis; enquanto os doadores internacionais já estavam cansados de gastar dinheiro para alimentar as pessoas e manter os campos.

Autores como Hassan (2010, p. 50) entendem que uma estratégia ideal para a resolução do conflito em Darfur seria uma reforma judicial e de segurança – em especial reestruturações na Polícia, Exército e na legislação nacional – combinada com reformas política e econômica apoiadas pela comunidade internacional, em especial os países árabes e muçulmanos.

Este esforço amplo e coordenado também foi proposto por Brusset (2004, p. 15) quando afirmou que a falta de compreensão da realidade local – um país pobre, debilitado e afetado por divisões e conflitos sociais e militares – fazia com que as negociações de então não conseguissem atender todos os elementos necessários para um efetivo cessar-fogo entre as partes.

O Senador estadunidense Danforth, após extensa e profunda análise do conflito e de suas tentativas de alcançar uma paz, propôs um acordo ideal que levaria benefícios adequados para os dois lados do conflito. Esse acordo deveria seguir uma série de etapas e de objetivos que seriam como “testes” de intenção e vontade das partes na resolução do problema (BRUSSET, 2004, p. 19).

Dentre os “testes” propostos por Danforth figuravam elementos ligados aos conflitos em si – como é o caso da necessidade de cessar-fogo nas Montanhas de Nuba e a proibição de atos violentos contra não-combatentes – passando por medidas que permitissem uma melhoria na situação humanitária da região - no caso o estabelecimento de dias de “não-conflito”, que permitiriam um ambiente seguro e tranquilo para a entrega da ajuda-humanitária (produtos ou serviços) – e, por fim, a implementação de medidas ligadas ao *capacity building* – representado, por exemplo, pela criação de Comissões de monitoramento de determinadas práticas que contribuem para o conflito (BRUSSET, 2004, p. 19).

Enfim, com o apoio internacional e uma vontade nacional legítimos e compromissados com a paz no Sudão; ainda sendo necessária a atuação de órgãos internacionais que auxiliem diretamente no processo; as partes envolvidas no conflito deveriam deixar de lado suas agendas egoístas, e passarem a promover uma visão nacional unificada em prol da pacificação e da estabilidade no país; ao invés da divisão étnica e regional. Em outras palavras, o mote deveria ser união na diversidade (HASSAN, 2010, p. 50).

### 3.6 LIMPEZA ÉTNICA OU GENOCÍDIO ?

Outro tópico afim às Rebeliões de Darfur é o indiciamento de Omar Al-Bashir na Corte Internacional de Justiça por crimes contra a Humanidade, em virtude de uma possível campanha de Limpeza Étnica ou Genocídio na região. Essas medidas teriam sido adotadas pelo governo sudanês como parte de sua estratégia de contra insurgência, através do deslocamento de tribos envolvidas no conflito.

Natsios (2012, p. 139) nos traz o conceito de “limpeza étnica” como sendo a expulsão de uma população de um determinado território. E essa estratégia, adotada pelo governo sudanês em Darfur, é o que teria motivado um movimento internacional para tentar resolver e acabar com a violência na região (NATSIOS, 2012, p. 28).

Além dos combates militares propriamente ditos, Cartum também fez uso de uma campanha de terror contra a população local associada aos grupos rebeldes. Dentre as ações que faziam parte do padrão sudanês, temos o uso dos helicópteros da Força Aérea Sudanesa para bombardear e metralhar vilas locais, promovendo a destruição e gerando pânico na região. Após os ataques aéreos, tropas Janjawiid chegavam nas vilas, montando cavalos ou embarcados em caminhonetes equipadas com armamentos de grosso calibre, a fim de matar todos aqueles que tinham condição de serem recrutados para os exércitos rebeldes – seus corpos ou eram jogados em valas comuns, ou eram arremessados nos poços de água potável, tornando-lhes inutilizáveis (NATSIOS, 2012, p. 134).

Além dos ataques aos homens aptos a tomar parte nos grupos rebeldes, as milícias Janjawiid estupravam as mulheres a fim de humilhar tanto os seus pais quanto os seus maridos, que nada podiam fazer diante das ações. Além disso,

qualquer item de valor era saqueado ou queimado, desde objetos preciosos até alimentos e animais (NATSIOS, 2012, p. 134).

Para NATSIOS (2012, p. 134), a estratégia militar adotada pelo governo sudanês foi de fato uma campanha de limpeza étnica para limpar o interior de Darfur das tribos Fur, Massalit e Zaghawa. Além dessas três maiores tribos, outras tribos africanas menores passariam a ser alvo de Cartum na medida que apresentavam sua simpatia pelo movimento insurgente. Toda essa campanha acabou por gerar 1,8 milhão de pessoas internamente deslocadas, as quais foram alocadas em 65 campos de IDPs dentro de Darfur, e outras 240.000 pessoas alocadas em 12 campos de refugiados no Chade.

Cartum alertava que muitas das pessoas que se encontravam nos campos de refugiados e de IDPs eram, na verdade, aproveitadores que queriam tirar vantagem dos serviços e materiais fornecidos pelas agências da ONU, pela Cruz Vermelha e de ONGs. O Governo Sudanês também buscava combater os números apresentados pelos organismos internacionais, alegando que eram exageros promovidos pelo Ocidente (NATSIOS, 2012, p. 135). As próprias organizações humanitárias tentavam melhor direcionar os seus recursos, com vistas a atender apenas aqueles que realmente precisavam, mas seus representantes sofriam ameaças e até mesmo ataques daqueles que deixavam de receber os benefícios.

Os números do conflito também trazem à tona a gravidade dos atos e o real contexto do conflito, justificando as alegações de especialistas de que Darfur estava tendo um genocídio em andamento. Apenas a Terceira Rebelião de Darfur, por exemplo, teria ocasionado a morte de cerca de 544.000 pessoas, sendo 304.000 por violência e 240.000 por fome, desidratação ou doenças ocasionadas pelo desalojamento de pessoas na região (NATSIOS, 2012, p. 136).

A grave crise humanitária vista na região era assim considerada não somente pelas mortes registradas, mas também pela precariedade de condições de vida daqueles que moravam nos campos de pessoas desalojadas. Em virtude de mal nutrição e fome, desidratação e doenças, a taxa de mortalidade chegava a proporções gravíssimas, sendo de seis a dez vezes maior do que o normal, segundo agências humanitárias (NATSIOS, 2012, p. 136).

Posicionamentos do governo estadunidense também são relevantes para o tópico. Em setembro de 2004 o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin Powell, afirmou que depois de investigações sobre o conflito em Darfur, restou

comprovado que as tropas do Governos e principalmente a milícia Janjawiid teriam cometido atrocidades contra as tribos “não-árabes” da região. Na opinião de Powell essas ações configurariam uma limpeza étnica promovida, e portanto de responsabilidade, do governo Sudanês.

Hassan (2010, p. 25) evidencia que diversas organizações da sociedade civil e organizações de direitos humanos do Ocidente, de modo geral, classificam a atuação do Governo Sudanês no conflito em Darfur como uma representação de limpeza étnica organizada contra os cidadãos africanos da região. Mas o mesmo autor contrapõe, afirmando que classificar os acontecimentos em Darfur como sendo uma limpeza étnica corrobora para uma simplificação acerca do conflito; colocando-o como um embate entre árabes e africanos. O autor assevera, ainda, que essa visão acerca do conflito acaba por afastar outras importantes compreensões e elementos, em especial que a crise em Darfur reflete na verdade uma disputa internacional da era pós-Guerra fria entre o Ocidente e o Islã desde os eventos de 11 de setembro de 2001.

## **4 INTREVENÇÃO INTERNACIONAL: A MISSÃO HÍBRIDA DAS NAÇÕES UNIDAS E UNIÃO AFRICANA EM DARFUR (UNAMID)**

Superada o descritivo histórico do Sudão e a apresentação de elementos afins ao Conflito de Darfur, o presente capítulo objetiva compreender os elementos que compõe a formação de uma missão híbrida entre diferentes organismos internacionais no conflito em Darfur. A importância dessa parte do trabalho reside na composição de elementos suficientes para entender a influência e o protagonismo de diversos países tanto na promoção de uma intervenção internacional do país, mas principalmente na sua participação e representação durante a missão.

Conforme abordado brevemente nos capítulos anteriores, diante de um impasse entre as partes do conflito em Darfur (movimentos rebeldes e o governo do Sudão) para encontrar uma resolução para o conflito; representado principalmente pela falta de vontade de cessar as agressões e os ataques; foram lançadas inúmeras tentativas, por parte de atores internacionais, a fim de frear os embates e trazer novamente a paz para a região.

Em virtude do escopo do trabalho, não será possível uma abordagem profunda sobre essas iniciativas, mas entendemos que é válido destacar, a partir dos próximos subcapítulos, determinadas relações entre o Sudão e determinados espectros da comunidade internacional; para então passar a uma apresentação sobre a Missão Híbrida das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID); e outras iniciativas isoladas de atores internacionais.

### **4.1 A RELAÇÃO DO SUDÃO COM OS PAÍSES DA COMUNIDADE INTERNACIONAL**

Nos capítulos anteriores, de modo indireto, já foram feitas alusões e foram apresentados episódios que demonstram como o Sudão se relacionou, ao longo de sua história, com os demais países da Comunidade Internacional e seus grupos. A fim de atingir os objetivos do presente trabalho, neste subcapítulo passaremos a elencar alguns eventos específicos que nos ajudam a compreender a relação bilateral com países em específico, assim como com organizações regionais e religiosas.

#### 4.1.1 China e Estados Unidos

Diversos autores que escrevem acerca do Sudão destacam as relações bilaterais do Sudão no cenário internacional. Adar (2000, p. 40-41), por exemplo, relata que o Sudão recebeu ajuda militar de diversos países ao longo da sua história, destacando-se a China, Rússia, Irã, Iraque e Líbia. O mesmo autor evidencia que desde 1994 a China figurou como a principal fornecedora de armas ao Sudão, em troca de concessões para a exploração de petróleo no País. Um intercâmbio similar a esse foi feito pela Malásia, a qual disponibilizou um empréstimo de 200 milhões de dólares americanos ao Sudão – para que este país pudesse fazer a compra de mísseis de defesa junto à China – em troca de concessões na prospecção de petróleo no país.

Para Hassan (2010, p. 27) a presença chinesa no Sudão, e particularmente em Darfur, deve ser compreendida sob a leitura da nova visão da política chinesa em relação ao resto do mundo, pela qual tenta reformular e reestruturar a atual ordem mundial sob novas fundações, alinhadas aos seus objetivos. De certo modo, para o autor, essa atuação focal da China é também uma resposta às pressões de organismos ocidentais de direitos humanos que condenam a crescente presença chinesa no continente africano – alegando que o país tem financiado obras e regimes sem observar aspectos de direitos humanos ou referenciais democráticos.

Hassan (2010, p. 28) continua sua explicação sobre a presença chinesa no conflito em Darfur ao apontar a representação de importância que o Sudão tem para a China. O país é promissor na exploração de petróleo e – à época do livro do autor – exportava mais de 60% da sua produção petrolífera para os chineses. Esse protagonismo chinês decorreria, segundo o autor, do vácuo criado após a saída das companhias ocidentais no começo dos anos 1990, como resultado da política estadunidense de colocar o Sudão como um país financiador do terrorista, ou “país-vilão”<sup>20</sup>.

Essa intensificação pela China de relações políticas, diplomáticas e econômicas com países africanos se tornou um padrão a partir da década de 2000; como foi o caso do Encontro “China-África” realizado em 2006, em que estiveram presentes 45 Chefes de Estado do continente africano (HASSAN, 2010, p. 28). Mas

---

<sup>20</sup> *Rogue State*.

diferentemente do modelo de relação ocidental, a China não apresenta contrapartidas em áreas caras aos ocidentais (direitos humanos, democracia, direitos individuais etc.). Hassan (2010, p. 50) exemplifica que a China não exerce nenhuma “pressão real” para que Cartum pare com a sua estratégia de violação de direitos humanos em Darfur.

Os Estados Unidos, por sua vez, voltaram a sua atenção ao Sudão por razões diferentes. Conforme abordado no primeiro capítulo, o fundamentalismo islâmico e as ações terroristas de alguns dos seus grupos fez com que os estadunidenses passassem a tratar os assuntos afins ao Sudão com maior atenção. Adar (2000, p. 48) destaca que os Estados Unidos sempre tiveram uma preocupação central em relação às relações entre Líbia e Sudão no que concerne ao patrocínio e acolhimento de organizações fundamentalistas islâmicas com braços de atuação terrorista como o Hamas e Hezbollah – além da relação próxima entre o Sudão e a Al-Qaeda de Osama Bin Laden.

Uma representação dessa postura estadunidense em relação ao Sudão foram as ações adotadas pelo governo Clinton numa política de longo prazo com foco no combate ao terrorismo e ao extremismo na região onde o Sudão se encontra; somando-se à promoção dos direitos humanos e alívio da situação humanitária em virtude dos seus conflitos domésticos (ADAR, 2016, p. 48).

Brusset (2004, p. 21) evidencia que na década de transição dos anos 90 para os anos 2000 os Estados Unidos gastaram cerca de 600 milhões de dólares americanos com ajuda humanitária para o Sudão – o que representaria três vezes mais o que o Reino Unido contribuiu, por exemplo. O mesmo autor transcreve que na área diplomática os Estados Unidos envidou esforços a fim de auxiliar no processo de paz para o país, com foco a garantir um ambiente menos propício para a atividade terrorista, alimentar a proteção dos civis, garantir o acesso de agências de ajuda humanitária e monitorar os abusos de direitos humanos.

Hassan (2010, p. 21), por sua vez, alerta que a relação dos países com o Sudão é resultado, de fato, da constante briga por influência de grandes potências nos diferentes tabuleiros do cenário internacional. Vencido o combate ao fomento às organizações terroristas no país, para Hassan a atuação estadunidense (e de demais países do Ocidente) é parte de uma estratégia para contrapor a crescente influência de potências asiáticas como a China.

Deste modo, a atuação estadunidense no conflito é resultado de uma estratégia composta por diferentes motivos. Dentre estes, Hassan (2010, p. 27) elenca (1) a necessidade do governo americano de dar uma resposta à pressão doméstica da comunidade evangélica – cuja opinião pública tem peso importante no processo decisório da política doméstica estadunidense; (2) uma tentativa de melhorar a imagem estadunidense junto à comunidade muçulmana, apresentando uma atuação de ajuda humanitária ao invés de intervenções militares como a do Afeganistão e Iraque; (3) batalha por influência contra outros atores do cenário internacional (em especial a china), tendo em vista os recursos naturais e petróleo disponíveis no território Sudanês – diminuindo a presença ocidental unilateral da França nesse contexto, e disputando espaço com a crescente influência chinesa no continente africano.

#### 4.1.2 Países Árabes

Mas essa corrida por influência internacional, ora protagonizada por países como Estados Unidos, Rússia e China; também tem como integrantes os países árabes. Hassan (2010, p. 21) entende que os episódios registrados nas Rebeliões de Darfur são também uma representação do vácuo de poder ocasionado pela política intencional da comunidade Árabe – resultado da mentalidade “comum aos árabes” de não se envolver em disputas por poder internacional ou regional sem a garantia de resultados tangíveis.

E como visto nos capítulos anteriores, o Sudão está fortemente ligado com a comunidade internacional árabe, havendo episódios diversos que marcaram mudanças na sua postura para com a Liga Árabe, por exemplo, e vice-versa. Por exemplo, lembra-se que durante a Guerra do Golfo, em 1991, o Sudão foi o único país subsaariano que apoiou o Iraque (ADAR, 2000, p. 41).

Nos conflitos entre os movimentos rebeldes do sul e de Darfur contra o governo central de Cartum, países islâmicos do Golfo Pérsico – como Kuwait, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos – apoiaram os rebeldes, temendo um crescimento descontrolado do fundamentalismo islâmico no Sudão (ADAR, 2000, p. 41).

Mas dentre os países pertencentes à comunidade árabe, aquele cujas relações com o Sudão mais se destacam é o Egito. No descritivo da história

sudanesa é possível perceber como o vizinho do Norte constantemente teve influências, direta ou indiretamente, na evolução política e social do Sudão. Essa relação, reflexo do seu interesse no Sudão, variou desde momentos de intervenção direta na política doméstica do país, principalmente na esteira antecedente e pós-independência; como também em posturas pragmáticas de apenas apoiar politicamente um ou outro lado.

A exemplo, o Egito apenas apoiou a posição oficial do governo sudanês, pedindo por uma solução pacífica aos conflitos, durante as rebeliões do Sul. Segundo Hassan (2010, p. 24-25), de certo modo essa postura traduz a posição oficial dos países árabes, representado pela Liga Árabe.

O mesmo autor (2010, p. 21) entende que a maneira como os países árabes e muçulmanos lidaram com a crise em Darfur é reflexo da sua falta de envolvimento e atenção para as questões internas do país. Hassan afirma que o envolvimento e a tomada de ações, adotados já quando a crise humanitária em Darfur estava em estágio avançado, é prova dos erros de cálculo e a conseqüente falta de iniciativa por parte da Liga Árabe.

#### 4.1.3 Países Africanos e a Comunidade Africana

Objetivando a compreensão da participação africana na UNAMID, faz-se necessário entender também a evolução das intervenções de organizações regionais no continente africano – aqui representado, principalmente, pela UA e pelo IGAD. Ademais, relações pontuais do Sudão com os seus vizinhos, e demais países africanos, já foram devidamente relatados durante o corpo dos capítulos anteriores – mas que continuarão sendo apontadas neste momento.

Adar (2000, p. 42-43) elenca que durante os anos 1980 e 1990 o mundo presenciou a ascensão de uma segunda onda de organizações regionais no continente africano. Essa nova tendência estava guiada pela ideia de “soluções africanas para problemas africanos”, concebida na onda da “Renascença Africana”.

O envio de tropas de manutenção da paz pela União Africana para Darfur, em 2004, é considerado por Hassan (2010, p. 25) como um forte indicador dessa nova tendência dentro da UA – de buscar uma solução africana para um problema africano. Este tipo de iniciativa é a representação prática da política da UA com vistas ao alcance da Paz Africana e de um Sistema de Segurança para o continente,

liderado pela organização regional, e não por outros atores (SPANDLER, 2020, p. 193-194).

A cooperação regional passou a se tornar uma necessidade, especialmente em localidades onde “(...) a segurança do Estado e seus governantes estavam ameaçadas”<sup>21</sup> (CLAPHAM, 1996; BUZAN, 1983 apud ADAR, 2016, p. 43, tradução nossa). Ainda segundo Adar, essa segunda onda também passou a ser caracterizada por uma política de soluções africanas “sub-regionais” para problemas africanos “sub-regionais”.

Adar (2016, p. 43 e 46), ao analisar a evolução das interações da União Africana com os conflitos, identifica que a organização regional começou a desempenhar tarefas que iam além de funções socioeconômicas, passando a ter ações no campo da *realpolitik*, com influência relevante de temas ligados à segurança. Outrossim, também passou a ser registrado um protagonismo e um envolvimento maior de atores não estatais na resolução de conflitos.

Esta tendência também foi vista na Comunidade de Desenvolvimento do Sul da África (SADC) e na Comunidade Econômica dos Estados Africanos do Oeste (ECOWAS); as quais, desde 1990 e juntamente com a UA, buscavam compreender as implicações políticas e culturais locais no processo de garantia da paz e segurança no continente (HUDSON, 2005 apud PAGO; ERNST, 2019, p. 21).

Este é o caso da IGAD, que foi vista como um meio de evitar e amenizar a influência e a intervenção de outros poderes no Sudão, sendo assim o único veículo – à época – que poderia prevenir que atores externos ao continente, e ao Sudão, pudessem interferir na sua política doméstica (ADAR, 2016, p. 46). Mas o conflito em Darfur também representou uma reconfiguração relevante nas interações regionais entre países vizinhos de natureza árabe e africana, com cada “entidade regional” tentando influenciar os eventos dos conflitos com vistas aos seus próprios objetivos (HASSAN, 2010, p. 25).

Como visto anteriormente, essa natureza conflituosa que marca a relação do Sudão com os seus vizinhos – ora árabes, como a Líbia e o Egito; ora africanos como o Chade e a Etiópia – especialmente em Darfur, resultou na utilização do Sudão como um terreno de *proxy wars* a fim de dar cabo aos interesses de cada comunidade. Deste modo, a instabilidade política do Sudão e dos seus vizinhos fez

---

<sup>21</sup> “(...)security of the state and its rulers on its internal affairs.”

com que os atores do conflito não fossem somente sudaneses, mas também estrangeiros com interesses próprios (HASSAN, 2010, p. 24).

O mesmo autor evidencia que essa peculiaridade explica, parcialmente, o porque o conflito de Darfur é tão complexo. Diferentemente do conflito norte-sul, Darfur é uma região cujas tribos e relações culturais ultrapassam as suas fronteiras internacionais – como é o caso do Chade. Consequentemente, a resolução dos problemas sudaneses não são suficientes para a resolução do conflito em Darfur, tendo em vista que os elementos regionais ali presentes adicionam uma nova dimensão ao conflito (2010, p. 24).

#### 4.2 AS MISSÕES DE PAZ DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E DA UNIÃO AFRICANA NO SUDÃO

Obviamente as missões de paz conduzidas por diferentes organismos internacionais não é um produto pronto, tampouco a sua forma atual era adotada desde o início. Respeitando o escopo do trabalho, nesta seção será apresentado um breve histórico acerca das operações de paz, com vistas a compreender como a atuação híbrida da ONU com outras organizações internacionais foi introduzida nas missões.

Compreendida essa evolução, será relatado um breve histórico da atuação, e principalmente criação, da Missão da União Africana no Sudão (AMIS); para então compreendemos a implantação e evolução inicial da UNAMID. Importante salientar que, em virtude dos objetivos do trabalho, não haverá um foco no desenvolvimento da missão e os seus resultados práticos.

Finalmente, serão apresentados alguns aspectos relacionados aos desafios na composição híbrida da missão, com vistas a buscar entender de que forma transcorreu a indicação e a aprovação dos países que contribuiriam principalmente com tropas militares e o efetivo policial.

##### 4.2.1 Operações de Paz

Aguilar e Marquezi (2017, p. 2) afirmam que “as operações de paz constituem o principal instrumento de ação conjunta dos Estados para promover a paz e a segurança internacionais”. Afirmação essa corroborada num *paper* elaborado pela

Universidade de Essex em que as operações de paz são postas como “(...) respostas *ad-hoc*, conduzidas pelas demandas das situações e realidades da política internacional, e situações no terreno” (UNITED NATIONS PEACEKEEPING... apud AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 2), desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Essa solução para conflitos internacionais e domésticos teve sua estruturação e filosofia desenvolvidos ao longo dos anos, e com o fim da Guerra Fria na passagem da década de 1980 para 1990, a ONU se viu mais à vontade para implementar e desenvolver as operações de paz pelo mundo. Dentre operações pontuais e pequenas, passando por missões de maior aporte, a quantidade de efetivo empregado em operações no mês de agosto de 1995 era de 68.894 pessoas, enquanto em abril de 2015 o efetivo atingia o número de 107.805 pessoas (UN, 1995; 2017 apud AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 3).

Para Rezende (2012 apud PAGO; ERNST, 2019, p. 19), essa ampliação de operações de paz na esteira da Guerra Fria representa uma solução parcial às dificuldades que os mecanismos de segurança coletiva da ONU apresentavam na tentativa de resolver os conflitos de então.

Consideradas como uma das principais formas para se tentar resolver conflitos ao redor do globo, mantendo a paz e a segurança mundiais, as operações de paz da ONU passaram por um considerável processo de evolução, atendendo o desenvolvimento das demandas em termos de quantidade e complexidade. Essa modalidade de intervenção internacional representa, ao fim, uma solução alternativa de atuação conjunta de Estados e organismos internacionais a fim de garantir a estabilidade no globo (AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 3-4).

Boutros-Ghali (1992 apud AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 4) afirma que as missões de paz podem ser resumidas como

[...] operações de campo das Nações Unidas, nas quais pessoal civil e/ou militar é empregado com o consentimento das partes e sob o comando das Nações Unidas, para ajudar a controlar e resolver conflitos internacionais ou internos, existentes ou potenciais, que tenham uma clara dimensão internacional.

A Doutrina Capstone<sup>22</sup> (UN, 2008 apud AGUILAR; MARQUEZI, 2017 p. 5) ressalta que as operações que marcaram o início das intervenções, classificadas como tradicionais, não desempenhavam um papel explícito na área política; mas focavam em temas de segurança – como, por exemplo, o monitoramento de movimento de tropas e do cumprimento de elementos do acordo de paz. Mas essa atuação, de acordo com Pago e Ernst (2019, p. 20), pode ser vista como ilusória, pois há uma indispensabilidade de uma atuação política nas intervenções humanitárias. Logo, intervir externamente em conflitos de outros países – sejam eles externos ou internos – acaba por implicar em efeitos políticos, demandando apoio militar para que a questão humanitária possa ser tratada.

Mas principalmente com o fim da Guerra Fria, os conflitos antes marcados por embates entre Estados migraram para a ambiência doméstica dos países, com grupos internos disputando territórios e poder. Este novo quadro incorreu em dificuldades para o modo como a ONU atuava, demandando novas soluções para conflitos que ainda estavam em andamento e cuja natureza era mais ampla e multidimensional. Não obstante a maior amplitude dos conflitos, agora eles eram mais perigosos e complexos (AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 5).

“A multiplicidade, interconexão e complexidade das velhas e novas ameaças de segurança [...]” (MAKINDA; OKUMU, 2007 apud PAGO; ERNST, 2019, p. 20) são elementos que compõe os conflitos presentes na África. Essa natureza complexa e nova explica, sob a ótica dos autores, as dificuldades encontradas pelas missões tradicionais da ONU.

As operações de paz, portanto, acompanharam a evolução dos conflitos-alvo, e a ONU passou a adotar alternativas como missões híbridas – em que a liderança das atividades era conjunta, mas com uma estrutura de comando única – a fim de fazer frente a conflitos, principalmente internos, mais dinâmicos e peculiares (AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 3-4).

A multidimensionalidade incorre em “[...] operações que compreendem uma mistura de componentes militares, policiais e civis trabalhando juntos para lançar as bases de uma paz sustentável” (UN, 2008 apud AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 5-6). Nesta linha, percebe-se uma adição, às tarefas militares tradicionais de até então, de atividades civis e uma maior atuação e interação com agentes

---

<sup>22</sup> Documento da ONU destinado a explicar e orientar quanto à preparação, planejamento e execução das missões de paz da ONU.

humanitários. Outrossim, a proteção de civis passa a ser uma preocupação e foco das operações de paz; assim como tarefas ligadas à construção e estruturação de processos políticos e sociais, a fim de garantir uma paz duradoura e o fim ao contínuo conflito.

Deste modo, as operações de paz multidimensionais começaram a ter um compromisso com a construção e consolidação da paz, interna e domesticamente, após o processo de sua imposição e manutenção (AGUILAR; MARQUEZI, 2017 p. 6).

Essa nova natureza das operações de paz, embasada no Capítulo VII da Carta da ONU, resultado da necessidade de se adaptar à maior complexidade dos conflitos; também resultou em maior complexidade na execução das missões. Nesta nova modalidade contingentes militar, policial e civil passavam a trabalhar integrados; demandando uma “[...] coordenação no nível nacional entre a ONU e outros atores internacionais” (PAGO; ERNST, 2019, p. 19).

#### 4.2.2 Missão da União Africana no Sudão (AMIS)

Volta-se para a evolução dos acontecimentos ligados à Rebelião de Darfur, ao falar da implementação da Missão da União Africana no Sudão (AMIS)<sup>23</sup> em 2004, a qual objetivava observar a situação na região de Darfur e monitorar, através da Comissão de Cessar-Fogo (CFC) o acordo de paz então selado entre as partes. Para tanto, em abril daquele ano a União Africana enviou para a região cerca de 60 observadores militares e 300 soldados (PAGOT; ERNST, 2019, p. 22).

Mas esse primeiro mandato, considerado limitado em virtude de autorizar apenas a observação e proteção de si mesmos, evoluiu para responder à escalada da violência no terreno e, principalmente, o descumprimento do acordo de paz. Com o seu segundo mandato a AMIS passou a ter autorização para tomar ações a fim de proteger civis em perigo iminente e facilitar a entrega de ajuda humanitária; sendo possível, conseqüentemente, um aumento considerável do efetivo militar e policial (EKENGARD, 2008. BIRIKORANK, 2009 apud AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 9-10).

---

<sup>23</sup> African Union Mission in Sudan (AMIS)

Esses esforços engendrados pela AMIS, entretanto, não foram suficientes a ponto de controlar o conflito e prevenir eficientemente os ataques aos segmentos não-combatentes da população local. Atribui-se essa dificuldade à combinação de um mandato limitado – logo, restringindo as possibilidades de ação dos seus componentes – e da inferioridade de tropas e armamentos frente aos rebeldes. Além disso, a própria União Africana apresentava dificuldades operacionais e financeiras que pudessem, de algum modo, superar as limitações e obstáculos que apareciam (BIRIKORANG, 2009; SAKA, OMEDE, 2012 apud AGUILAR, MARQUEZI, 2017, p. 10).

Esse contexto de dificuldades da AMIS foi mais exposto a partir do momento em que o conflito em Darfur piorava no terreno, com os movimentos rebeldes se fragmentando pouco a pouco e, como já exposto, as ações contra civis aumentando consideravelmente. Além disso, a ONU passava a mudar a sua postura frente ao conflito, passando a afirmar, em meados de 2004, de que ele se tratava da “[...] emergência humanitária mais séria de todo o mundo naquele momento” (PAGOT, ERNST, 2019, p. 22).

Diante do quadro, o Conselho de Segurança já acenava para uma possível expansão das suas atividades no país para a região de Darfur (AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 10-11). Até então havia a Missão Avançada das Nações Unidas no Sudão (UNAMIS), criada em junho de 2004, com atuação pontual e exclusiva na porção sul do território. Em março de 2005, por sua vez, foi instituída a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), que passava a consistir numa missão de paz multidimensional que atuava em conjunto com a União Africana no desenrolar da Guerra Civil Norte-Sul (PAGOT, ERNST, 2019, p. 22-23).

Em 2006, após uma nova recomendação do Secretário-Geral da ONU, passou a ser cogitada uma missão de paz com atividades exclusivamente voltadas para Darfur. Mas então o aspecto político se fez presente. Ao invés de uma nova missão, focada em Darfur, o Conselho de Segurança da ONU optou pela expansão da UNAMIS; segundo, ao tentar expandir a UNAMIS para a região de Darfur, a ONU se viu frente a uma forte resistência do governo do Sudão quanto à uma força de paz de liderança única da ONU.

Deste modo, o contexto político das missões tinha a União Africana sem capacidade operacional suficiente para fazer frente à evolução do conflito; e a ONU sem entrada política para que pudesse intervir isoladamente em Darfur (AGUILAR;

MARQUEZI, 2017, p. 11). Nesta linha, Spandler (2020, p. 194) destaca que a partir desse ponto a União Africana passou a adotar um discurso de tornar o conflito em Darfur uma questão global e, conseqüentemente, legitimar a ONU como um possível parceiro.

A nova postura da União Africana ficou mais evidente quando um representante africano no Conselho de Segurança da ONU fez um apelo aos seus pares quanto à exaustão de esforços e as limitações alcançadas pela União Africana no conflito em Darfur. Continuando, ele asseverou que a UA não abdicaria de sua responsabilidade junto ao seu continente, mas que seria necessária uma intervenção da comunidade internacional, representada pelas ONU, a fim de que o longo conflito pudesse ser resolvido (SPANDLER, 2020, p. 194).

#### 4.2.3 A Híbridez nas Operações de Paz junto à União Africana

A ONU (2008, p. 96) define que as operações de paz híbridas são caracterizadas pelo “despacho de pessoal militar, policial ou civil de duas ou mais entidades sob uma estrutura de comando única”. Kenkel (2013 apud PAGO; ERNST, 2019, p. 20) esclarece que essa atuação representa, na prática, a atuação conjunta de tropas da ONU e de outras organizações internacionais – sejam elas globais, continentais ou regionais – ora sob comandos separados e mandatos distintos; ora sob um mandato único e comando compartilhado.

Essa nova modalidade, para diferentes autores, é reflexo da nova necessidade de dividir a responsabilidade na imposição, manutenção e construção da paz no nível internacional. Isto é, “o crescente envolvimento de organizações na manutenção da paz criou novas oportunidades para a combinação de capacidades com o objetivo de lidar com as crises complexas” (AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 6-7).

Pago e Ernst (2019, p. 21) destacam que o episódio fatídico do genocídio em Ruanda, e a atuação dos organismos internacionais no conflito, levou a uma importante modificação de postura quando da carta constitutiva da União Africana – admitindo a intervenção nos seus Estados Membros. Desde Ruanda a ONU, por sua vez, repensou a sua atuação unilateral, independente da localidade e natureza do conflito, e com vistas ao cumprimento da missão, passou a aceitar a atuação conjunta com outros organismos internacionais.

Spandler (2020, p. 187) apresenta o mesmo entendimento, destacando que a cooperação entre a ONU e os organismos internacionais regionais viu um crescimento significativo desde o fim dos anos 1990 – quando ainda predominava o modelo de subcontratação - até a última década. Yamashita (2012 apud SPANDLER, 2020, p. 187) ressalta que essas parcerias foram uma resposta à necessidade de soluções mais viáveis e apropriadas aos desafios de segurança internacional impostos no período.

O foco das operações de paz no continente africano pode ser compreendido por diversas óticas, mas Lopes (2017 apud PAGO; ERNST, 2019, p. 21) destaca que o fim da guerra fria ocasionou um excedente de armamentos no mercado internacional, que cairiam nas mãos de grupos rebeldes do continente. Além disso, com o fim da corrida pelo domínio mundial, marca da lógica bipolar de até então, a África viu os investimentos nos seus países diminuir consideravelmente. Por fim, os autores ressaltam o importante papel de Kofi Annan em trazer a atenção da opinião internacional para os conflitos que ocorriam no continente africano.

Akuffo (2010 apud SPANDLER 2020, p. 189-190) corrobora com a visão de Lopes, afirmando que com o tímido e pobre número de missões de paz após o fim da Guerra Fria ocasionou um ambiente de resposta tardia aos desafios urgentes que surgiam ao redor do globo, especialmente no continente Africano. Com isso, organizações regionais viram o seu protagonismo e a sua capacidade de intervenção aumentarem quando o assunto era dar resposta aos problemas locais; levando, paulatinamente, à uma intensificação das relações entre ONU e UA na temática das operações de paz.

É nesta esteira que a União Africana viu seu protagonismo e sua relevância crescerem consideravelmente, integrando de modo híbrido as operações de paz com a ONU e, principalmente, levantando a bandeira – já abordada neste trabalho – da aplicação de soluções africanas para os problemas africanos (GOWN; JOHNSTONE, 2007 apud PAGO; ERNST, 2019, p. 21)

Entretanto, a entrada de novos atores na manutenção da paz e da segurança internacionais criam oportunidades para parcerias, mas também levam à conflitos e desgastes (SPANDLER, 2020, p. 198). Essa nova modalidade de operações de paz, pouco a pouco, viu a sua eficácia ser questionada em virtude de dificuldades ligadas tanto a questões operacionais e materiais, quanto à condução política e conceitual das missões (BIRIKORANG, 2009 apud AGUILAR; MARUEZI, 2017, p. 6-7).

Pago e Ernst (2019, p. 21) elenca que as missões de paz híbridas acarretam numa maior proximidade da “intervenção” quanto aos temas e dinâmismos locais/regionais, mas podem gerar uma menor imparcialidade e credibilidade – em virtude de os intervencionistas serem atores da região e que, portanto, podem influenciar o desfecho do conflito para os seus interesses regionais.

Nesta esteira, os mesmos autores (2019, p. 26) ressaltam que a escolha pelo modelo híbrido, pela ONU, não representou a busca de trazer elementos mais locais e próximos ao conflito; mas que permitir, e muitas vezes priorizar, a participação de atores africanos na resolução dos conflitos no continente foi uma ferramenta de legitimação das missões de paz na África – frente a uma resistência às missões compostas essencialmente por países “não-africanos”.

Spandler (2020, p. 188) evidenciou justamente esse argumento ao explicar a hibridez na UNAMID, na qual o principal fator motivador para uma iniciativa híbrida foi a necessidade de absorver diferentes demandas – por parte de atores domésticos, regionais e internacionais – quanto à legitimação da intervenção internacional no Sudão. Essa legitimação sob diferentes audiências é considerada peça central para garantir a efetividade e justificação ética em operações de paz internacionais (BJOLA, 2005; WHALAN, 2013 apud SPANDLER, 2020, p. 188).

Spandler (2020, p. 188) destaca que a União Africana passou a responder às demandas de legitimação de atores regionais, mas com diferentes constituições normativas e narrativas históricas. Assim, a organização regional figurava como uma representante regional das demandas da ONU, mas que compartilhava do mesmo passado colonial dos demais países e, portanto, apresentava-se como elemento apto a dar uma resposta proporcional aos desafios de segurança e paz dos seus membros.

Diversos autores apontam que essa atuação híbrida representa uma troca mútua de representações entre organismos internacionais, sempre voltada para a ideia de uma pirâmide de legitimidade. Enquanto a ONU confere aos organismos regionais a autoridade suprema numa intervenção – ora representada pela decisão da comunidade internacional – os entes regionais são considerados como cartas de legitimação com vistas a obter a aceitação dos principais atores dos conflitos (COLEMAN, 2007; TIEKU, HAKAK, 2014... apud SPANDLER, 2020, p. 190) – como fora feito na Líbia através da Liga Árabe.

#### 4.2.4 Missão Híbrida das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID)

A UNAMID precisa ser compreendida sob as raízes e a evolução dos conflitos no Sudão. Conforme Brosché (2011, p. 11-12), os conflitos do país são resultado de uma combinação de má governança na porção central do país – decorrente da sua vontade de se manter no poder independente do preço – com a pobreza e a marginalização extremas nas suas periferias. Esse quadro levou a diversos conflitos internos que, aparentemente parecidos, se mostraram um grande desafio ao serem abordados simultaneamente pela comunidade internacional.

As rebeliões e guerras civis ora tratadas neste trabalho, em especial a de Darfur, podem ser enquadradas, segundo Butler (2019, p. 95) como “protracted intra-state conflicts” – ou, numa tradução livre, “conflitos domésticos prolongados”. Para Zartman (1995 apud BUTLER, 2019, p. 95), eles são marcados pela continuidade de conflitos armados num longo prazo e, ao serem enfrentados em busca de uma solução, acabam apresentando considerável resistência quando combatidos com ferramentas “padrão” de manutenção da paz – como a negociação e a mediação.

A complexidade desses conflitos, resultado da sua prolongação no tempo, acaba por gerar um contexto ambiental cujos efeitos e componentes influenciam consideravelmente os resultados de uma intervenção internacional em busca da paz (BUTLER, 2019, p. 95). É por essa dinamicidade que conflitos domésticos prolongados acabam por impor desafios perniciosos e peculiares às metodologias-padrão de manutenção de paz, focadas na reconciliação e promoção de paz harmônica no seio doméstico do país; tudo isso a partir de um conjunto pré-estabelecido de valores universais, normas e práticas.

A UNAMID, por sua vez, surge num contexto de evolução desse modelo padrão, justamente para fazer frente às complexidades que compõem os conflitos domésticos no Sudão. Chamada de “manutenção de paz adaptativa”, esse modelo recorre a valores, normas e práticas da tradição local; numa linha de apresentar soluções de baixo para cima e, assim, permitir que o “local” assuma o papel e o protagonismo no processo de reconciliação e consequente paz duradoura (BUTLER, 2019, p. 94).

Até então o governo de Omar Al-Bashir rejeitava veementemente a proposta de tropas exclusivamente da ONU na região de Darfur; enquanto a União Africana aceitaria uma parceria com a ONU desde que mantivesse a sua posição na missão. Em 2006, após um denso processo de negociações políticas no mais alto nível, obtendo-se a aprovação do Governo do Sudão, foi instituído um plano para a adaptação da AMIS e a transformação das tropas africanas em tropas híbridas; dividindo-se em três etapas (SPANDLER, 2020, p. 194).

Primeiramente foi implementado um “Pacote de Suporte Leve” composto pelo envio de equipamentos e assessores técnicos à já existente AMIS. Na sequência houve o envio de tropas militares e policiais, além de efetivo civil, para o reforço dos três componentes da missão (AGUILAR, MARQUEZI, 2017, p. 11). Finalmente, na sua terceira etapa, a UNAMID foi autorizada pela Resolução 1769 do Conselho de Segurança da ONU, sendo desdobrada a partir de 2007 sob o capítulo VII da Carta da ONU. Conforme a nova Resolução, à época o efetivo a ser empregado na missão poderia alcançar o número de 26.100 militares e policiais, tornando-se, à época, a maior força de paz do mundo (HASSAN, 2010, p. 28).

Segundo diversos autores citados por Aguilar e Marquezi (2017, p. 7), a missão “[...] foi considerada na época a maior e mais cara missão já desdobrada pela ONU”. Sua hibridez, por sua vez, trouxe à tona vários questionamentos acerca da sua “[...] efetividade, legitimidade e aplicabilidade [...]” (BIRIKORANK, 2009 apud AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 7). O seu mandato estabelecia que a missão focasse os seus esforços para assegurar a proteção de civis, para desenvolver medidas que conseguissem criar um ambiente seguro para o retorno de refugiados e deslocados internos, e para dar suporte a uma maior inclusão no processo político doméstico; dentre outras medidas, obviamente.

Com vistas o DPA, o mandato da UNAMID de 2007 também permitia que as suas tropas fizessem uso da força para assegurar a proteção das populações locais, das instalações da ONU e, de modo geral, a efetivação dos termos de acordo de paz (AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 11-12).

Em 2012 alguns autores, como Saka e Omede (2012 apud AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 12), apontavam que a UNAMID estava alcançando os seus objetivos de aumentar a segurança na região, criando um ambiente favorável para a implementação de uma paz duradoura e a facilitação da entrega de ajuda humanitária. Para eles, em virtude da maior robustez do seu mandato e um

considerável aparato logístico e financeiro, a missão se mostrava mais proativa nas ações. A ressalva, porém, era de que ainda havia a necessidade de promover a adesão de grupos não-signatários do DPA, o que se impunha como um grande desafio – mesmo para uma missão de tamanha magnitude.

Dentre os elementos citados por Aguilar e Marquezi (2017, p. 13), que contribuíam para o caráter desafiador da missão, destaca-se a fragmentação dos grupos rebeldes, os quais, com o tempo, foram se subdividindo. Esse contexto fazia com que grupos com atuação mais dissidente adicionasse ao seu rol de alvos os próprios pessoal e instalações da UNAMID, além de grupos rivais e determinados nichos da população civil.

A estrutura logística e financeira da UNAMID não conseguia fazer frente às previsões do mandato expedido pelo Conselho de Segurança da ONU, e às expectativas da população local. Com isso, os seus gestores tiveram que coordenar a atuação dos componentes da missão de acordo com as prioridades identificadas no terreno. Os desafios logísticos e de diversas demandas no nível operacional se somavam com a falta de colaboração do Governo de Cartum no nível político, montando um quadro desafiador (AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 14).

Ainda no nível operacional, a realidade geográfica e de infraestrutura do país complicavam ainda mais o quadro de atuação da missão, impondo a necessidade de utilização de helicópteros e aviões como meios de transporte – o que resultava em maiores custos e desafios logísticos. Deste modo, segundo Aguilar e Marquezi (2017, p. 14 e 17), as capacidades necessárias da UNAMID eram ainda mais específicas do que de outras missões, exigindo um processo de convencimento e justificação junto ao nível político da ONU e parceiros.

Tanto a ONU quanto a União Africana tinham consideráveis dificuldades em contribuir com os equipamentos considerados críticos para a UNAMID – como os helicópteros e caminhões que permitissem as tropas operacionais a superarem os desafios geográficos da região. Quando esses reforços logísticos eram enviados pelas organizações, o Governo Sudanês impunha restrições aduaneiras e atrasava as suas entradas no país. Com o tempo essas dificuldades no nível operacional comprometiam a capacidade de atuação da missão e, conseqüentemente, afetavam a imagem de sucesso dos seus componentes junto à população local.

Não obstante, não havia uma realidade de paz no terreno e, portanto, a missão não conseguia se estruturar para atender o seu principal objetivo inicial que

seria a “manutenção da paz”. É nesta esteira que alguns países ocidentais buscaram, através do Conselho de Segurança da ONU, reforçar o mandato da missão; sofrendo, entretanto, forte resistência e os vetos de russos e chineses, além da resistência do Governo de Cartum (IRRRI, 2016 apud AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 15)

Dentro do espectro temporal da missão, em junho de 2017 o Conselho de Segurança da ONU aprovou um novo mandato para a missão a partir do qual se previa uma redução de seu aparato de pessoal e logístico em duas fases. Primeiramente o efetivo previsto que era de até 26.100 policiais e militares seria diminuído para 19.248, e após um ano, em junho de 2018, a previsão era de uma tropa de 11.235 militares e policiais (ONU, 2017 apud AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 16)

No momento da proposição e da criação da UNAMID, tanto especialistas quanto os seus próprios formuladores questionavam o novo modelo híbrido. A preocupação era a de que, em virtude da inexperiência nessas situações, pontos práticos como “[...] comando, número e capacidade de tropas, mandato e financiamento” (WAAL, 2007 apud PAGOT; ERNST, 2019, p. 23) estariam comprometidos.

Em outra vertente de análise, Spandler (2020) alerta que ao empregar a hibridez como uma forma de legitimação das operações de paz em determinada região, deve-se entender a maneira como os diferentes atores irão perceber a autoridade e o protagonismo de cada organismo internacional; com vistas à implementação e à execução das operações de paz híbridas.

Para Aguilar e Marquezzi (2017, p. 17) a condição híbrida fez com que a realidade política da missão englobasse uma constante necessidade de adaptação e de entendimento quanto aos interesses e objetivos de cada qual para o seu sucesso. As deficiências da União Africana precisavam se compensadas pela ONU – em especial no aspecto financeiro e logístico – enquanto a ONU dependia da legitimidade da União Africana no contexto político local.

Esta tendência de migrar o protagonismo das operações de paz para as organizações regionais, portanto, aproveita o alto grau de legitimidade que, em tese, elas possuem. Acreditava-se, segundo (SPANDLER, 2020, p. 195-196) que a atuação dos organismos regionais seria menos controversa em virtude de suas

ações se basearem em regras e acordos estabelecidos intra-contidente – diferentemente de cartas constitutivas de organizações globais.

Spandler (2020, p. 191) traz uma linha de abordagem que problematiza a legitimidade em relação aos esforços políticos e buscas por status, autoridade e influência dos atores envolvidos através dos organismos internacionais a que pertencem. O autor entende a UNAMID como um caso de legitimação de diferentes atores frente à governança global. Outros autores reforçam que essa relação entre organismos internacionais diferentes em uma operação de paz híbrida trará ao tabuleiro, inevitavelmente, elementos ligados à geopolítica. Assim, pendências conectadas ao passado neocolonial, por exemplo, podem acabar fazendo com que rivalidades históricas migrem para o campo político da missão, fazendo com que a liderança e o controle da missão passem a ficar influenciados a tal ponto que o processo decisório será afetado (TARDY, 2014; WEISS, WELZ, 2014 apud SPANDLER, 2020, p. 190-191).

Nesta linha, a autoridade dos atores envolvidos deixa de ser medida pelas suas qualidades legal e institucional, ou mesmo a sua performance, e passa a ser medida pelo desempenho dos atores na “arena política” das suas organizações. Outrossim, as organizações passam não a ser representantes de seus contratantes, mas agentes de legitimação frente os atores-alvo de suas operações (ZAUM, 2013 apud SPANDLER, 2020, p. 191).

Como exemplo, no aspecto político, a União Africana temia uma postura paternalista da ONU em virtude de seu maior poderio financeiro, político e logístico. A ONU, por sua vez, demonstrava uma crença na eficiência da organização regional quando o assunto era soluções para os problemas africanos (PAGOT; ERNST, 2017, p. 23). Spandler (2020, p. 197) corrobora com essa visão, afirmando que a ONU usa o consentimento do governo sudanês para uma atuação da União Africana no seu país, enquanto a organização regional pode superar as limitações técnicas e operacionais se utilizando da UNAMID para se firmar como um líder pela paz e segurança no continente.

Para Spandler (2020, p. 192) as operações de paz híbridas apresentam, dentro de si, um processo de legitimação caracterizado por diferentes níveis, envolvendo uma pluralidade de agentes e arenas. O autor destaca que nesse processo se incluem aqueles discursos situacionais em que a ONU, a UA e outros atores envolvidos numa missão; por exemplo; buscam justificar e apresentar

políticas num determinado cenário – como por exemplo a UNAMID – buscando estabelecer e manter as suas autoridades como atores no espectro da segurança internacional.

Neste sentido, a própria UA deixou de aceitar a política da ONU de legitimação de missões no continente, para se colocar como o principal organismo a abordar e buscar soluções para as questões de segurança do Continente – ou seja, adquirir maior autonomia e autoridade para aplicar soluções africanas para problemas africanos (SPANDLER, 2020, p. 192). Para tanto, segundo o mesmo autor, a União Africana passou a colocar a ONU como “[...] um ator distante com uma potencial agenda neocolonial que carece da confiança dos países da região e de um mandato que vise as populações locais”.

Mais um episódio que demonstra esse processo de mudança de discurso dentro do processo evolutivo da legitimação foi a imposição da UA de ser aceita como principal e independente ator mediador da nova tentativa de acordo de paz para o conflito em Darfur – sem relações com a UNAMID. Esse capítulo ocorrera após o indiciamento e a consequente expedição de mandado de prisão de Omar al-Bashir pela Corte Internacional Criminal, mesmo após pedidos da União Africana pelo contrário (SPANDLER, 2020, p. 196).

A resposta de alguns membros ocidentais do Conselho de Segurança da ONU foi uma mudança de discurso e postura quanto ao suporte à UNAMID, a qual passou a ser considerada como “aventuras regionais de operações de paz” (TIEKU; GELOT, 2017 apud SPANDLER, 2020, p. 196). Com isso, o discurso passava a questionar a imparcialidade de atores e organizações regionais em conflitos na sua área de influência (HIPPO, 2015 apud SPANDLER, 2020, p. 196).

A ONU, por sua vez, não é encarada por todos os espectros da comunidade internacional, especialmente fora do Ocidente, como esse ator global legítimo e inquestionável. Para Hassan (2010, p. 28), as ações da ONU são fortemente influenciadas pelo viés ocidental, fato que pode acabar por desviar os objetivos de sua atuação a nível global. Como exemplo, o autor aponta que erroneamente as intenções humanitárias são colocadas como objetivos da instituição, ao invés de um meio para se alcançar uma resolução pacífica em um conflito como o de Darfur.

Para Pagot e Ernst (2019, p. 25) à época da implantação a UNAMID em 2007 alguns aspectos não teriam sido devidamente observados. O mandato não deixava claro como se daria a divisão de responsabilidades entre a ONU e União Africana,

carência que prejudicava a tomada de decisões no terreno. E essa indecisão quando à definição da divisão de funções e de atividades foi utilizada, inclusive, pelo Governo Sudanês que jogava a ONU e União Africana um contra o outro (SPANDLER, 2020, p. 197).

À época da Resolução 1769, considerando as previsões de composição de tropa no papel – de até 26.000 militares e policiais – com um orçamento anual de US\$ 1.500.000.000 (um bilhão e meio de dólares), previa-se uma operação cujo tamanho superaria a AMIS em quatro vezes; e somando-se a previsão de melhores equipamentos e recursos advindos da ONU, a UNAMID seria a maior missão de paz jamais desdobrada (JNR, 2017, p. 2).

Uma forma de traduzir a legitimação política no nível operacional e, deste modo, angariar suporte de atuação no terreno, foi a distribuição de composição de pessoal – especialmente militar e policial. À época da implementação da UNAMID, em 2007, após a incorporação da AMIS pela UNAMID, a UA foi quem ficou com a nomeação do *Force Commander*, a maior autoridade do componente militar, da missão híbrida (BIRIKORANK, 2009 apud AGUILAR, MARQUEZI, 2017, p. 11).

Spandler (2020, p. 197) ressalta que a exigência de um duplo comando, somado às diferenças doutrinárias entre os atores das diferentes organizações, contribuiu para o aumento dos custos de operação. Havia um discurso de privilegiar as tropas e os comandantes africanos – não somente na UNAMID, mas também nas demais possíveis missões híbridas – a fim de justamente garantir um “caráter africano” às missões. Há, porém, uma ressalva apresentada por autores como Badescu e Bergholm (2009 apud PAGOT; ERNST, 2019, p. 23), que alegam que “[...] a nacionalidade dos comandantes pouco implica na prática, se não há um mandato claro e nem condições mínimas de proteger civis”. Spandler (2020, p. 197) alertou que a insistência na característica africana da tropa da missão limitou, desnecessariamente, as opções de recrutamento de pessoal.

Outro elemento foi o protagonismo de países em desenvolvimento na composição de tropas das operações de paz, ao invés de países pertencentes à Europa ou mesmo tropas americanas. Tal tendência aconteceu na esteira da concentração de energia de potências ocidentais na guerra ao terror após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Países como Índia, Bangladesh, Paquistão e o Brasil passaram a ser aceitos como protagonistas na atuação em missões de paz em virtude de serem vistos como neutros e de baixa ameaça pelos

membros do Conselho de Segurança da ONU (GOWAN; JOHNSTONE apud PAGO; ERNST, 2019, p. 21).

Neste íterim, o próprio governo sudanês apresentou determinadas exigências a respeito da composição de tropa. Pregava-se por uma predominância de africanos e apenas algumas parcelas de tropa de países como China e Paquistão. Em dado momento Cartum proibiu a vinda de tropas do Nepal, Tailândia e de países Nórdicos – por razões não evidenciadas – alegando que aceitaria apenas países africanos como contribuintes; mesmo aquelas tropas sendo elementares para a composição de efetivo (JNR, 2017, p. 1). Tal fato foi alertado pelo então Secretário da ONU para Operações de Paz, Jean-Marrie Gehenno, que em 2014 informou que apesar da proposta inicial de efetivo, em 2007, compor 80% da tropa de países africanos, os demais 20% tiveram fortes restrições por parte de Cartum.

Mas a ideia de haver uma massiva composição africana no quadro de tropas, o que traria o elemento africano para a missão – e conseqüentemente a sua legitimação – precisou ser flexibilizado, segundo Henke (2016 apud SPANDLER, 2020, p. 197) a fim de garantir o número suficiente de pessoal. Segundo os autores, em determinados momentos da missão, mais da metade dos maiores contribuintes de pessoal eram de fora do continente africano. Tal flexibilização, para o autor, fica mais evidente ao se observar que no próprio sítio eletrônico da UNAMID a descrição da tropa era como sendo uma contribuição global que permitia trazer diferentes culturas e experiências para a execução da missão.

Um relatório conjunto de diferentes organizações não-governamentais (JNR, 2017, p. 6-10) constatou a mesma situação: em que pese as previsões da Resolução 1769 de que a composição da tropa deveria ser predominantemente, dentro das possibilidades, de países africanos; em virtude de limitações no número de tropas devidamente capacitadas e aptas a operar no terreno, ofertas de outros países (que não da África) precisaram ser consideradas. À época da implantação o nível estratégico da missão alertava que se a situação de restrições a tropas não-africanas permanecesse; e as limitações técnicas, de capacidade e experiência, das tropas africanas não fossem superadas; o resultado seria o atraso no desdobramento da missão e, conseqüentemente, o prolongamento do sofrimento e da morte de civis no terreno.

Deste modo, o efetivo da missão tinha o seguinte quadro geral, segundo um relatório da UNAMID (2018 apud AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 12-13):

“O componente militar era um misto de tropas de países africanos como Burquina Faso, Egito, Etiópia, Gâmbia, Quênia, Nigéria, Ruanda, Senegal e Tanzânia, com de outras regiões como Indonésia, Mongólia, Nepal, Paquistão, Bangladesh e China, além de policiais de 38 países e observadores militares de 22 países, incluindo do Brasil”.

Em 2019 figuravam como os maiores contribuintes de tropas a “[...] Etiópia (2.575), Ruanda (2.516) e o Paquistão (2.277)” (PAGOT; ERNST, 2019, p. 23). Outros países se destacaram na cooperação para o envio de tropas. Do contexto da União Africana o Egito e a Nigéria figuravam como as potências africanas presentes na UNAMID. A China, por sua vez, se destacou com uma relevante presença na missão, em especial nos setores estruturais e estratégicos, o que refletiva a sua busca por maior protagonismo tanto no âmbito da ONU quanto no continente africano (PAGOT; ERNST, 2019, p. 24).

Não obstante as dificuldades de alinhamento de expectativas e legitimidade entre os organismos internacionais e todo o processo de decisão da composição da tropa que compôs a missão, o próprio governo sudanês impunha outras dificuldades que iam além do nível político ou da composição da tropa. Cartum apresentava diversas restrições em relação ao funcionamento da missão, em especial sua atuação. Como exemplo, Mickler (2013) e Dunne (2009 apud AGUILAR; MARQUEZI, 2017, p. 13) elencam a proibição de movimento noturno das tropas, toque de recolher em determinadas regiões, a necessidade de autorizações específicas para a realização de voos e o atraso na emissão de vistos e outros documentos diplomáticos. Com todos esses obstáculos levou-se anos para que a missão atingisse a sua capacidade total de tropas e funcionários, conforme a Resolução 1769.

A proposta é que a hibridez conseguisse suprir falhas detectadas nas missões anteriores – razão pela qual, segundo os autores, tropas de nacionalidades específicas, como as ruandesas, figurariam como elementos-chave para lidar com o genocídio em Darfur. Para eles, independente de resultados, ao menos a hibridez se demonstrou uma tentativa válida para incorporar aspectos eminentemente regionais em uma missão de paz (PAGOT, ERNST, 2019, p. 25).

Spandler (2020, p. 193), por sua vez, afirmou que o processo de declínio de um contexto de “mútua legitimação” para um de “legitimação competitiva” fez com que problemas específicos da missão fossem escancarados. Conseqüentemente, para o autor, o experimento de uma operação de paz híbrida deixou de ser um modelo promissor de parceria entre a ONU e um organismo internacional, e passou a ser um terreno conflituoso de discursos e normas de diferentes organizações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção pela ONU e pela UA de um modelo híbrido de operação de paz, com o fito de buscar uma solução para o conflito em Darfur e, conseqüentemente, encontrar uma saída para a paz na região, não foi uma escolha ao acaso. Em virtude do seu caráter inovador, ela acabaria por trazer ao tabuleiro de soluções uma série de vantagens, mas como era de se esperar, também trouxe dificuldades na sua implementação e execução.

Neste trabalho trouxemos elementos da evolução histórica do Sudão, alinhando-os com detalhes acerca dos conflitos domésticos do país, a fim de compreender as razões pelas quais as Rebeliões de Darfur se prolongariam por tanto tempo na história, tornando-se um episódio histórico de genocídio, a tal ponto que exigisse dos especialistas da área soluções inovadoras.

Assim como ocorrera com o Genocídio de Ruanda, os modelos adotados pelos organismos internacionais para dar um fim ao conflito e encontrar a paz para a região se viram insuficientes frente à complexidade do terreno e os elementos que os compunham. Foi necessária uma readequação da maneira como a UA e a ONU atuavam no Sudão, tendo que alinhar esforços e adequar suas expectativas e seus interesses. Outrossim, fez-se necessário acompanhar as novidades que iam se desvendando a cada novo insucesso em um acordo de paz.

É neste íterim que trouxemos elementos teóricos e explicativos acerca das operações de paz, em especial a sua evolução para a fase de *capacity building* e de modelo híbrido. O nosso objetivo era reunir conhecimento suficiente para entender como se deu o processo de implementação do modelo híbrido nas operações de paz que já estavam sendo conduzidas pela UA e pela ONU, culminando na UNAMID.

Buscamos a identificação de dificuldades e obstáculos para que se entendessem algumas percepções obtidas no terreno, as quais motivaram a atual linha de pesquisa. Conforme explicitado no capítulo introdutório, ao participarmos da UNAMID como *peacekeepers*, tivemos a ímpar oportunidade de ver com os nossos próprios olhos, no nível operacional, os elementos teóricos que são comumente explorados nos níveis político e estratégico.

Para as nossas considerações finais acerca do tema, optaremos por uma lógica de partir das perguntas e percepções provocadoras do trabalho, para então

costurá-las, pouco a pouco, com os elementos teóricos e bibliográficos trazidos durante todo o trabalho.

Nosso ponto de partida é, portanto, perguntas como: quais as razões de uma missão com tantos investimentos (financeiros, logísticos e de pessoal) ser constantemente questionada pelos seus patrocinadores? O que levaria uma missão com mais de dez anos de atuação no terreno apresentar aos seus recém-chegados (*new arrivals*) um alto grau de desorganização e falta de norte? Qual contexto e quais episódios permitiriam que no nível operacional as disputas de nível político se fizessem tão presentes, a ponto dos projetos serem pessoais e com os claros objetivos de angariar vantagens pessoais e o prolongamento da missão?

Evidentemente que pelo teor científico da presente pesquisa, tais afirmações – travestidas de perguntas – não puderam ser expostas e exploradas nos capítulos anteriores. Isto porque elas decorrem de experiências pessoais recentes e sofrem de falta de bibliografia a respeito. Durante a nossa atuação pela UNAMID como *peacekeeper*, em especial na sub-região de Kabikabiya – no meio do caminho entre a capital de Darfur (El Fasher) e a fronteira com o Chade – vivenciamos episódios que inicialmente eram novidades exóticas, mas que com o tempo se demonstravam falhas e fatos a serem analisados e pensados.

Constantemente víamos uma missão cujos objetivos operacionais traduziam-se na sobrevivência do dia-a-dia. Para quem estava na ponta da lança, as ordens emanadas de escalões superiores eram distantes da realidade e não apresentavam efetividade alguma para quem buscava executá-las. A bandeira de atuação conjunta e integrada com os diferentes componentes da missão (civil, militar e policial) parecia ocorrer somente em níveis superiores, pois no terreno esses componentes atuavam de modo independente e, quando em conjunto, comprometidos apenas com as suas atribuições.

Junto à população local percebíamos uma grande resistência frente nossas iniciativas e patrulhas. Constantemente recebíamos respostas que faziam alusão à repetição das perguntas sem retorno de soluções, e até mesmo comentários mais ácidos acerca de estrangeiros que estavam na região apenas por interesses pessoais, e não por compromissos com a causa em si. Muitas das tribos, em especial as mais carentes, viam nos capacetes azuis fontes de comida e bebidas – e até mesmo dólares americanos – ao invés de vislumbrarem nos *peacekeepers* ferramentas para a paz.

Os representantes estatais também já estavam cansados de sempre fornecer as mesmas respostas. Chefes de hospital, comandantes de destacamentos policiais, sheiks e outras figuras representativas sempre apresentavam respostas “padrão” para as perguntas “padrão” feitas pelas patrulhas. Alguns já percebiam que em dando determinadas respostas não mais seriam incomodados pelas patrulhas da ONU; ou ao menos conseguiriam alguns suprimentos que resolveriam os seus problemas pontuais. Outros demonstravam intolerância decorrente do cansaço de pontuações e correções propostas pelos representantes da UNAMID, que iam totalmente de encontro aos costumes e tradições locais.

No dia a dia das atividades, em contato com outros capacetes azuis de nacionalidades diferentes, era possível visualizar uma nítida divisão entre as organizações e suas culturas. De modo generalizado, membros de alguns países apresentavam um comprometimento com os objetivos dos seus respectivos países, notadamente em busca de representação e destaque institucional dentro da missão. As suas iniciativas e comportamentos eram voltados a valorizar a imagem do seu país e a ocupar posições-chave de gerência e comando dentro dos quadros da missão.

Os representantes de um outro grupo de países, de modo geral, eram mais voltados para garantir a continuidade da existência missão. Por inúmeras vezes havia debates com eles sobre elaborar relatórios que afirmassem que a situação no terreno estava melhorando – o que conseqüentemente, a médio prazo, traria o fim da missão – ou aumentar o real quadro de problemas para que a missão continuasse no terreno. Ao subir para o nível tático, foi possível visualizar a busca por posições chave, por parte de alguns, a fim de ocupar o espaço destinado aos seus países e, principalmente, demonstrar autonomia e capacidade operacional de sua organização.

Até mesmo em pequenos detalhes a disputa por legitimação e o embate de visões se fazia presente. Por exemplo, havia uma forte resistência dos representantes de países africanos quanto aos representantes de países da ONU não utilizarem o brasão da UA em seus braços. Os membros de países africanos exibiam apenas o brasão da UA, e ainda queriam que os demais países removessem o brasão da ONU e utilizassem o brasão da UA como forma de afirmar que aquela missão era africana, mais do que da ONU.

No terreno visualizávamos os representantes de países árabes sofrerem resistência das tribos “não-árabes” nas entrevistas. Os próprios árabes preferiam não conduzir as ações nesses episódios, sabendo da resistência de tribos africanas em relação a povos árabes – o que dificultava o cumprimento dos objetivos, tendo em vista a necessidade de um tradutor de árabe para inglês, por exemplo.

De modo geral os países que não pertenciam ao continente africano, ou não advinham de uma cultura árabe, se viam neutros nessas disputas e contextos. Era interessante notar que os seus representantes atuavam como amalgamas nas patrulhas e nos escritórios, muitas vezes mediando os embates representativos entre árabes e africanos (notadamente).

Cabe salientar, ainda, que por vezes eram observados projetos, capitaneados por representantes de países tanto árabes quanto africanos, que estavam de fato conectados com a missão do *capacity building* e surtiam efeitos práticos para o problema em Darfur. Mas era perfeitamente observável como as intenções dos seus capitaneadores era garantir a extensão de seu contrato com a ONU ou, quem sabe, subir de nível dentro dos postos da missão. Era o egoísmo individual que trazia benefícios ao coletivo.

Ora, toda essa linha expositiva de percepções e de opiniões sobre a nossa experiência na missão busca justificar ao leitor a forma como o trabalho foi construído: apresentar elementos históricos do Sudão e do conflito em Darfur, e apontar os tópicos que compõe a opção pelo modelo híbrido de operação de paz, com as suas conseqüentes dificuldades no terreno.

De modo geral, inicialmente já podemos afirmar que as percepções teóricas elencadas principalmente no último capítulo, afins ao nível político e estratégico da temática, eram de fato observados nos níveis tático e operacional do terreno – com as devidas peculiaridades de cada espectro. Outrossim, a divisão interna do país entre árabes e “não-árabes”, e a relação de desigualdade entre eles, também puderam ser tanto percebidas na pesquisa bibliográfica deste trabalho, quanto nas experiências no terreno.

Principalmente com as extrações bibliográficas da obra de Andrew Natsios, pudemos observar como alguns elementos básicos podem, num longo prazo, justificar o atual cenário conflituoso em Darfur. Seguindo a linha argumentativa do autor, observamos que fatores como localização e geografia contribuíram para a

coexistência num único país de tribos de passados e constituições muito diversificadas.

A confluência do Rio Nilo Azul e do Rio Nilo Branco, “os dois Nilos”, em Cartum é, para nós, a perfeita representação desse quadro sudanês de coexistência de diferentes culturas que forçadamente, por imposição da natureza e da história, tem que aprender a conviver e se alinhar num mesmo território, sob um mesmo Estado. E as conseqüentes influências sofridas e impostas dos seus vizinhos representam também a influência e interesse de países estrangeiros na política doméstica do país;

Entendemos que esse cenário de coexistência acabou por gerar uma disputa por poder que advém desde a Núbia antiga. Após principalmente os períodos de dominação Turco-Otomana e da Colonização Anglo-Egípcia, o poder da região mais próspera do país ficou com as tribos árabes, restando às tribos “não-árabes” a periferia do país, notadamente a sua porção sul e a região de Darfur. Essa relação acabaria por se acentuar desigual com o passar do tempo, havendo uma dominação política pelos árabes e, com o tempo, religiosa pelo Islã.

Uma política segregacionista e impositiva das tribos árabes, com a ideia de islamização do país e de sua população, além do afastamento de qualquer elemento estrangeiro que não colaborasse com tal proposta, foram a realidade durante grande parte da recente história sudanesa. Não somente no campo político e religioso tais ideologias surtiriam efeitos, mas também no campo econômico. Obras de infraestrutura e financiamentos foram direcionados para a região do Triângulo Árabe, em detrimento da periferia. Conseqüentemente, o quadro de desigualdade que era naturalmente imposto pela geografia e pela localização da periferia, era ainda mais agravado pelas políticas artificiais do governo em Cartum.

Não obstante, o período de “colonização” do Sudão pelo Reino Unido e pelo Egito fez com que a influência do cristianismo crescesse ao sul de Cartum. Os cristãos acabaram por ser uma alternativa às tribos africanas frente ao domínio islâmico – e a subjugação religiosa, política e econômica que ele trazia. Durante o período, os colonizadores buscaram blindar a periferia das incursões ideológicas das Três Tribos, acentuando as diferenças culturais. De mesmo modo, os britânicos frearam consideravelmente a utilização das tribos locais para o tráfico de escravos, fortalecendo as comunidades africanas da periferia.

O Sudão independente nasceu em 1956 confirmando as suas políticas que até então contribuía para um país já instável socialmente e politicamente. Fatores como geografia permaneciam latentes, mas eram complementados por um novo cenário. O Sudão nasceu conseguindo sua autonomia em relação ao vizinho do norte (Egito), com uma forte bandeira por um Estado Islâmico, e com as regiões periféricas à Cartum com semiautonomia ou pouca representação política. A proteção até então oferecida por colonizadores às populações da periferia saíra de cena, permitindo um avanço das políticas segregacionistas de Cartum até meados dos anos 1990, sem a proteção ou a resistência de atores externos.

Vale salientar que o Sudão já nascia à época com uma série de fatores que contribuiriam para a sensação de força e de grande magnitude sentidas pelas tribos dominantes de Cartum. O país tinha um grande território, figurando entre os maiores do continente. Em que pese a sua localização geográfica na transição do deserto do Saara, tinha dois grandes rios cortando a sua extensão territorial de Sul para Norte, permitindo a expansão populacional e de atividades econômicas no seu percurso – em especial no Triângulo Árabe. O Sudão viria a crescer em população, seja em Cartum ou nas periferias, fator que, somado ao tamanho territorial, faziam do país uma potência africana.

Outro fator geográfico que compôs o quadro da independência do país foi a disponibilidade de recursos naturais. De 1956 em diante o país passou a figurar como uma cesta de pão da comunidade árabe, em especial da península arábica, recebendo um grande aporte financeiro para projetos de irrigação e obras de infraestrutura. Outrossim, a partir da década de 1970 foram iniciadas as prospecções de petróleo no país, atraindo a atenção de países ocidentais e, mais tarde, potências como Rússia e China.

Em que pese o quadro econômico e de política internacional aparentemente favoráveis, verificamos que os investimentos do dinheiro que entrou no país foram desigualmente investidos. Seja em virtude de políticas propositalmente segregacionistas, seja por miopia do quadro político, a periferia foi deixada de lado quando o assunto era infraestrutura e serviços básicos. Não obstante, o dinheiro que entrava da exploração dos recursos naturais sudaneses foi, em diversas oportunidades, utilizado no combate e na matança das tribos e dos combatentes de onde os recursos eram explorados.

Desigual também foram as decisões políticas adotadas por Cartum. Apesar do grande interesse internacional nas potencialidades geográficas e econômicas do Sudão, a comunidade internacional não vislumbrou que do crescimento das políticas de islamização da população sudanesa agravava-se a estabilidade doméstica sudanesa.

Frente ao frequente quadro de desigualdade e submissão da periferia em relação à Cartum, logo foram registrados rebeliões na periferia. As Guerras Civis Norte-Sul foram as primeiras a chamar a atenção da comunidade internacional, só que não pela causa em si, mas pela forma como o governo de Cartum combateu os movimentos do Sul. É neste momento que, em especial, a comunidade africana começou a prestar mais atenção no seu vizinho Sudão, com uma atuação mais presente dos africanos no espectro político, a fim de evitar que as políticas radicais de islamização de Cartum conseguissem se efetivar; e que a matança de tribos “não-árabes” continuasse.

Com o tempo as Rebeliões de Darfur também passaram a chamar a atenção da comunidade internacional e de seus vizinhos africanos, mas podemos afirmar que elas foram ofuscadas pelos conflitos no Sul do país. Neste cenário de instabilidade e, de certo modo, vácuo de poder político e militar em Darfur, países como Líbia, Egito e Chade passaram (ou voltaram) a interferir nos assuntos da região. Conforme vimos ao longo do trabalho, essa relação entre os três países e a região de Darfur é histórica, e não cessou com a independência do país.

De suma importância para a compreensão da instabilidade e a prolongação dos conflitos em Darfur, a demarcação artificial das fronteiras do país, somada à busca por protagonismo no Islã internacional por Cartum; fizeram com que as tribos localizadas em Darfur tivessem laços geográficos e culturais com os seus vizinhos. Por essa razão, constantemente elas eram alvos de políticas dos líderes chadianos e da Líbia, por exemplo. Outrossim, era de interesse desses países vizinhos a instabilidade na região, assim enfraquecendo o Sudão e evitando que ele se tornasse uma potência islâmica – cujas aspirações já estavam evidentes como regionais e mundiais – e, assim, uma possível ameaça.

Na linha de radicalização da posição religiosa, temos os projetos de Cartum com o fundamentalismo islâmico. Com a PAIC o Sudão flertou por quase uma década inteira com organizações islâmicas de cunho mais radical, dentre elas a Al-Qaeda. Com a proposta de se tornar o berço da islamização regional e do

afastamento da influência ocidental na região, o Sudão direta e indiretamente radicalizou sua política religiosa e acabou por contribuir com ações terroristas que chamaram a atenção da comunidade internacional.

O Ocidente se opôs veementemente a tal comportamento, impondo sanções econômicas e, inclusive, agindo militarmente com bombardeios na capital Cartum. A comunidade muçulmana, de modo geral, acabou se afastando e, veladamente, condenando a postura oficial de Cartum e o seu desgaste com o Ocidente - a tal ponto que o Sudão passou a flertar com países de dominância xiita como o Irã. Importante lembrar que esse afastamento dos árabes é um reflexo da sua política pragmática de envolvimento com resultados tangíveis no horizonte, o que não era o caso no caso do Sudão.

Tal isolamento de Cartum se agravaria ainda mais com a forma como o país enfrentou as insurgências do Sul e de Darfur. Os episódios de genocídio registrados em Darfur e as políticas agressivas contra as tribos sulinas expuseram as atrocidades cometidas por Cartum com vistas a manter o controle do país, e manter o grupo dominante no controle do governo.

Assim compreendemos algumas das dificuldades encontradas para se alcançar a paz – seja através de um modelo de operação de paz tradicional, seja através da sua solução híbrida. O quadro evidencia que o conflito doméstico que é alvo da UNAMID, ao qual se busca uma resolução pacífica, não se resume a disputas internas entre tribos locais.

As tribos possuem laços culturais e religiosos, e até mesmo étnicos, muito diferentes; o que acaba por praticamente tornar uma solução “ganha-ganha” praticamente impossível. Não obstante, os conflitos e os interesses não se restringem ao território sudanês, mas suas origens e seus efeitos são caros a diferentes segmentos da comunidade internacional. Conforme Hassan assevera, o conflito em Darfur vai muito além de um simples embate entre árabes e “não-árabes”, ou entre árabes e africanos. Ele é um produto complexo e de raízes profundas na história, que exige uma solução idiossincrática.

Trata-se de uma disputa por respeito, por reconhecimento e por coexistência pacífica. Busca-se maior autonomia e liberdade de viver, podendo acreditar nas instituições governamentais e nas decisões de suas autoridades. Procura-se obter liberdade religiosa e poder explorar as suas terras com o mínimo de segurança jurídica para a sua família e para o seu conflito.

Com a continuidade do conflito no tempo, a sua complexidade originária se acentuou ainda mais, fazendo com que as suas raízes se diversificassem. Diante desse quadro, soluções simples não estão sendo suficientes para atender todas as demandas locais. Um simples cessar-fogo entre tribos pode ser um começo, mas não foi suficiente, mesmo num curto prazo, para manter a paz na região. Um acordo de paz, considerando os fatores históricos e políticos elencados ao longo do trabalho, deve passar por uma melhor compreensão da correlação de todos os elementos que compõe o conflito.

Esta visão foi muito bem evidenciada por Hassan e outros autores ao longo do trabalho. Afirmou-se que muitos dos interventores internacionais do conflito em Darfur desconheciam as dinâmicas e a realidade locais. As suas atuações nos diferentes níveis (operacional, tático, estratégico e político) ignoravam as origens e as raízes do conflito, ou como definiu Natsios, não compreendiam as forças centrífugas que atuavam dentro e fora do país. Esse desconhecimento contribuiu com o insucesso das soluções de paz tentadas, o prolongamento do conflito, as dificuldades em se atuar no terreno através de um modelo híbrido.

Compreender o processo de adoção do modelo híbrido em uma operação de paz, traduzido na UNAMID, foi outro dos elementos-chave para o atingimento dos nossos objetivos. Com vistas a evitar falhas em processos anteriores, a adoção desse modelo se inspirou nas tentativas de um acordo de paz durante as negociações da Guerra Civil Norte-Sul.

Observamos que o governo de Al-Bashir dificultou tanto a atuação da ONU quanto de suas agências humanitárias sob a alegação de que eram entidades internacionais do Ocidente, com interesses escusos, e que, portanto, iria ferir a soberania do país. A UA, enquanto isso, já atuava tanto no conflito Norte-Sul quanto em Darfur, detendo a legitimidade regional exigida por Cartum. Mas a organização regional apresentava deficiências operacionais decorrente tanto de falta de expertise em temas de segurança, quanto por questões financeiras e logísticas.

Assim, a adoção de uma atuação conjunta, logo híbrida, entre UA e ONU atendeu necessidades impostas a ambas as organizações. Atuando com a UA, a ONU obtinha a legitimidade necessária junto ao governo sudanês e demais entes internacionais para atuar dentro do território sudanês. Por outro lado, aceitando uma parceria com a ONU dentro do seu próprio continente, permitiria à UA angariar

recursos e aprender com um organismo que vinha há décadas atuando no campo das operações de paz.

Deste modo, após inúmeras tentativas de acordos de paz mediadas por diferentes entes da comunidade internacional – coletiva e individualmente – e após intervenções e tentativas de intervenções através de missões próprias da UA e da ONU; a UNAMID ofereceu ao campo das missões de paz algo inovador. Uma missão de paz de caráter híbrido que possuía tanto caráter internacional que a ONU carrega consigo; mas com uma bandeira de protagonismo regional pela UA, com soluções africanas para problemas africanos.

Mas o modelo híbrido apresentou determinadas dificuldades que se evidenciariam tanto no espectro político quanto no operacional. Como diria o comandante militar prussiano Helmuth Karl Bernhard: Nenhum plano de batalha sobrevive ao contato com o inimigo. Alguns dos inimigos foram velhos conhecidos, enquanto outros pareceram surgir de dentro da aliança.

Apesar de ceder e aceitar a presença de capacetes azuis da ONU em seu território, o governo sudanês continuou apresentando empecilhos e dificultando a atuação da UNAMID no terreno. Cartum impôs restrições à circulação tanto de patrulhas da UNAMID quanto de comboios de ajuda humanitária. Equipamentos e veículos militares despachados para a missão eram barrados por meses nas alfândegas do país, prejudicando a estruturação e a atuação inicial elementares para o bom funcionamento da missão. O governo também questionou os números apresentados nos relatórios da missão e de agências humanitárias, e em outras oportunidades colocou em cheque a legitimidade de determinadas pessoas que estavam nos campos de IDP.

Uma nova missão, com o modelo híbrido e com um foco no *capacity building*, acarretou numa missão complexa em diversos sentidos. Tanto no aspecto estratégico quanto no aspecto operacional, exigindo de seus atores muita habilidade para efetivar a proposta teórica dos organismos internacionais. Mas os empecilhos criados por Cartum complicaram ainda mais o quadro já precário, e urgente, de instalação da nova missão híbrida no país, indo contra a necessidade da UA pelos recursos financeiros e logísticos da ONU, e de seu pessoal capacitado, para capacitar as tropas da UA.

Outro elemento componente das dificuldades encontradas em efetivar a UNAMID foi a definição de responsabilidades e de claros canais de comando. Desde

o seu início, seja por imposições de Cartum ou por vontades da UA e da ONU, houve conflitos quanto a alocação de determinadas nacionalidades em postos chave da missão, oferecendo-lhe maior ou menor caráter regional ou global. Nesta seara, como pudemos ver na prática, o debate sempre girou entre representatividade e capacidade técnica.

Aproveitamos aqui para trazer nossa experiência dentro do setor da UNAMID responsável pelo recrutamento, seleção e classificação de policiais dentro dos postos da missão. A política de seleção respeitava regulamentos previstos nos departamentos técnicos das sedes da ONU e da UA, e impunham uma série de requisitos ligados às representatividades de nacionalidade, de organização e de gênero. A todo o momento, durante os processos seletivos para as mais diversas funções – da mais simples, como era o caso dos patrulheiros, à mais alta posição – mantras relacionados à distribuição geográfica e igualdade de gênero deveriam ser revisados.

Seja no nível estratégico, seja no nosso nível operacional, frequentemente nos deparávamos durante o processo seletivo com episódios em que não havia um candidato que era tecnicamente capacitado e ao mesmo tempo respeitasse os critérios de nacionalidade e gênero. O interessante era notar que dependendo da nacionalidade – ou da organização origem – da pessoa a quem cabia a decisão final, o posicionamento seria ou por primar pela distribuição geográfica (e assim alocar países da UA nas posições) ou superar essa política e garantir a capacidade técnica no posto.

Este processo de debate sobre representatividade geográfica, por vezes, ganhava semanas e acabava por “desfocar” a gerência para tópicos que lhe desvirtuavam dos objetivos da missão. Com o tempo estes debates viravam embates, pessoais e de nacionalidades, e ocasionavam uma cisão na coordenação da missão. Como os contratos com o pessoal eram fixos, com prazo pré-determinado; e as políticas de remoção de funções rígidas, para evitar abusos; aquela cisão entre nacionalidades e organizações por uma posição chave (poder) perduravam por meses e até mesmo mais de um ano. O resultado, como era de se esperar, impunha consequências também no terreno.

Neste aspecto, entendemos que a composição das tropas foi elemento-chave para as dificuldades encontradas na implementação do modelo híbrido da UNAMID. Além da política de distribuição e representatividade geográficas, acima elencadas,

havia também uma política específica para a nacionalidade de origem das tropas. O Sudão, além de exigir o protagonismo africano na composição do efetivo, apresentava restrições quanto determinados países por razões próprias, como foi o caso de Nepal e da Tailândia – mesmo que as suas tropas fossem essenciais tecnicamente e estrategicamente para o início da missão.

Por outro lado, verificamos que com o início e o prolongamento da Guerra ao Terror e, também, uma ressaca do período da Guerra Fria, no início dos anos 2000 houve uma abdicação pelas potências ocidentais na atuação em missões de paz, abrindo espaço para países em desenvolvimento que, apenas com o tempo, ganhariam a expertise que hoje possuem – como é o caso do Brasil e do Paquistão, por exemplo. A inexperiência inicial de tropas e de membros do alto escalão – como é o caso paquistanês, cuja atuação teve destaque na UNAMID – contribuiu para um início precário da missão.

Expusemos brevemente ao longo do trabalho acerca das influências chinesa e russa no Sudão. Conforme explicitado, esses países apresentaram uma política pragmática em relação aos temas domésticos do Sudão, com vistas os benefícios da exploração mineral e de outros recursos estratégicos sudaneses. Na UNAMID a atuação dessas duas potências não foi diferente. Enquanto no campo político os dois países tiveram atuação importante nas aprovações e renovações de resoluções da UNAMID, no terreno as tropas chinesas e russas estão alocadas em áreas estratégicas das missões, como é a aviação e a engenharia. Não se nota o seu envolvimento em temas ligados ao *capacity building*, por exemplo.

Neste sentido também entendemos, conforme Hassan, que os próprios países ocidentais fizeram a sua contribuição na missão ser pragmática. Através de organismos humanitários ou de promoções de políticas de direitos humanos, a ajuda desses países focava em critérios próprios, muitas vezes ignorando elementos próprios da cultura e da realidade locais.

Outro elemento que constitui a nossa conclusão é o fato de que com o desgaste do tempo a relação de conveniência entre as duas organizações começou a impor suas consequências negativas, e a cada renovação de mandato elas se acentuavam.

Aqui cabe nossa visão de que outro fator que contribuiu para um contexto de dificuldades em uma operação de paz híbrida como a UNAMID foi o seu prolongamento com o tempo. Esta missão foi implementada em 2007, mas as

relações entre UA e ONU no Sudão já datavam do início dos anos 2000. Percebemos que os autores mais críticos ao modelo UNAMID tiveram suas obras publicadas durante a década de 2010, o que demonstra que praticamente em menos de 10 anos já havia desgastes da relação.

No nível operacional esses desgastes eram nítidos (conforme já relatamos), mas não obstante víamos sempre dois posicionamentos bem claros: representantes da ONU querendo encontrar soluções e medidas para impor um fim aos problemas da missão, e principalmente à missão – por ver o que ocorria no terreno. Enquanto representantes da UA ainda se seguravam à missão como a única grande e generosa oportunidade de ter seus militares e policiais indo para a missão – e aqui não nos aprofundaremos, por critérios técnicos e éticos, nos aspectos de vantagens financeiras tanto pessoais (aos policiais e militares) quanto aos países (em recursos externos e investimentos nas suas forças armadas e policiais).

Logo, com as rugas naturais de uma relação prolongada num terreno conflituoso e difícil, conforme Spandler bem explicitou, o discurso confluyente de legitimação mútua passou para o de “deslegitimação” nos seus mais variados níveis. É importante salientarmos que este desgaste no campo do discurso acarretou, automaticamente, prejuízos para a operação da missão. As posições-chave da missão, no seu mais alto nível, são indicações de órgãos políticos da ONU e da UA; e são os seus representantes na missão que vislumbram, planejam e aplicam políticas e soluções para o bem da missão.

Dos nossos contatos com outros colegas que atuaram e ainda atuam em outras missões da ONU pelo mundo, percebemos que apesar de existirem episódios similares nas suas respectivas missões – nenhuma delas híbrida, apenas da ONU – as suas frequências e proporções são bem menores do que as percebidas na UNAMID. Outrossim, da literatura e dos estudos acerca de outras missões de paz, percebemos que há críticas a missões como a do Congo ou do Haiti, mas elas são predominantemente relacionadas a elementos operacionais, estratégias de atuação e atuação *in loco* dos seus componentes.

Conforme exposto desde o nosso capítulo introdutório, o presente trabalho teve por objetivo primordial a compreensão dos elementos que compõe o contexto histórico e político do Sudão, e da implementação da UNAMID como um modelo híbrido de missão; a fim de também compreender o porquê uma missão tão

promissora, com um modelo dito como inclusivo, apresentou tantas dificuldades na sua efetivação e sofreu tantas críticas pela sua atuação e suas estratégias.

Conforme trazido nos capítulos bibliográficos, percebemos que o conflito em Darfur foi e continua sendo um campo fértil para a atuação de atores do cenário internacional por procuração, que desta vez se utilizam da UNAMID e dos embates em Darfur para efetivar suas políticas e intenções.

Velhos conhecidos do Sudão continuam influenciando no conflito doméstico, como é o caso do Egito, da Líbia e do Chade; em virtude de suas relações, por imposição geográfica e natural, serem dinâmicas e flexíveis nas fronteiras.

A comunidade árabe e muçulmana, que vislumbrava o Sudão como uma potência islâmica, mas hoje o vê como um dos últimos bastiões africanos com a Sharia vigente, tem uma atuação na UNAMID bastante pragmática, mas presente. Os países que compõe a representatividade árabe – como Paquistão, Jordânia e Egito – enviam tropas e representantes individuais altamente capacitados e com a missão de ocupar posições-chave, bem representar a comunidade árabe e fazer os países árabes destaques numa missão internacional.

A comunidade africana conseguiu efetivar uma atuação mais eficiente em Darfur, através da UNAMID, após a UA abdicar de um discurso radical de soluções africanas para problemas africanos, mantendo o seu mote, mas cedendo à presença de outros organismos internacionais, como foi o caso da ONU. Os seus representantes – militares, civis e policiais de países africanos – estão na missão como forma de representar a capacidade da UA de atuar no campo de segurança dentro do seu próprio continente e, principalmente, garantir a paz regional. A presença massiva de tropas de Ruanda e Zimbábue, por exemplo, é uma grande representação do discurso de que a UA, através os seus países, está superando as dificuldades do passado e passando a agir proativamente no campo da *realpolitik*.

A ONU se faz presente na missão a fim de evitar a continuidade, e buscar impor um fim definitivo, ao denominado “maior genocídio do Século XXI”. Mas a sua atuação só se fez legítima a partir do momento em que aceitou uma atuação conjunta com a UA, sacrificando os modelos de operação de paz até então existentes, e tendo que se inovar para efetivar um modelo híbrido através da UNAMID. Com isso a ONU entrou em um casamento de conveniência, em que consegue atuar num conflito – evitando assim ser acusada de omissão – mas que tem que pagar o preço de atuar em conjunto com um parceiro consideravelmente

mais limitado tecnicamente e financeiramente. Os representantes dos seus países, em que pese presentes na missão, possuem pouca representatividade e sofrem com resistências dos representantes de outras organizações; prejudicando a efetivação de políticas de *capacity building* que poderiam amenizar a situação no terreno.

Países que possuem capacidade operacional se fazem ausentes do conflito em virtude de suas políticas domésticas e posições dentro da política internacional. Os EUA contribuem – para o sucesso ou insucesso do quadro em Darfur – através de sanções econômicas pesadas e de longa data contra à Cartum, afastando potenciais parceiros ocidentais (ou aliados dos EUA) e agravando ainda mais a situação econômica do país.

Países como Rússia e China mantem a sua atuação pragmática no conflito, seguindo as suas políticas de longa data, atuando apenas em setores estratégicos da UNAMID e continuando com as suas relações comerciais ligadas à exploração de recursos naturais do país.

E até mesmo o governo em Cartum, até 2019 representado por Al-Bashir, utiliza da região de Darfur para fazer guerra por procuração. As políticas segregacionistas, de islamização e de genocídio contra tribos locais; conforme vimos durante o segundo capítulo; seguiu uma linha histórica adotada pelas Três Tribos desde a independência do país em 1956. Essas políticas visavam garantir os governos árabes no poder, mantendo a periferia “não-árabe” (africana, pagã ou cristã) distante da capital e do Vale do Rio Nilo, e mantendo um pulso firme contra esses grupos, jogando para a comunidade árabe. Ao invés de dar autonomia e respeitar as particularidades dos povos da periferia (em especial Darfur e Sul), Cartum preferia armar milícias árabes para manter a periferia sob controle e redirecionar os seus recursos para investimentos no centro do poder.

As Rebeliões em Darfur podem também serem consideradas consequências da proposital omissão de Cartum em relação à região. Concedendo às milícias árabes poderes exclusivos do Governo, Cartum preferiu governar a região por procuração e focar em projetos fundamentalistas islâmicos capitaneados pelos partidos dominantes do país, e em especial figuras como Al-Bashir e Al-Turabi. Quando esses projetos sofreram reveses e foram derrotados – por eles mesmos ou pela comunidade internacional – Cartum voltou seus olhos à periferia, mas agora como forma de colocar ordem para se manter no poder; de novo por procuração.

Escrever sobre este tema foi um desafio pessoal.

Primeiramente porque a bibliografia sobre o Sudão ainda é bastante escassa – frente outros países e culturas – e quando existente se resume a idiomas estrangeiros e com vieses específicos. Em outras palavras, é um tema ainda pouco explorado e debatido; razões pelas quais as fontes podem apresentar vieses de análise sem o devido contraditório.

Em um segundo momento, pesquisar sobre a UNAMID representou outro desafio. A missão ainda estava em vigor, desde 2017, até maio de 2021 (mês em que concluímos o presente trabalho). Foi na última semana de maio de 2021 que oficialmente a UNAMID foi encerrada, após duas prorrogações extraordinárias em 2018 e 2019; passando a ser uma missão política com outro foco. Por essa razão, e também pelo descrito no parágrafo anterior, ainda são poucos os relatórios técnicos e as obras científicas que se dedicaram a analisar a UNAMID, a sua atuação e as suas reais consequências.

Ainda, o desafio da pesquisa também decorreu do nosso envolvimento pessoal com a temática. Conforme explicitado no capítulo introdutório, o tema ao qual nos propomos escrever nessa pesquisa foi vivido por nós, com os *boots on the ground*. A problemática proposta para o trabalho decorreu de inquietações e percepções vivenciadas no terreno durante um longo ano, e cujos efeitos ainda continuam vigentes no nosso dia-a-dia. Desassociar o vínculo pessoal-emocional da pesquisa científica foi, por vezes, impossível.

Por fim, percebemos enormes dificuldades em encontrar bibliografia suficiente e elaborar uma linha de pesquisa compatíveis com o trabalho ora proposto, de nível de monografia para um bacharelado. Por essa razão, temos consciência que nem todos os objetivos inicialmente propostos foram devidamente abarcados e supridos com conteúdo teórico suficiente. Mas esperamos que o trabalho tenha permitido ao leitor tomar maior consciência acerca da história sudanesa e dos elementos que levaram a UA e a ONU a atuar conjuntamente em uma missão de paz em Darfur. Assim como tenha oferecido ao leitor mais uma alternativa de bibliografia em língua portuguesa a respeito da temática – mesmo que limitada.

## REFERÊNCIAS

- ADAR, Korwa G. Conflict Resolution in a Turbulent Region: The Case of the Intergovernmental Authority on Development (IGAD) in Sudan. **African Journal on Conflict Resolution**, 2000, p. 39-66.
- AGUILAR, Sergio Luiz Cruz; MARQUEZI, Marina Biagioni. As Missões de Paz Híbridas: a UNAMID em Darfur. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, 2017, p. 1-21.
- BADESCU, Cristina G.; BERGHOLM, Linnea. The Responsibility to Protect and the Conflict in Darfur: The Big Let-Down. **Security Dialogue**, 2009, p. 287-309.
- BIRIKORANG, Emma. **Towards attaining peace in Darfur: Challenges to a Successful AU/UN Hybrid Mission in Darfur**. 2009. Disponível em: <[https://www.africaportal.org/documents/4798/no\\_26.pdf](https://www.africaportal.org/documents/4798/no_26.pdf)>.
- BJOLA, Corneliu. Legitimizing the Use of Force in International Politics: A Communicative Action Perspective. **European Journal of International Relations**, 2005, p. 266-303.
- BOUTROS-GHALI, Boutros. **An agenda for peace: preventive diplomacy, peacemaking and peacekeeping**. jun. 1991. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/a47-277.htm>>.
- BROSCHÉ, Johan. The Crise Continue. Sudan's Remaining Conflicts. **Instituto per Gli Studi Di Politica Internazionale**. Out. 2011. Disponível em: <<https://www.ispionline.it/en/publicazione/crises-continue-sudans-remaining-conflicts-8342>>.
- BRUSSET, Emery. **Evaluation of the Conflict Prevention Pools**. Londres: Bradford University, 2004.
- BUTLER, Michael J. Adaptive Peacemaking in Protracted. **Global Policy**, 2019, p. 93-100.
- COLEMAN, Katharina P. **International Organisations and Peace Enforcement: Exchange Theory and the African Peace and Security Regime**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- DUNNE, Stewart. **Darfur: What hope has UNAMID got in overcoming historical impediments to peace in the Region**. 2009. Disponível em: <<http://www.peaceopstraining.org/cotipso/theses/darfur-what-hope-has-unamid-got-in-overcoming-historical-impedi/>>.

EKENGARD, Arvid. **The African Union Mission in Sudan (AMIS): Experiences and lessons learned.** 2008. Disponível em: <<https://www.foi.se/reports/summary?reportNo=FOI-R--2559--SE>>.

UNAMID Deployment on the Brink: the Road to Security in Darfur Blocked by Government Obstructions. Viena: **International Federation for Human Rights (FIDH)**, 2017.

GOFF, Victoria. **Darfur: Genocide in the 21st Century.** Rhode Island: University of Rhode Island, 2007.

GOWAN, Richard; JOHNSTONE, Ian. **New Challenges for Peacekeeping: Protection, Peacebuilding and the "War on Terror".** Nova Iorque: International Peace Academy, 2007.

HASSAN, Hamdy A. Dimensions of the Darfur crisis and its consequences: An Arab perspective. **African Security Review**, 2010, p. 20-32.

HENKE, Marina E. Great Powers and UN Force Generation: A Case Study of UNAMID. **International Peacekeeping**, 2016, p. 468-492.

High-Level Independent Panel on United Nations Peace Operations. Uniting our Strengths for Peace: Politics, Partnership and People. **United Nations**, 2017.

HUDSON, Heidi. Peacekeeping Trends and Their Gender Implications for Regional Peacekeeping Forces in Africa: Progress and Challenges. **Gender, Conflict and Peacekeeping.** Lanham: Rowman and Littlefield, 2005.

International Refugee Rights Initiative. No one on the earth cares if we survive except God and sometimes UNAMID: The challenges of peacekeeping in Darfur. **Reliefweb**, 2016. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/sudan/no-one-earth-cares-if-we-survive-except-god-and-sometimes-unamid-challenges>>.

LOPES, Dawisson Belem. A ONU tem autoridade? Um exercício de contabilidade política (1945-2006). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2007, p. 47-65.

MICKLER, David. UNAMID: a hybrid solution to a human security problem in Darfur?. **Conflict, Security & Development**, 2013, p. 487-511.

NATSIOS, Andrew S. **Sudan, South Sudan & Darfur: What Everyone Needs to Know.** Nova Iorque: Oxford University Press, 2012.

PAGOT, Rhaíssa; ERNST, Kelly Patrícia. Implicações práticas das Missões de Paz Híbridas: um estudo comparado entre UNAMID e UNAMIR. **Conjuntura Internacional**, 2019, p. 18-27.

SPANDLER, Kilian. UNAMID and the Legitimation of Global-Regional Peacekeeping Cooperation: Partnership and Friction in UN-AU Relations. **Journal of Intervention and Statebuilding**, 2020, p. 187-203.

TARDY, Thierry. Hybrid Peace Operations: Rationale and Challenges. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, 2014, p. 95-118.

TIEKU, Thomas Kwasi; GELOT, Linnéa. An African Perspective on Global Governance. **Global Governance From Regional Perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 119-140.

UNITED NATIONS. **Monthly Summary of Military and Police Contribution to United Nations Operations**. 2017. Disponível em: <[https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/msr\\_31\\_dec\\_2017.pdf](https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/msr_31_dec_2017.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **Monthly Summary of Troops Contributors to Peacekeeping Operations**. 31 ago. 1995. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/aug-1995.pdf>>.

\_\_\_\_\_. United Nations Peacekeeping Law Reform Project. **Contemporary issues in UN Peacekeeping**. 2010.

\_\_\_\_\_. **Principles and guidelines (Doutrina Capstone)**. 18 jan. 2008. Disponível em: <[http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/Pbps/Library/Capstone\\_Doctrine\\_ENG.pdf](http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/Pbps/Library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **Security Council Renews Mandate of African Union-United Nations Hybrid Operation in Darfur, Unanimously Adopting Resolution 2363**. 2017. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2017/sc12893.doc.htm>>.

WEISS, Thomas G; WELZ, Martin. The UN and the African Union in Mali and Beyond: A Shotgun Wedding?. **International Affairs**, 2014, p. 889-905.

WHALAN, Jeni. How Peace Operations Work: Power, Legitimacy & Effectiveness. 2013.

YAMASHITA, Hikary. Peacekeeping Cooperation Between the United Nations and Regional Organisations. **Review of International Studies**, 2012, p. 165-186.

ZARTMAN, Ira William. Ripeness: The hurting stalemate and beyond. In: STERN, Paul C.; DRUCKMAN, Daniel. **International Conflict Resolution After the Cold War**. National Academies Press, 2000, p. 225-250.